

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
CAMPUS BAIXADA SANTISTA
Programa de Pós-Graduação Ensino em Ciências da Saúde

LEANDRO AUGUSTO FERREIRA

**UM PSICÓLOGO EM PROCESSOS:
imagens justas e justamente imagens no Tribunal de
Justiça do Estado de São Paulo**

Santos

2020

LEANDRO AUGUSTO FERREIRA

UM PSICÓLOGO EM PROCESSOS:
imagens justas e justamente imagens no Tribunal de
Justiça do Estado de São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ensino em Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista - como requisito para obtenção do título de mestre em Ensino em Ciências da Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Oliveira Henz

Santos

2020

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha catalográfica elaborada por sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F383p	<p>Ferreira, Leandro Augusto. Um psicólogo em processos: imagens justas e justamente imagens no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. / Leandro Augusto Ferreira; Orientador Alexandre de Oliveira Henz; Coorientador . -- Santos, 2020. 142 p. ; 30cm</p> <p>Dissertação (Mestrado Profissional - Pós-graduação Ensino em Ciências da Saúde) -- Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2020.</p> <p>1. Psicologia. 2. Justiça. 3. Perícia Psicológica Judicial. 4. Crianças e Adolescentes. 5. Famílias. I. Henz, Alexandre de Oliveira, Orient. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 610.7</p>
-------	--

Bibliotecária Daianny Seoni de Oliveira - CRB 8/7469

LEANDRO AUGUSTO FERREIRA

Um psicólogo em processos: Imagens justas e justamente imagens no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ensino em Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista - como requisito para obtenção do título de mestre em Ensino em Ciências da Saúde.

Aprovado em: 26 de outubro de 2020.

Banca examinadora

Prof. Dr. Alexandre de Oliveira Henz (Presidente)

Instituição: Universidade Federal de São Paulo

Assinatura: _____

Profa. Dra. Belinda Mandelbaum

Instituição: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Assinatura: _____

Profa. Dra. Maria Cristina Gonçalves Vicentin

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Assinatura: _____

Prof. Dr. Sidnei José Casetto

Instituição: Universidade Federal de São Paulo

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos, família e amigos, que estiveram comigo durante essa longa jornada. Exercerei, no entanto, meu direito de permanecer calado e não indicarei nenhum nome, evitando parecer ingrato caso esqueça alguém. Abro duas exceções: a minha esposa, Ana Elisa, pelo amor, companheirismo e dedicação e ao meu orientador, o professor Alexandre de Oliveira Henz, pela atenção, gentileza e sensibilidade, que proporcionou o solo para que a escrita dessas narrativas crescessem e frutificassem, buscando (sempre que possível) “a sinceridade para além da verdade e da mentira”.

Essa pesquisa trata, entre outras coisas, de encontros singulares que ocorrem diariamente dentro e fora dos fóruns de justiça, como o expresso abaixo, um singelo atendimento de um psicólogo judiciário:

O pequeno menino, em todas oportunidades que teve, se debruçou sobre mim, me abraçando bem apertado e procurando meu colo. Disse que sentia muitas saudades do pai, que o deixara de procurar há tanto tempo que já não se lembrava dele direito. O menino pediu para que eu desenhasse a imagem de uma pessoa qualquer e assim que o fiz perguntei:
- *Quem é esse?*
- *É o meu pai! Agora me desenha também?*
Desenhei o menino, que com um sorriso cada vez maior, exclamou:
- *Olha! Eu estou com o meu pai!*
Enquanto fazia minhas anotações, ele me perguntou:
- *Isso que você está fazendo é desenhar?*
Respondi:
- *Não, isso é escrever.*
Ele então me disse:
- *Pra mim parece que você está desenhando.*
Assenti:
- *É, desenhar e escrever às vezes são a mesma coisa.*

Essa é uma das imagens desenhadas por esse trabalho de pesquisa, que dedico aos meus filhos Lucas e Arthur e a todos os pequenos meninos e meninas que o tornaram possível, essa geração que vêm e que já parece tão além.

De tudo escrito, amo apenas o que se escreve com o próprio sangue.
Escreve com sangue: e verás que sangue é espírito.

Friedrich Nietzsche

RESUMO

Esta investigação propõe um arrastão de problemas nos *processos* de um psicólogo que opera no judiciário paulista. A pesquisa se desdobra com a produção de narrativas verossímeis, escritas sensíveis que tratam de casos que são tomados como verdadeiros. Essas narrativas trazem imagens justas, ou seja, imagens narrativas adequadas a um sistema moral, e justamente imagens, com singularidades inauditas, ambas em tensão com suas ambiguidades, emergindo do cruzamento de vários saberes-poderes. Cada capítulo expressa o “formato-autos”, com traços de um processo judicial e que ao mesmo tempo não implica tão-somente o “caso” no sentido estrito. Esses processos, em sentido amplo, são um a um campos problemáticos abertos, em que as narrativas e as vidas em jogo são o fio condutor da pesquisa. São os ditos infames, isto é, os sem fama, que subitamente se vem sob a luz de um poder e caem em suas tramas, tendo suas vidas esquadrihadas por agentes de saber-poder, produzindo diversos encontros. Cada capítulo-processo traz sua narrativa num campo de cruzamentos entre um psicólogo (que ao mesmo tempo são vários), traçados do campo jurídico e vidas em tensionamento. Os temas e problemas emergem e são tratados um a um, na medida em que são suscitados pelos casos: assim, são problematizadas as produções de verdade, a moral e seu jogo justo (demasiadamente adequado), afetos e afecções na produção de conhecimento e escrita, judicializações da vida, implicações com o ressentimento, nichos de cultura trágica hoje, distintas culpas, marcas que arrastam, muitas justiças que deslizam e se sobrepõem. São diferentes famílias e famílias diferentes que emergem e compõem essas imagens: uma menina que precisa fazer uma escolha, um casal que deseja se tornar pai e pai, duas irmãs que vivem vidas distintas com a mesma avó, uma moça que procura um remédio para a separação de pai e mãe, duas crianças que caem em sonhos, um menino em busca de um pai. Nesta pesquisa trata-se de vidas caso a caso, de viventes em cruzamento com o poder judiciário, com o saber-poder psicológico e, mais precisamente, de uma investigação que tenta enredar traçados dos autos com aquilo que é obsceno, que não pode estar em cena e não consta nos autos.

Palavras-chave: Psicologia. Justiça. Perícia Psicológica Judicial. Crianças e Adolescentes. Famílias.

ABSTRACT

This investigation proposes a dragnet approach to the problems within the processes used by a psychologist who works in the São Paulo judiciary system. The research unfolds with the production of credible narratives with sensitive writings based on cases taken as truth. These narratives bring fair images, that is, narrative images adequate to a moral system, and precisely images, with unprecedented singularities, both in tension with their ambiguities, emerging from the intersection of several power-knowledges. Each chapter expresses the “case documentation-format”, with traces of a judicial process and that at the same time does not imply only the “case” in the strict sense. These processes, in a broad sense, are one by one open in problematic fields, in which narratives and the lives at stake are the guiding thread of research. They are the infamous ones, meaning: those without fame, who suddenly come under the light of power and fall into their plots. They had their lives scanned by agents of power-knowledge, producing several encounters. Each chapter-process brings its narrative in crossing areas between a psychologist (which at the same time are several), traced from the legal area and the lives in tension. The themes and the problems emerge and are dealt with one by one, as the cases raise them. In this manner, the productions of truth, morals and its fair game (too appropriate), affects and affections are questioned during the production of knowledge and writing, the judicialization of life, the implications with resentment, the tragic culture niches nowadays, distinct blame, brands that drag, many justices that slide and overlap. Distinct and different families emerge to compose these images: a girl who needs to make a choice, a couple who wants to become a father and father, two sisters who live different lives with the same grandmother, a girl who seeks a remedy for the separation of mother and father, two children who fall into dreams, a boy in search of a father. This research deals with lives on a case-by-case basis, living in the intersection with the judiciary, with psychological power-knowledge and, more precisely, with an investigation that tries to intertwine traces of the records with what is obscene, which cannot be on the scene and is not in the file.

Keywords: Psychology. Justice. Judicial Psychological Expertise. Children and Adolescents. Families.

SUMÁRIO

PROCESSO I

SOFIA

Primeira tragédia. Verdades, tensões, ambiguidades.....	9
I.1 - Justo, justiça e justamente imagens narrativas.....	22

PROCESSO II

OLAVO E ADÃO

Uma família do presente.....	34
-------------------------------------	-----------

PROCESSO III

CRISTAL E JADE

Muitos em nós, a cada vez e a cada caso.....	43
III.1 – Peso em escritas em processos e processos em escritas.....	62

PROCESSO IV

RITA

Ressentimento e judicialização da vida.....	68
IV.1 – Remédio e veneno.....	82

PROCESSO V

MARIA JÚLIA

Morte e vida, queda e tragédia.....90

PROCESSO VI

L.

Deslizamentos.....102

VI.1 – Verdade, violência e vidas diante da lei e justamente imagens narrativas.....122

REFERÊNCIAS.....138

PROCESSO I
SOFIA
PRIMEIRA TRAGÉDIA
VERDADES, TENSÕES, AMBIGUIDADES.

Esta é a história da garotinha que morava na rua de baixo? É essa?

David Lynch

Deixe em paz meu coração, que ele é um pote até aqui de mágoa
e qualquer desatenção, faça não, pode ser a gota d'água.

Chico Buarque

Há tempos, um limiar...

Chego e ainda não estou lá. Nova carreira, nova cidade, tudo inaudito. Um ônibus indo para um lugar onde nunca estive. Parece que nunca vai chegar. E aquele fórum que não parece um fórum - pelo menos não a imagem de um fórum que me vem à mente quando penso nessa palavra, imagem justa, carregada de clichês - de todo modo me parece feio e escuro, dá a impressão de improvisado, construído originalmente para outro objetivo. Assumo a função de psicólogo judiciário e realizo uma perícia num processo. Esperam de mim e eu próprio tenho a expectativa de que com meu conhecimento e com meu trabalho possa trazer a “verdade aos autos”. Uso uma sala que não é minha, naquele fórum que não me parece um fórum. Nunca havia atendido crianças antes. Não tenho experiência, nem profissional nem de vida, mas o que me falta em manejo me sobra em certezas.

A menina se chama Sofia e nossos caminhos se cruzam naquele prédio - um encontro. No processo que envolve Sofia ela figura como “vítima” – e assim ela é definida a todo o momento. A narrativa no processo diz que Sofia foi levada pela mãe a uma delegacia no meio da noite para denunciar seu pai. Nos autos a criança descreve em detalhes ao delegado o que o pai fez com ela, as diversas violências que sofreu. O pai é preso de imediato, em flagrante delito, levado de casa pela polícia antes do raiar do sol. Ele se defende dizendo

ao delegado que é inocente e que está sendo caluniado pela esposa; que sofre uma injustiça; que a mulher coloca a filha contra ele querendo se vingar e que faz de tudo para acabar com a sua vida.

Fico sabendo desses detalhes quando o Juiz me chama em sua sala e me diz:

- Nós temos um problema. Um pai foi preso na delegacia acusado pela própria companheira de ter abusado da filha, só que agora a mulher voltou atrás, ela procurou o delegado e disse que era tudo mentira e queria que o marido fosse solto. O delegado me telefonou pedindo urgência, ele tem medo com o que pode acontecer com esse pai dentro da cadeia, ele está respondendo por um crime que não é aceito pelos outros presos e está numa cela à parte, mas o lugar não é seguro e pode ser invadido pelos outros a qualquer momento. Agora não sei o que fazer, se solto esse pai e mando prender a mãe por denúncia caluniosa ou se o deixo preso até esclarecer melhor essa situação, mesmo correndo o risco dele ser inocente e acabar sendo morto, afinal, como vou saber se a mãe falou a verdade antes ou depois?

A pergunta permanece no ar e fica sem resposta. O juiz prossegue:

- Para mim é melhor absolver mil culpados do que condenar um inocente. Mas nesse caso, se eu errar e ele for realmente culpado, ele vai ficar livre para poder abusar da filha de novo, e aí é a menina quem vai sofrer. Você que é psicólogo, pode me dizer qual é a verdade?

Não respondo de pronto. Há muito em jogo. Fico olhando para o juiz, pensando no que falar. Por fim, sussurro inseguro:

- Doutor, posso entrevistar as duas e tentar entender o que está acontecendo.

Mãe e filha são intimadas com urgência e no dia seguinte comparecem ao Fórum. Sofia parece muito nervosa quando chega trazida por sua mãe. Peço para falar sozinho com ela. Ela usa uma blusa toda estampada e colorida e comento:

- Como é linda a sua blusa!

Sofia, acanhada e sorrindo ao mesmo tempo, responde:

- É, eu sei!

- O que está desenhado nela?

- São patins, eu adoro patinar, meu sonho é um dia ser patinadora profissional!

Continuamos conversando, sobre sua vida, sua família. Pergunto a ela se quer desenhar e Sofia diz que sim, fazendo um peixe e traçando as linhas de um aquário por último, deixando de colocar a água. Brinco que desse jeito o peixe vai ficar sem ar. Ela ri e responde:

- Eu tinha um peixinho mas ele morreu, o nome dele era Nemo.

Enquanto ela continua desenhando absorta com a cabeça abaixada, pergunto:

- Sofia, quem deu o nome do peixinho?

Sem levantar a cabeça do desenho, Sofia responde:

- Fui eu, eu adoro o desenho do Nemo.

- É? Como é a historinha do Nemo?

- Ele se perde do pai e o pai dele fica procurando o Nemo no mar.

- E como é o pai do Nemo?

- Muito legal!

- E o seu?

- Meu pai também é legal, mas às vezes não, às vezes ele me bate. Quando eu apronto ele me manda ficar de cara pra parede atrás da geladeira umas duas horas. Ele agora está preso porque minha mãe me levou na polícia e falou pra eu contar que ele tinha feito um monte de coisas comigo, que tinha mexido comigo. Mas foi tudo mentira, ela que pediu pra eu falar.

- Eu li no processo que você fala muita coisa sobre o que aconteceu, deu muitos detalhes. Como você soube falar todas essas coisas?

- Eu inventei tudo.

- Inventou como?

- Inventei, imaginei tudo. Eu vejo muito televisão e sei o que é abuso, daí inventei.

- E agora?

- Agora eu estou falando a verdade. Meu pai não fez nada comigo, eu menti.

- Mas por que você mentiu?

- Minha mãe estava com raiva do meu pai porque ele tinha outras namoradas e queria que ele fosse preso para aprender uma lição.

- Qual lição?

- Não sei.

- Então quem mentiu foi a sua mãe?

- Foi, agora ela me disse que ela pode ser presa por causa disso, eu tenho muito medo, não quero que ela seja presa, não quero!

Sofia começa a chorar, cobrindo o rosto com as mãos. Ela evita olhar para mim.

- Sofia, eu preciso que você me conte a verdade, seu pai fez alguma coisa com você?

- Não, ele não fez nada. Minha mãe que fez eu mentir. Mas eu não quero que ela seja presa, nem ela nem o meu pai. Não é justo!

Sofia desaba. Deixo-a chorar por longos minutos. Fico olhando para o risco bem traçado de seu penteado imaginando quem a arrumou com tanto cuidado para vir ao fórum. Enquanto ela chora apoiada no desenho de uma casinha, suas lágrimas arruinam toda a folha de papel. O peixinho estava enfim cercado d'água. Peço para Sofia ter calma, uma calma impossível frente ao dilema que ela enfrentava aos seus oito anos de idade. Com seu choro já diminuindo para um soluço mais leve, pergunto se ela está melhor. Ela me diz que sim e eu peço para ela esperar lá fora, que eu precisava conversar com a mãe dela.

Abro a porta e Sofia fica esperando sozinha no corredor ainda chorando baixinho e usando as mãos como lenço enquanto sua mãe entra. A mãe de Sofia se senta com as mãos embaixo de suas pernas, tremendo a maior parte do tempo em que a entrevisto. Pergunto sobre a denúncia. Ela responde:

- Eu vou confessar para você, eu inventei tudo, não aguentava mais. Ele chegava bêbado em casa e me batia, ele não me respeitava. Eu fui me enchendo e a gota d'água pra mim foi quando eu soube que ele tinha outra. Fui tirar satisfação com ele e ele pegou minha outra filha bebê do meu colo e atirou longe, a menina bateu com a cabeça no chão com tudo. Ele ainda deu um chute nela quando ela estava caída. Eu fiquei tão louca da vida que peguei minha filha mais velha e levei ela na delegacia para denunciar o pai.

- Pelo que você conta seu marido já tinha cometido um crime grave, agredindo sua bebê daquele jeito. Por que inventar que ele abusava de Sofia e não falar sobre essa agressão contra sua outra filha?

- Eu inventei o que seria pior pra ele, que ele tinha estuprado a própria filha. Queria que ele fosse morto na cadeia pelos outros presos como o cão que ele sempre foi e que eu tivesse um pouco de paz.

- E por que você voltou atrás, por que disse que ele não tinha feito nada?

- Porque eu me arrependi, apesar de tudo que ele fez ele ainda é o meu marido e o pai das minhas filhas e elas não merecem que uma barbaridade dessas aconteça com o pai delas.

- A senhora entende a gravidade de se denunciar falsamente um crime?

- O delegado já me explicou que eu posso ser presa, mas se me prenderem quem vai cuidar dessas duas meninas?

Nos calamos e ficamos nos olhando. Enquanto olho para a mãe de Sofia, penso que forças teriam demovido aquela mulher para que enfim denunciasse seu marido, seja qual

fosse o motivo, o estupro, a violência, a traição. Para ela, a culpa do marido estava além de qualquer dúvida e ele precisava pagar, com sangue de preferência. Cabia a Justiça simplesmente definir qual seria o crime, o artigo no qual aquele homem seria “enquadrado” e assegurar a execução. Entretanto, quando se arrependeu e quis retirar sua denúncia, essa mulher descobriu que isso não serviria de nada para salvar seu marido. Essa mãe sentia na carne o peso e o significado de um conceito jurídico com um nome que provavelmente consideraria complicado: “ação penal pública incondicionada”, o que queria dizer que o escrutínio prosseguiria independente de sua vontade.

Pensar em tudo isso enquanto fito o rosto da mãe angustiada me produz uma imagem de que seu arrependimento pode ser o ensaio de uma reconciliação e enfim, quebrando o longo silêncio, pergunto:

- Vocês dois ainda estão juntos?

- Não sei, deixa ele sair da cadeia daí a gente conversa. Se ele tiver se arrependido e me pedir perdão eu perdoo ele. A bíblia diz “não julgue e não será julgado, não condene e não será condenado, perdoe e será perdoado”.

Então, visivelmente irritada e incomodada, pela primeira vez a mãe de Sofia tira as mãos de baixo de suas pernas e dispara, arvorando-se na cadeira:

- E o que que isso tem a ver com o caso? Quer saber, se eu vou voltar ou não com o meu marido não é da sua conta. Da minha vida cuido eu. Quem é você para se intrometer na nossa vida?

Não respondo. Ao me despedir, mãe e filha partem juntas. Sofia ainda se vira com olhos úmidos ao cruzar a porta do fórum e é assim que nos vemos pela última vez. Nossos caminhos não voltarão a se cruzar, a não ser nos autos, onde permanecerão juntos como que cristalizados naquele momento específico do tempo.

Passados mais de dez anos, releio o laudo que escrevi acerca de Sofia. Não me reconheço naquelas descrições, quem era aquele? Hoje teria mais sutileza? As memórias parecem ser um campo ético-político-existencial editado, há trapaças, traições. Pensava ter agido com dureza, com uma sanha em busca de extrair a verdade de mãe e filha, de ter feito Sofia chorar quase de forma cruel, mas entre as marcas e os escritos há frequências distintas. As entrevistas com Sofia descrevem momentos de delicadeza, de leveza, mesmo com o peso que envolvia toda aquela situação. Apesar disso, aqueles escritos parecem demasiadamente adequados, justos e os revisando, percebo como outro aquele em mim que teceu a narrativa e, mais importante, que a força viva das vidas ali tocadas não consta nos autos.

A cada desvelamento da verdade, o artista sempre se detém, com olhar extasiado, no que continua a ser invólucro após o *desvelamento*; já o homem teórico frui e se contenta com o invólucro descartado, e o mais alto objetivo de seu prazer é um processo de desvelamento sempre bem-sucedido, realizado por esforço próprio. Não haveria ciência se ela se ocupasse apenas dessa única deusa nua e de nada mais

Nietzsche

O caso de Sofia arrasta problemas terríveis, expressos na construção da narrativa que foi apresentada aos autos em formato de laudo psicológico, onde o que estava em jogo era a produção da dita verdade dentro de certos parâmetros e perspectivas. Nesse trabalho, opero com a psicologia, que interage diretamente com outro saber, o direito. De todo modo, dentro e fora do campo jurídico, há um jogo entre ciência e produção da verdade, permanecendo intrinsecamente ligadas. Ocorre que, utilizando da imagem proposta por Nietzsche (2020) em *O Nascimento da Tragédia*, não é dado ao homem conhecer a verdade nua, mas somente se deparar com seus véus. A verdade se desvela vez por vez e não é una, é diferente a cada ponto de vista, a cada perspectiva, e, não há o absolutamente verdadeiro após um suposto último véu. Entretanto, para o homem-teórico, a verdade só serve para algo quando em sua percepção está sem véu algum, mesmo que para isso tenha de agir pela força para “obter” essa verdade nua. Entretanto, deusa fugidia, essa somente se revela em frações, graduações, perspectivas, interpretações, sem contar que geralmente encontraremos uma verdade esperada, previamente conhecida e por isso mesmo *reconhecida*, já que “não temos nenhum interesse na verdade – a não ser quando ela nos convém” (KEHL, 2015 p.111).

São esses os jogos que conduzem essa narrativa, a reconhecimento da verdade, e não uma aparente oposição entre verdade e mentira, já que não são opostos, mas forças que convivem, coexistem. São muitas as verdades sobre o que aconteceu, o que se passou com aquela família, e por mais paradoxal que pareça ser, não são contraditórias ou excludentes.

A tragédia de Sofia se desenrola num campo problemático. O juiz é uma instância, nele opera um poder que demanda - em um conjunto que enreda a mim e muitos - a chamada verdade. Essa dita verdade é encontrada/produzida com as provas, que podem ser obtidas de inúmeras maneiras, testemunhais, documentais e/ou periciais. Aqui, trata-se da perícia psicológica. Em um caso atendido por mim, um laudo é produzido após alguns encontros, ao modo dos expressos acima, o que produzirá certa verdade entremeada por conhecimentos técnicos-científicos, perspectivas ético-político-conceituais, capacidade de afetar e ser afetado, etc. Não se trata tão-somente de técnicas e teorias para compor esse

documento, há o que é tomado como verossímil por mim e pelos implicados nas narrativas, com as agruras, desavenças, conflitos, dramas e tragédias dos atendidos. Isso tudo vai sendo urdido, peneirado, cozido e por fim decantado, tornando-se “uma prova” juntada ao processo. Esses laudos não operam com descrições das entrevistas ou resumos delas. São escritas que possuem um objetivo pretensamente “técnico”, e que carregam implicações ético-políticas-jurídicas, podendo guiar decisões e sentenças judiciais que trarão consequências às vidas que são discutidas naquelas folhas.

Uma situação de perícia como essa é complicada, delicada. Complicada pois um caso traz e produz várias dobras, um tecido que se sobrepõe sobre si mesmo várias vezes e a mim é permitido ver algumas, uma perspectiva, sendo que parte dessas tramas nem mesmo poderão ser vislumbradas. Delicada pois são de vidas que trato. Esse tecido muitas vezes é fino, sutil, de espessura quase que imperceptível em alguns casos. Encontrar Sofia na tensão em que vivia implicava certo cuidado, delicadeza, e mesmo assim, acerca dela e de outras vidas, soube quase nada. Às vezes com questionamentos, outras vezes não, sou tomado por ideias e imagens justas (a moral). São ideias, conceitos e imagens tingidas pelos juízos de valor, ou seja, pela moral, do que é uma família, do que é um pai, do que é uma mãe, do que é uma criança. Essa régua moral comparece nos encontros ao mesmo tempo em mim e em todos e pode produzir choques, faíscas, expressas aqui em um questionamento justo que a mãe de Sofia formulou: “quem é você para se intrometer na minha casa, na minha família, na minha vida?”. A resposta, também justa, seria alguém que estava operando ali imbuído de uma função por um poder, com a prerrogativa de questionar pontos na vida daquele casal, daquela família, já que algo naquela relação homem-mulher-criança transbordou do âmbito privado-familiar e produziu um processo judicial, demandando a atenção de uma força. Nesse jogo sou um agente de poder-saber¹, uma possibilidade técnico-ético-observacional desse mesmo poder adentrar essas vidas e produzir, pretensamente com o menor dano possível, a prospecção de uma verdade. Por isso mesmo, esses encontros são carregados, sempre implicados com um plano jurídico, distinto de um contexto terapêutico, por exemplo. Sofia ou sua mãe não estavam ali por vontade própria em busca de uma escuta, estavam ali por terem sido intimadas e muitas coisas estavam em jogo.

¹ Minha inscrição como agente de poder-saber moderno supunha que: “todo agente do poder vai ser um agente de constituição de saber, devendo enviar aos que lhe delegaram um poder, um determinado saber correlativo do poder que exerce. É assim que se forma um saber experimental ou observacional. Mas a relação ainda é mais intrínseca: é o saber enquanto tal que se encontra dotado estatutariamente, institucionalmente, de determinado poder. O saber funciona na sociedade dotada de poder e é enquanto saber que tem poder”. (MACHADO, 1979, p.XXII)

Uma das possibilidades era que essa mãe procurava fazer prevalecer um casamento, retomar à condição anterior à denúncia que levou à interferência do Estado. Nessa perspectiva, buscou a delegacia fazendo uma acusação e logo depois retornou se desdizendo, confessando a primeira confissão como falsa, produzindo ambiguidades e zonas de incertezas entre as duas narrativas confessionais, que se sobrepunham e eram contraditórias entre si. O próprio gesto de confessar da mãe pode ser desnaturalizado. Seria preciso sublinhar que ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo. Nenhum acusado pode ser obrigado a falar “a verdade”, a ter de se “confessar culpado”. Como nos filmes, o acusado tem o direito de se manter calado. Mas era justamente o contrário que a mãe de Sofia fazia, se confessava caluniadora e culpada de um crime e inocentava seu marido, o “perdoando” *no processo*. Sofia seguia o expressado pela mãe, também se dizendo culpada, com o atenuante de que, como filha obediente, somente fez o que a mãe lhe pediu. Enquanto a culpa fluía, refluía e deslizava, o pai permanecia preso, podendo ser morto a qualquer instante. O tempo se esvaía e a questão agora era a possibilidade dessa culpa poder ser localizada por um estudo psicológico. Nesse sentido, há uma relação estreita entre a perícia psicológica e a Justiça, mais estreita do que podemos suspeitar a princípio. Para Foucault (2005), a genealogia do chamado “exame psicológico” remonta a certas formas de controle, emergindo com a constituição das ciências humanas no final do século XVIII, o termo “exame” sendo definido como os procedimentos técnicos realizados num processo judicial para se averiguar a culpa individual (laica) que também é coextensiva à produção do homem moderno:

Da mesma forma, no século XIX também se inventaram, a partir de problemas jurídicos, judiciários, penais, formas de análise bem curiosas que chamaria de exame (examen) e não mais de inquérito. Tais formas de análise deram origem à Sociologia, à Psicologia, à Psicopatologia, à Criminologia, à Psicanálise. Tentarei mostrar-lhes como, ao procurarmos a origem destas formas, vemos que elas nasceram em ligação direta com a formação de um certo número de controles políticos e sociais no momento da formação da sociedade capitalista, no final do século XIX (FOUCAULT, 2005, p.12).

Para Foucault trata-se de um deslocamento entre saberes, um saber do inquérito para um saber de vigilância, produzida por uma sociedade que transitava para um modelo disciplinar e que, em última análise, por necessitar de novas formas de saber-poder, produziu em sua esteira as próprias ciências humanas:

Tem-se, portanto, em oposição ao grande saber de inquérito, organizado no meio da Idade Média através da confiscação estatal da justiça, que consistia em obter os instrumentos de reatualização de fatos através do testemunho, um novo saber, de tipo totalmente diferente, um saber de vigilância, de exame, organizado em torno da norma pelo controle dos indivíduos ao longo de sua existência. Esta é a base do poder, a forma de saber-poder que vai dar lugar não às grandes ciências de observação como no caso do inquérito, mas ao que chamamos ciências humanas: Psiquiatria, Psicologia, Sociologia, etc” (FOUCAULT, 2005, p.89).

Como um veículo que atinge um muro em alta velocidade, operar com um método científico que teoricamente substituiria o inquérito ou o testemunho e possibilitaria a localização da culpa por outras vias, acarreta um choque quando se depara com o caso concreto, levando a pensar que muito pouco ou (quase) nada sei a respeito do pai de Sofia através da narrativa, somente que ele se dizia vítima de uma injustiça, teria outras mulheres e batia nas filhas, informações que poderiam ser verdadeiras ou não, afinal são “vistas de pontos” no diagrama de forças do processo. Ele era culpado? Seria possível com essas entrevistas definir essa culpa? O pai de Sofia é um homem do seu tempo e assim, a culpa deve ou não ser definida recaindo exclusivamente sobre ele – na lógica no indivíduo ou sujeito no sentido moderno liberal - pretensamente com o auxílio dos diversos procedimentos técnico-científicos-jurídicos. Apesar de manter-se sempre zonas de indeterminação, incertezas, a sentença judicial deve responder à questão: o acusado fez ou não fez o que lhe é imputado? Se sim, sob que circunstâncias? Ele pode ser considerado capaz de responder pelo seu crime ou não? Para a lei não há meios-terminos, meias verdade e, na dúvida, sempre a favor do réu². Contudo, há nesse caso, como em outros, zonas de indecidibilidade e talvez pudéssemos pensar - fora de uma concepção de história positivista - e localizar em alguns casos *nichos de cultura trágica* com tensões e ambiguidades inescapáveis.

De certo ponto de vista, mãe e filha podem ser percebidas como figuras trágicas. A primeira se desespera quando percebe que parece que sua vida sai de seu controle, que cada ação que toma a deixa mais distante de seu desejo, de seu objetivo, que passo a passo se imbrica e se enreda. A sombra da culpa desliza sobre ela e a mantém dentro de seu lusco-fusco, em embate com forças que parece não compreender muito bem mas que sabe que são maiores que ela. Sofia, por sua vez, vive num mundo de incertezas. Não sabe as respostas “certas” que tem que dar, não sabe como libertar ao mesmo tempo pai e mãe de seu destino. Apesar do desejo de tê-los de volta em sua casa e voltarem a ser a família (noção

² *In dubio pro reo*, brocardo jurídico que traduz o deslizante princípio da presunção da inocência, expresso em nossa Constituição Cidadã (BRASIL, 1988) pelo art. 5º, LVII “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória”.

frequentemente tomada por óbvia) começa a entender que essa parece não ser uma possibilidade. Não podemos esquecer que, no caso de sofrer de fato os abusos por parte de seu pai, por um tempo indeterminado a mãe sabia o que ocorria e nada fez para impedir essa situação, somente agindo quando a gota d'água derradeira a fez transbordar. Haveria então nesse caso uma triangulação singular, Sofia, pai e mãe enredados, vivendo essa tragédia em seu próprio lar, a filha vítima das duas pessoas a quem mais amava e que supostamente deveriam protegê-la?

Frente a todas essas hipóteses e incertezas, poderíamos dizer que a perspectiva dessa criança é, ainda hoje, uma experiência mais próxima de um nicho de cultura trágica do que do direito moderno e que persistiriam na atualidade esses nichos, esses traços da cultura trágica – que nunca se desconfigurou totalmente – emergindo antes da construção da noção de culpa-pecado individual produzida a partir da cultura socrática-platônica-cristã? Poderíamos cogitar mesmo se há uma agonística entre essa cultura trágica em relação aos procedimentos jurídicos modernos, que envolvem a constatação/produção da culpa e remontam, segundo Foucault (2005, p.79), ao fim do século XVIII e início do século XIX, com a emergência da sociedade disciplinar que coproduz a lógica liberal do indivíduo inocente ou culpado. A culpa é colocada e produzida no dito sujeito, coisa que não seria tão simples de se definir na cultura trágica dos séculos VI a V a.c. em que operavam distintas justiças e a noção de falta ou culpa não era interiorizada. É, inclusive, do próprio conflito de concepções a respeito do direito, de uma sociedade em transição entre uma compreensão religiosa de mundo e outra “racional” que floresce essa cultura trágica que traz a tensão e a ambiguidade como marcas. A esse respeito:

O que a tragédia mostra é uma *dikē* em luta com uma outra *dikē*, um direito que não está fixado, que se desloca e se transforma em seu contrário. A tragédia, bem entendido, é algo muito diferente de um debate jurídico. Toma como objeto o homem que em si próprio, vive esse debate, que é coagido a fazer uma escolha definitiva, a orientar sua ação num universo de valores ambíguos onde jamais algo é estável e unívoco (...) Qual é, enfim, o lugar desse homem num universo social, natural, divino, ambíguo, dilacerado por contradições, onde nenhuma regra aparece como definitivamente estabelecida, onde um deus luta contra um deus, um direito contra um direito, onde a justiça, no próprio decorrer da ação se desloca, gira sobre si mesma e se transforma em seu contrário? (VERNANT, 2014, p.3 e 10).

Jean-Pierre Vernant (2014), em seus escritos “Édipo sem Complexo” e “Ambiguidade e Reviravolta. Sobre a Estrutura Enigmática de Édipo-Rei”, analisa o Édipo-Rei, tragédia que parece de alguma forma ecoar com a tragédia de Sofia. Édipo também lidava com forças maiores que ele e via que todas suas expectativas eram invertidas, cada ato

que praticava produzia o efeito contrário ao esperado por ele: “A legítima defesa fez-se parricídio; o casamento, consagrando sua glória, incesto. Inocente e puro do ponto-de-vista do direito humano, é culpado e impuro do ponto-de-vista religioso” (VERNANT, 2014, p.81). Édipo é paradigmático quanto a um tipo de procedimento judiciário de busca da verdade:

A tragédia de Édipo é fundamentalmente o primeiro testemunho que temos das práticas judiciárias gregas. Como todo mundo sabe, trata-se de uma história em que pessoas - um soberano, um povo - ignorando uma certa verdade, conseguem, por uma série de técnicas de que falaremos, descobrir uma verdade que coloca em questão a própria soberania do soberano. A tragédia de Édipo é, portando, a história de uma pesquisa da verdade; é um procedimento de pesquisa da verdade que obedece exatamente às práticas judiciárias gregas dessa época (FOUCAULT, 2013, p.39)

Foucault diz ainda que na tragédia de Édipo há uma transição na cultura e nas formas que o poder é exercido: o poder passa das mãos de um tirano para as do povo, no que acabaria sendo a “base” das formas democráticas (de opor a verdade aos seus próprios senhores), já que supõe a ideia de certa “igualdade” - ainda que bem diferente da igualdade moderna entre indivíduos no sentido liberal - entre viventes e novas relações de poder:

Édipo-Rei é uma espécie de resumo da história do direito grego. Muitas peças de Sófocles, como Antígona e Electra, são uma espécie de ritualização teatral da história do direito. Esta dramatização da história do direito grego nos apresenta um resumo de uma das grandes conquistas da democracia ateniense: a história do processo através do qual o povo se apoderou do direito de julgar, do direito de dizer a verdade, de opor a verdade aos seus próprios senhores, de julgar aqueles que os governam (...) Este direito de opor uma verdade sem poder a um poder sem verdade deu lugar a uma série de grandes formas culturais características da sociedade grega (FOUCAULT, 2013, p.58).

Dito isso, qual o motivo de retomar Édipo ao analisar a tragédia de Sofía? Qual a relação que se estabelece não só entre essas tragédias, mas entre uma concepção trágica da justiça a uma contemporânea? Nesse sentido, posso dizer que, da minha perspectiva, atender o caso de Sofía foi viver uma experiência trágica num ambiente que vive o direito moderno, a razão, a verdade, a vontade individual. Uma observação entremeando a essas imagens narrativas, as noções de *responsabilidade e culpa* não são naturais, óbvias e “ahistóricas”. No mundo trágico, dos gregos antes de Sócrates e Platão, havia um jogo complexo que foi moralizado ao longo dos séculos no processo civilizatório. A noção de responsabilidade tem uma história que ainda está em curso no contemporâneo. Os gregos pré-socráticos viviam num mundo povoado por deuses, em que potências divinas podiam, muita vez, possuir alguém, fazendo-o cometer crimes, roubos, assassinatos, e (quase) nunca era positivo

encontrar com o divino: não se saia ileso dessa experiência. Esses deuses trágicos intramundanos viviam com seus caprichos e, o que pode parecer um paradoxo mas não é, eram ao mesmo tempo muito próximos das forças da natureza e dos afetos dos viventes. Todos lidavam com essas forças e a qualquer momento podiam se ver enredados em suas tramas, sofrendo com suas ambiguidades, seus desmandos, sua “natureza”. Ora, como alguém pode ser considerado responsável pelos atos que cometeu sob a possessão ou sob o mando de um deus ou ainda seguindo o fio de seu destino? Para um grego trágico tratava-se de um contrassenso. Também nessa época, o direito já procurava instituir uma nova ordem, a do “sujeito responsável”, distinguindo crimes cometidos "de bom grado" dos cometidos "de mau grado", ou seja, na ignorância ou com conhecimento de causa. Dessa forma, no universo trágico a avaliação da responsabilidade oscilava entre duas interpretações diferentes: por um lado, associava-se à noção de *falta* (*hamártema* = "erro" de espírito, poluição religiosa, em que o ser é tomado por forças sinistras que o arrastam e enlouquecem); por outro, era engolfada pela noção legal de *delito* (*adikema* = delito intencional, que deve ser punido, a ser distinguido de *atýchema*, acidente imprevisível, não passível de punição). Como saber se não havia misturas? De qual dessas situações se tratava?

Um homem trágico vivia esses atos violentos e cruéis com o restante da vida, com alegrias, preços e dores. Eles poderiam ver essa tensão, crime familiar como um ato de possessão divina, tão possível como respirar ou comer. Um homem trágico dos séculos VI a V a.c. se relacionava com esses gestos - que se expressam com lógicas muito determinadas nos laudos - não a partir da chave do indivíduo, da culpa exclusivamente na perspectiva do pequeno eu. De certa maneira eles “integravam” esses atos “violentos e cruéis” - *nessa/dessa* mãe, pai e criança - no restante da vida, não sem dores, alegrias, sofrimentos. Os trágicos poderiam ver nessa tensão, um ato de possessão de um deus, um acidente - para que a gota que faltava transbordasse, o que poderia vir dos vários envolvidos. Nós, homens e mulheres contemporâneos, sustentamos e produzimos de outro modo esses problemas:

Nós, para tentar entender e digerir o que suspostamente aconteceu, temos que propor desenhos, questões, testes e etc., e ainda assim saímos com a sensação de não entender nada, além de uma certa “dispepsia afetiva”. São as marcas deixadas em nós por dois mil e quinhentos anos de cultura socrático-platônica continuada e exacerbada pela cultura cristã, um universo de valores altamente moralizado que, a partir do século XVII ganhou a forma racionalista que chegou até nós. É dele que herdamos alguns mitos como o de consciência moral, autocontrole, ou a própria noção de responsabilidade, entendida como "determinação volitiva adequada" (NAFFAH NETO, 1997, p.105).

Problematizar a "determinação volitiva adequada", o agente da ação³, as verdades, é bastante distinto num contexto trágico e num Tribunal de Justiça como o da presente pesquisa, uma organização que tem por objetivo julgar, tensionada por noções sobrecarregadas de história e determinadas políticas como paz social, bem comum, direitos, entre outros, e como meta “aplicar” a justiça - noção muitas vezes paradoxal - às vezes a qualquer preço e as últimas consequências (como expresso na máxima latina *fiat justitia, et pereat mundus*, faça-se a Justiça, mesmo que o mundo pereça). No que está prescrito, o poder judiciário busca basicamente a verdade, o bem e a justiça, ao mesmo tempo que, em ato, nenhuma destas três noções funciona com artigos definidos. São sempre uma verdade, um bem, uma justiça:

com o nascimento da metafísica nasce a noção de verdade, com o nascimento da moral nasce a noção de bem, com o nascimento do direito nasce a noção de justiça ligada a esse bem e nasce as noções de culpa e responsabilidade tais quais nós as conhecemos hoje, não exatamente tal e qual mas como o solo sobre o qual se edificou as noções de responsabilidade e culpa (NAFFAH NETO, 1996, p.50).

Dito tudo isso e após atravessarmos séculos e mais séculos, carregados de culturas trágicas, pré-socráticas, socrática-platônica-judaico-cristã, culturas que não terminaram e começaram, mas perseveraram e coabitam, quase nos esquecemos de Sofia, que continua com a escolha terrível e impossível em suas mãos: acusar o pai ou inocentá-lo, o que por sua vez acarretaria a condenação da mãe. Escolha de espessura estreita, aparente, escolha sem escolha. Não há alternativa para ela e Sofia desaba. Foi assim que se deu o encontro de Sofia com a Justiça, foi assim que ela se viu aos seus oito anos de idade dentro do prédio do Fórum. Foi assim que ela caiu. Sofia não sabia muito bem o que estava em jogo ali, que o pai poderia ser morto frente a não aceitação de seu crime pelos outros presos. Essa decisão não deveria caber a ela num mundo justo. No entanto vivemos em justamente mundos, singulares, complexos. Pela justiça estabelecida a menina era uma vítima - e nesse sentido, era indiferente quando disse “a verdade”, se ao ser ouvida na delegacia ou ao ser entrevistado no Fórum. Sofia estava na dita situação de risco: ou sofria da violência de seu pai ou era um brinquedo de sua mãe. Ou pior, era duplamente vítima, já que era provável que essas duas alternativas coexistissem. Nada simples. Nada justo. Não havia claro e escuro. Nunca há. Em todo caso, ela precisava ser protegida. Ao concluir meu estudo, tive que me posicionar com uma das verdades encontradas por mim, manifestando no laudo sobre o sofrimento da criança

³ O agente, quem fez? Quem em mim quer? Quem quer o verdadeiro? Problemas enredados entre si.

e sobre a necessidade de sua proteção. Me coloquei enquanto perito e sustentei meu posicionamento. Frisei esses elementos na conclusão do laudo que foi entregue com a urgência que o caso pedia, mas não sei se ele contribuiu para esclarecer “a verdade”. Pesavam questões na perícia referentes às zonas de incertezas, as ambiguidades, a dúvida e não importava qual era a verdade produzida ali: Sofia me parecia em “perigo” em qualquer das opções e era indiferente se essa mãe, num arroubo de coragem ou desespero, enfim denunciou o marido, que se aproveitaria de suas ausências para usar da filha ou se engendrou uma vingança elaborada motivada por um ressentimento contra ele. Da mesma maneira que esses poderiam ser motivos coexistentes poderia haver diversos outros que falhei em perceber ou *reconhecer*. Para formular a denúncia e acusar seu marido de um crime tido como hediondo, alguma coisa funcionou como gota d’água, expressão usada pela própria mãe, sobrevivendo a culpa e o arrependimento, mas talvez não nessa ordem, já que não era possível precisar arrependimento do quê. Minha hipótese era que o arrependimento vinha justamente do ato da denúncia, pois a partir daquele momento essa mãe entregou as decisões sobre a vida do marido, assim como a sua vida e a de suas filhas, ao escrutínio de um poder e agora era esse mesmo poder quem iria buscar e delinear uma verdade. A escolha não estava mais em suas mãos. E nessa perspectiva, a tragédia abatia a todos os envolvidos, inclusive a mim. Ao atender Sofia tive a primeira experiência em atuar nesse campo problemático e, contrariamente ao que pensava, não conseguia conhecer a verdade, e por isso mesmo ninguém seria liberto. Em mim se sustentava um poder, usando da ciência e suas teorias e técnicas, que em embate com essas vidas, produzia verdades, tensões e ambiguidades. Como a própria Sofia disse em sua entrevista, não era justo.

I.1 - Justo, justiça e justamente imagens narrativas

Eu não era capaz nem mesmo de ficar sabendo se estávamos numa repartição judicial. Havia muita coisa que falava nesse sentido, outras contra. Acima de todos os pormenores, o que mais me fazia pensar num tribunal era um estrondo, que se podia escutar à distância, não dava pra dizer de que direção ele vinha; preenchia tanto todos os espaços, que era possível assumir que vinha de todas as partes ou, o que parecia mais certo, era justamente o lugar, onde por acaso se estava, o verdadeiro lugar desse estrondo; mas decerto tratava-se de um engano, pois ele vinha de longe.

“Isso tudo já faz tanto tempo, eu era uma menina ainda, tinha só treze anos. Estava assustada, sozinha e as pessoas pareciam frias. O Juiz ficava num lugar bem alto, sua mesa colocada bem acima do chão, e a luz se projetava sobre mim. O Juiz era um homem muito alto. Os Juizes sempre são altos. Ao seu lado se juntavam pilhas e pilhas de processos, quase o escondendo. Parecia que a qualquer momento aqueles processos iriam cair sobre ele e que o Juiz iria se sufocar. Ele estava com os olhos baixos, ao mesmo tempo atento e distraído com o meu processo, que estava aberto bem na sua frente. Não olhava para mim. E eu estava ali, sentada num canto, numa cadeira pequenininha e insignificante, me escondendo. Parecia que eu não tinha importância nenhuma e queria poder correr para baixo da pesada mesa de madeira que ficava no centro da sala, só que não podia. Dias antes, um psicólogo do Fórum me aplicou um teste: eu tinha que dizer o que estava vendo numa folha de papel cheia de rabiscos. Respondi qualquer coisa, a primeira que me veio, só para me livrar daquela situação. Nos rabiscos eu só conseguia enxergar a minha avó. Eu já havia dito para aquele psicólogo inúmeras vezes o que eu queria, mas ele não me ouviu, e continuava não me ouvindo, acho que ninguém me ouvia na época. Agora, embaixo da luz, o Juiz me perguntou numa voz bem alta: - **com quem você quer morar?** E eu, com treze anos, com a voz sumindo e se recusando a sair da minha garganta, respondi que queria que as coisas continuassem como sempre foram, que queria continuar morando com a minha avó. Perdi minha mãe ainda muito pequena e era a minha avó quem era meu pai e minha mãe para mim: não seria justo ir para outro lugar. Mal o fiapo que era minha voz começou a sumir o Juiz virou para o seu lado e disse para sua funcionária: - **a menor manifesta claramente o desejo em permanecer sob a guarda e proteção de sua progenitora materna.** Na hora me assustei e pensei: - parece um trovão! Mal havia acabado de falar a funcionária já batia em sua máquina de escrever com violência e o barulho me ensurdecia, parecia que tudo no mundo tinha deixado de existir, que nada mais podia emitir som, competir com o ruído da música daquela sala, da voz do Juiz sem melodia e do ritmo descompassado de sua máquina de escrever. Naquele momento, vi sendo talhado ali o que eu havia dito, só que não com as palavras que usei. Pensei que aquilo ficaria escrito para todo sempre, num daqueles processos que eu percebi que iriam se juntar a pilha do Juiz, aquela que um dia tinha certeza de que iria por fim sufocá-lo. Enquanto isso eu continuava ali, agora encolhida nas sombras daquela sala imensa. Quando a escrevente acabou seu trabalho me mandou sair. O Juiz nem se virou ou levantou os olhos do processo para se despedir. Abriam a porta e logo me vi sozinha, naquele imenso corredor. Somente ali consegui respirar de novo e escutar outra coisa que não fosse o trovão da voz do Juiz ou o martelo da máquina de escrever. E o tempo pôde voltar a passar”⁴.

⁴ Grande parte dos elementos dessa narrativa foram relatados com especial emoção pelos corredores da Universidade por uma colega de mestrado de área e profissão diversa da minha, na manhã do dia 04 de novembro de 2019, quando comentei com ela um fragmento de caso atendido há muitos anos. Trata-se de uma perspectiva, uma jovem exposta a um poder julgador. O mais curioso foi ouvir sobre a memória das sensações que experimentou, os ruídos a que foi exposta, os afetos produzidos nesses encontros, lidar com a estranha sensação de ao mesmo tempo ser e não ser ouvida. Contava muito para ela essas “memórias auditivas”, principalmente sobre o ruído que a feria. Nesse ponto, suas marcas se imbricavam em mim com os versos da canção “Há Tempos”, escritos por Renato Russo: “Disseste que se tua voz / tivesse força igual / à imensa dor que sentes / teu grito acordaria / não só a tua casa / mas a vizinhança inteira”. Gosto de pensar que essa adolescente, enquanto estava sob a luz, se tivesse força suficiente, poderia ter gritado como na imagem que a música me produzia, suplantando todo o barulho a que era exposta e exigindo: “não quero um processo justo, quero justamente processos”. Ela se sentia tão pequena e frágil e o ruído era tamanho que era impossível para ela se impor. Curiosamente, muitas imagens dessa narrativa ressoam com certa descrição de Kafka de uma repartição judicial, principalmente quanto ao som: “Acima de todos os pormenores, o que mais me fazia pensar num tribunal era um estrondo (...)” (KAFKA, 2002, p.142). Essas ressonâncias entre a obra de Kafka e os casos produzidos e pesquisados, voltarão a surgir nesse trabalho, e o que é mais sutil, quase sempre a partir daqueles que nunca leram seus escritos. Talvez nunca tenham lido Kafka, e, ele as leu.

Jean Luc Godard tem uma bela fórmula: não uma imagem justa, justo uma imagem. Os filósofos também deveriam dizê-lo, e conseguir fazer: não ideias justas, justo ideias. Porque ideias justas são sempre ideias conformes a significações dominantes ou a palavras de ordem estabelecidas, são sempre ideias que verificam algo, mesmo se esse algo está por vir, mesmo se é o porvir da revolução. Enquanto que “justo ideias” é próprio do devir-presente, é a gagueira nas ideias; isso só pode se exprimir na forma de questões, que de preferência fazem calar as respostas. Ou mostrar algo simples, que quebra todas as demonstrações. (DELEUZE, 1992, p.53)

Esta pesquisa produz imagens justas e justamente imagens narrativas. Essa distinção interessa, pois há uma tentativa de se desvencilhar do conceito de ideia justa, conformada, contida (ao mesmo tempo que ela também comparece). As narrativas, em alguns momentos, problematizam movimentos, borrando definições pré-concebidas como pai, mãe, filho, mantendo ambiguidades, dúvidas. Expressam forças vivas, que produzem incertezas, desdobramentos, conflitos, a vida em última análise. E há um jogo de forças com ideias justas, justo ideias e justiça. A própria palavra “justo”, de onde deriva “justiça”, produz essa ambiguidade. Nesse sentido, a ideia justa pode ser como uma vestimenta: o que é justo pode prender, amassar, conter, sufocar. Por outro lado, há uma busca constante pelo justo, expresso principalmente por crianças pequenas - talvez as muito habituadas a programas de televisão – que costumam usar a expressão: “isso não é justo!”⁵. Ocorre que o justo como ideal; as ideias justas (porque adequadas à moral e a ordem vigente); as justamente ideias (as configurações singulares) e a justiça (poderes judiciários), possuem difíceis ligações, e esse jogo comparece a todo momento nesse trabalho, que se trata de uma pesquisa cartográfica. Passos et al. (2009 p.17) designam a cartografia como um método “que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas, nem com objetivos previamente estabelecidos”. A cartografia opera em um campo de forças em agonística, considerando os efeitos no pesquisador na produção do chamado “objeto” pesquisado, e a interferência dessas forças nos dados constituídos. Não há possibilidade de neutralidade e os pontos de vista e os mundos de visão produzidos no

⁵ Jean Luc Nancy (2012) analisa a questão da lei, do justo e da justiça, dizendo que ao se enunciar a palavra justiça, automaticamente nos remetemos aos fóruns, aos tribunais, ou seja, aos Poderes Judiciários instituídos. Entretanto, essas são instituições onde “trata-se de aplicar a lei (...) Essa justiça, a Justiça enquanto instituição, não é a qualidade do que é justo, é a instituição que aplica a lei” (NANCY, 2012, p.9) o que é uma importante distinção, frisando que nem sempre a lei e o que é justo caminham juntos ou podem ser entendidos como a mesma coisa. Acerca desse problema, o autor sublinha: “Por ora, considerem isto: se compreendemos bem que a lei, por si mesma nem sempre é justa, é porque temos uma ideia do justo propriamente dito, do verdadeiro justo, da justiça como ideia, como ideal, e não unicamente da justiça como instituição. Temos então uma ideia da justiça além das leis, talvez mesmo de uma justiça para a qual não pode haver lei, uma justiça que não pode ser encerrada numa lei, que é maior que toda lei”. (NANCY, 2012, p.11)

decurso da investigação são postos em análise, a investigação traz transformações no campo e no pesquisador, cartografando linhas de força singulares e comuns que tensionam em mim.

A aposta nesta pesquisa foi a de produzir imagens narrativas, operando com noções que se avizinham de uma *política de narratividade* (pista 8) conforme tratado na obra *Pistas do Método da Cartografia*:

No trabalho da pesquisa e da clínica, de alguma forma, é sempre de narrativas que tratamos. Os dados coletados a partir de diferentes técnicas (entrevistas, questionários, grupos focais, observação participante) indicam maneiras de narrar – seja dos participantes ou sujeitos da pesquisa, seja do pesquisador ele mesmo – que apresentam os dados, sua análise e suas conclusões segundo certa posição narrativa. O que os pacientes dizem na situação de análise, o que os terapeutas levam para suas supervisões, o que os supervisores contam do que ouviram, tudo isso implica tomada de posição numa certa política da narratividade. A escolha desta posição narrativa (ethos da pesquisa/ethos da clínica) não pode ser encarada como desarticulada das políticas que estão em jogo: políticas de saúde, políticas de pesquisa, políticas da subjetividade, políticas cognitivas. Toda produção de conhecimento, precisamos dizer de saída, se dá a partir de uma tomada de posição que nos implica politicamente” (PASSOS et. al., 2009, p.150).

As narrativas dessa pesquisa expressam em imagens as ideias justas (adequadas aos clichês e à moral) e justamente ideias (movimentos singulares, abertos), ambas presentes. O uso das narrativas foi uma maneira de proporcionar um deslocamento, expressar as vidas como elas são, procurando desertar o julgamento moral (ideias justas) e as médias estatísticas, abreviações.

O campo de expressão desta investigação busca emular o “formato-autos”. Em cada capítulo um caso diferente emerge e é tratado, circunscrito num “capítulo-processo”. Portanto, essa escolha estética no formato da escrita da pesquisa busca favorecer com que as narrativas se produzam ao modo de processos judiciais e que esses processos possam ser lidos de maneira independente, como o são no trabalho de perito. Essa articulação de algum modo dramatiza uma experiência de trabalho, procedural, caso a caso, um dia após o outro. Ao encerrar um caso com o laudo e a entrega do processo ao cartório logo se inicia outro, as luzes se voltam sobre os novos casos, os antigos caem em uma espécie de zona de esquecimento e são arrastados em marcas sutis que essa investigação tenta acionar.

Os capítulos-processos são numerados e organizados na medida mais ou menos em que foram sendo produzidos e apesar de funcionarem um à parte do outro, sinalizei a interação entre esses “autos fora dos autos” onde entendi que era estritamente necessária para melhor compreensão de um tema ou até mesmo para não repetir conceitos apresentados

anteriormente. Formam assim uma certa “jurisprudência” da pesquisa⁶. As únicas exceções são o Processo de Sofia, que funciona como um deflagrador de problemas que virão e o de L., que é um fluxo conceitual, entrecortado por imagens/fragmentos narrativos, uma espécie de encerramento sem o ser. Mas por que iniciar a escrita desse trabalho justamente com o caso de Sofia e não com outro qualquer? Por que apresentarei os casos a seguir e não outros? Esses casos arrastam marcas intensas? Sim e não, não sei muito bem, alguns são borrões na memória e emergiram na escrita do trabalho, na tentativa de operar com os problemas, enquanto outros são muito nítidos. De todo modo são vivos e há sangue neles, então no processo de escrita procurei injetá-lo nas linhas, que poderiam estar aqui em vermelho. Sangue nas vias, sangue nas trilhas⁷. As narrativas vão tomando caminhos inesperados, como se tivessem (e têm) vida própria. São vidas que emergem, crianças, jovens, adultos, famílias, sempre em conflito com alguma força e ganhando visibilidade.

Michel Foucault em seu escrito *A vida dos homens infames* (2003) trata desses que se veem inesperadamente com certa *fama* - ou nem tão inesperadamente assim, se “foram eles que provocaram”⁸ a intervenção judicial. Esses “até então infames”, deparam-se com lógicas de justiça; estão sob a ótica, a luz de um terceiro, um holofote de fora, visão de determinado poder instituído. Se trata de um terceiro e da história do enfraquecimento de uma espécie de “potência tradicional” das famílias, que possui muitas linhas de constituição.

⁶ A jurisprudência, grosso modo, é o conjunto de decisões judiciais sobre determinado tema que vai formando uma direção na maneira de se interpretar/produzir uma lei. São decisões caso a caso e não são fixas, muita vez implicadas com as mudanças na sociedade. Deleuze faz considerações importantes sobre o tema, mais precisamente acerca da maneira em que a jurisprudência interage/produz certa lei e vai (re)formando-a: “Eu sempre fui um apaixonado pela jurisprudência. Se não tivesse feito Filosofia, teria feito Direito. Mas não Direitos Humanos. Teria feito jurisprudência, porque é a vida! Não há Direitos Humanos, há direitos da vida. Muitas vezes, a vida se vê caso a caso. (...) Tudo isso é jurisprudência. Não se trata de direito disso ou daquilo, mas de situações que evoluem. E lutar pela liberdade é realmente fazer jurisprudência. (...) A única coisa que existe é a jurisprudência. Portanto, é lutar pela jurisprudência” (DELEUZE, 2019).

⁷ Tradução livre e tentativa de adaptar os sentidos intraduzíveis em português do título do álbum “*Blood on the tracks*” de Bob Dylan, lançado em 1975. A palavra *track* pode significar tanto as faixas do disco, como os trilhos de um trem, trilhas ou pistas (essas em seus dois sentidos), rastros (de um veículo, uma pessoa ou de um animal), pegadas ou ainda, quando verbo, indicar “seguir a pista de”.

⁸ Foram eles? Quem provoca? Eles provocam? Quem neles? Quem em nós? Nas relações de poder-saber, não há principalmente oprimidos ou reprimidos pela justiça, Foucault diz que: “a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.” (FOUCAULT, 1979. p.7-8).

Michel Foucault, em seu estudo dedicado às cartas régias com ordem de prisão (*lettres de cachet*) dá algumas indicações, dizendo tratar-se de:

documentos que datam, todos, mais ou menos da mesma centena de anos, 1660-1760, e que provêm da mesma fonte: arquivos do internamento, da polícia, das petições ao rei e das cartas régias com ordem de prisões (...) Mas a maioria delas (...) eram, na verdade, solicitadas por maridos ultrajados por suas esposas, pais de família descontentes com seus filhos, famílias que queriam se livrar de um indivíduo etc. (...) A *lettre de cachet* com ordens de prisão, tida como a vontade expressa e particular do rei de fazer encarcerar um de seus súditos, fora das vias da justiça regular, não era senão a resposta a essa demanda vinda de baixo. (...) Os que utilizavam as cartas régias com ordens de prisão e o rei que as concedia foram pegos na armadilha de sua cumplicidade: os primeiros perderam cada vez mais sua potência tradicional em benefício de um poder administrativo; quanto a este, por ter se metido todos os dias em tantos ódios e intrigas, tornou-se detestável. Como dizia o duque de Chaulieu, eu acho que, nas *Mémoires de deux jeunes mariées*, ao cortar a cabeça do rei, a Revolução Francesa decapitou todos os pais de família⁹ (FOUCAULT, 2003, p.203 e 222).

Para Foucault (2003) o infame é qualquer um que, ao ganhar foco de luz, ao esbarrar – como uma mosca ou uma borboleta que se choca sem parar com o poder - é produzido em malhas de poder-saber no papel de pegar-mosca de determinada interpretação e julgamento. Esse homem infame nada mais é que “o homem qualquer que tem sempre algo de que se criticar, mas que é trazido à luz e levado a falar. Mas de que coisa? Denúncias dos vizinhos, inquérito da polícia... E a situação vai multiplicar as peças justificativas” (DELEUZE, 2017, p.44). Esse choque implica investigações, laudos, pareceres, relatórios, etc.

Entretanto, há aqui uma importante distinção entre o presente trabalho e *A vida dos homens infames* de Foucault, onde há traços narrativos que são analisados por ele séculos depois das escritas terem operado, segundo o autor, como armas, como armadilhas desse poder. Foucault, ao acessar esses documentos, procura traçar uma história das relações de poder e como essas relações produziram a Justiça como a conhecemos. Esses escritos, em arquivos empoeirados, foram tudo o que restaram daquelas vidas e em suas linhas encontram-se narrativas breves dos motivos que levaram a demandar uma decisão do poder. Pouco ou quase nada se sabe a respeito desses infames e séculos depois podemos somente imaginar suas dores, seus sofrimentos e alegrias, coisa que essas linhas pouco ou nada expressam a respeito. Esse problema de certa forma marcou a escrita dessa pesquisa, comparecendo vários encontros que ecoam com os infames de Foucault, entretanto o fato de estar implicado com as

⁹ Acerca das cartas, ordens de prisão e o declínio de certa “potência tradicional das famílias” ver também (FOUCAULT, 2005, p.96).

vidas aqui retratadas produz um outro tipo de relação com o material analisado. Exercendo a função de psicólogo judiciário, elaboro relatórios e laudos, que em suas linhas traçam narrativas das vidas ali analisadas. Produzo também análises e conclusões a respeito delas, sempre utilizando de uma certa linguagem, uma forma que não abre espaço para quase nada desses encontros, sendo completamente inverossímil um documento diferente disso. Com essa escrita “técnico-científica”, muito acaba permanecendo fora dos autos, onde somente parte dos encontros poderão figurar, entremeadas com conceitos e teorias da psicologia, coerentes com o questionamento jurídico produzido em cada processo. Um dos objetivos dessa pesquisa foi desertar dessa porção da atuação e enunciar aquilo que não consta nos autos. Assim, nessa investigação, diferentemente de minha atuação profissional diária, deixei em suspenso a produção específica da área, ela não foi utilizada. A esse respeito, a produção científica da psicologia judiciária, jurídica ou forense é bastante ampla e específica. Há vários trabalhos e pesquisas sobre qualquer tema que suscita problemas. Se pensarmos no caso de Sofia e buscarmos textos sobre violência sexual encontraremos inúmeras fontes de pesquisa. Entretanto, esse trabalho não trata de estudos a respeito de violência sexual, adoção, disputa de guarda, ou qualquer outro desses “assuntos”¹⁰. Nessa pesquisa, não foi esse meu objetivo, pelo contrário, o foco de luz é colocado sobre o que não está escrito, exatamente sobre esses encontros, sobre as marcas e afetos, coisas que não constam nos autos. Nesse sentido, a produção de narrativas busca furar essas linhas e papéis, trazendo uma escrita que é distinta da escrita dos autos: importam os afetos, os encontros, os casos, as vidas. Ao mesmo tempo que arrastam as marcas das entrevistas com viventes, com distintas singularidades, emergem os encontros com todas as ambiguidades, conflitos, disputas e contradições inerentes à vida. Uma menina que desaba quando confrontada com um dilema sem solução, sem possibilidade de “salvar” seu pai e sua mãe ao mesmo tempo, produz uma marca intensa em mim, responsável por acompanhar esse caso, ao passo que esse encontro também produziu nela afetos. Nessa investigação há muitas implicações com as vidas de homens, mulheres, meninos e meninas infames, um comprometimento com esses escritos. Fui um dos operadores nos casos, produzi inflexões, segui roteiros predeterminados em uma organização que visa julgar essas mesmas vidas, conformá-las, medi-las, ajustá-las. Ideias justas medidas com quais régua? Assim, esse trabalho de pesquisa não tem como objetivo conceituar e/ou catalogar o

¹⁰ Todo processo trata de um “assunto”. É assim como os problemas jurídicos são definidos no corpo dos autos.

que são a psicologia judiciária, suas várias normativas, protocolos, leis, regulamentos, portarias, códigos de ética etc., a não ser onde se faça estritamente necessário para o caso¹¹.

No trabalho de escrita uma pergunta se enreda à seleção dos casos: Por que esse Tribunal de Justiça se preocupa com certos casos e não com outros? Ao pôr os pés para fora do fórum, imediatamente me deparo com miséria - há sofrimento e dor em cada esquina. Mas não são todos esses casos pelos quais a Justiça se interessa, só por alguns. Isso é um problema, pensar que os casos chamados de “situações de risco” que atendo são uma parcela mínima, um fiapo pego pelo poder. São aqueles que por um motivo ou outro caíram e se enredaram numa trama, não escapando pelos buracos da rede e chamando a atenção de um poder, que muitas vezes espreita certas vidas. Acerca desse problema Michel Foucault se refere a:

um jogo de circunstâncias que, contra qualquer expectativa, atraíram sobre o indivíduo o mais obscuro, sobre sua vida medíocre, sobre seus erros afinal bastante comuns o olhar do poder e o clamor de sua cólera: acaso que fez com que a vigilância dos responsáveis ou das instituições, destinada sem dúvida a apagar qualquer desordem, tenha detido este de preferência àquele, esse monge escandaloso, essa mulher espancada, esse bêbado inveterado e furioso, esse vendedor brigão, e não tantos outros, ao lado destes, cujo barulho não era menor (FOUCAULT, 2003, p.209).

Certas vidas se confrontaram com algo que está ali, constantemente vigiando, controlando, modulando. Esse poder se interessa muito pelo que captura, mas seu faixo de luz, ao mesmo tempo em que ilumina quem se encontra abaixo dele, deixa o redor no escuro. Então, ele de certa maneira é cego e tudo o que está fora de seu alcance deixa de ser seu interesse, não importando naquele momento¹². Esse escuro me incomoda e impulsionou esta pesquisa. Certamente operam em mim forças que percebo mal e, ao mesmo tempo que sou tido como um dos operadores de luz, também tateio no escuro quando atuo com essa aparelhagem e ela em mim.

¹¹ No que está em jogo na cena (e não no seu oposto) poderia dizer que todos os processos em que os psicólogos são chamados a atuar no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo pertencem a uma dessas três áreas do direito: infância e juventude, família ou criminal. Os processos das matérias de cada um desses campos são presididos por um juiz responsável por uma Vara, com um cartório e uma série de serventuários: escreventes, oficiais de justiça, assessores jurídicos, etc. Esses são os personagens em jogo sem a *mise en scène*.

¹² Uma nota breve: Essa luz do poder, em muitos casos que acompanhei, não se mostrou tão somente uma experiência negativa. Para alguns parecia ter sido uma experiência prazerosa e de valorização à luz estar sobre si, perceber-se como centro das atenções. Frequentemente há uma convocação social ao espetáculo, a ser visto, percebido - vide a narrativa do Capítulo-Processo III de Cristal como exemplo.

É nesse escuro, posição confortável e que também produz medo, espreita, que se deu algumas das escritas de narrativas. Nesse processo fui tomado por outras forças, às vezes um juiz em mim, às vezes um promotor, outras vezes um advogado e algumas outras vezes um burocrata, um serventuário cumprindo com sua função zelosamente, preocupado em carimbar e despachar seus papéis e se livrar de suas tarefas e não com as vidas que procurava expressar. Afinal, igual a todos, sou habitado por muitos¹³.

Nesta pesquisa fiz um exercício de virar o faixo, a seta de questionamento em minha direção, procurei não permanecer nas sombras ao produzir as narrativas desta investigação. Nelas, as luzes também incidem sobre mim, uma tentativa de implicação com os problemas. Nessa medida, é uma pesquisa contra mim mesmo, tentando encontrar o que não aceito ou aceitava¹⁴. Contribui para isso, no decurso da pesquisa, fazer anotações frequentes em um diário de campo, algumas vezes produzindo narrativas que incluíam sonhos de colegas e meus, caminhadas, visitas, entrevistas, conversas que enredavam sofrimentos e alegrias, medos e angústias em atendimentos e seus manejos possíveis.

Seria preciso sublinhar que nenhum dos casos trazidos nessas narrativas aconteceram como descritos aqui e nem mesmo suas personagens existiram inteiras. São vários fragmentos que foram aos poucos se transformando em outros. Pedacos de histórias se cruzaram, personagens se misturaram, ecos e redundâncias. A própria expressão “caso” deve ser problematizada a partir da ideia de Luiz Orlandi de que:

A palavra caso é qualquer coisa atual, qualquer ente, um x qualquer. Poderíamos brincar e dar a ele o nome de mônada. Com essa brincadeira quero dizer que um caso qualquer merecedor de “procedimentos expressivos” já é, ele próprio, expressão de um mundo (ORLANDI, 2005).

Nessa pesquisa, essas “expressões de mundos” ficaram aos poucos indistintos, perdendo contornos identitários, ganhando outros - uma recombinação, pastilhas de um mosaico enredando múltiplos mundos, um processo de elaboração que também operou com

¹³ “Eu me contradigo? Muito bem, então eu me contradigo. (Sou amplo, eu contenho multidões)”. Tradução livre de versos da estrofe 51 do poema *Song of Myself* de Walt Whitman, escrita em 1892 e retomada por Bob Dylan em 2020 em sua canção “*I Contain Multitudes*”.

¹⁴ Problema tratado pelos pesquisadores do LEPETS (Laboratório de estudos e pesquisas em formação e trabalho em saúde) cf. CAPOZZOLO, A. A.; HENZ, A. O.; CASETTO, S. J.; MORENO, H.V.; RODRIGUES, A.; LIBERMAN, F.; MAXIMINO, V. S.. Pesquisar contra si e encontrar o que não aceitamos na experiência do método. In: VII Congreso Iberoamericano de Investigación Cualitativa en Salud, 2016, Barcelona. Libro de resúmenes de lo VII Congreso Iberoamericano de Investigación Cualitativa en Salud. Barcelona, 2016. v. 01. p.125-126.

formações oníricas, expressões verossímeis. As narrativas e suas análises não tratam de “estudos de caso”, são produções com muitos casos, estudos, atravessamentos literários, filmicos, musicais, vários disparadores que não constam nos autos, verossimilhanças¹⁵. Uma estratégia de pesquisa foi a produção de narrativas verossímeis, prováveis, críveis, que aparentam ser verdadeiras, umas das formas sutis que encontrei para desdobrar aspectos que muitas vezes não aparecem no trabalho escrito, que não figuram nos autos.

A escrita se aproxima de diversas experiências numa mesma narrativa, desinvestindo de qualquer abordagem pessoal ou individual. Importaram os traçados de casos que poderiam ser de todos e qualquer um de nós, famílias comuns que moram na casa ao lado. Esses casos e casas trazem distintas espessuras das paredes, mas de seus muros e muralhas emergem “casos” desde que por um motivo ou outro tenham se visto sob a luz do Poder. Essas narrativas pretenderam arrastar também certa delicadeza desse trabalho, desses encontros, ao mesmo tempo tentando me colocar em xeque em manejos, gestos, explorando problemas que surgem nessa atuação. Nesse mesmo sentido, o profissional que emerge nessas narrativas, esse psicólogo, é um e são vários, como também é um e são vários os tribunais. Interessa um pequeno aparato de tribunal de justiça que frequentemente pode se instalar em todo e qualquer lugar, implicando esquadrinhamentos e jogos da moral, o jogo platônico dos modelos, do tal e qual, do isso ou aquilo, do claro ou escuro, sucessivamente, ao mesmo tempo em que se considera as estratégias singulares, habitando paradoxos.

São vidas que são o fio condutor desta pesquisa, delas emergindo os problemas que foram analisados, e não o contrário. As narrativas foram produzidas antes de suas análises e são elas que navegam a pesquisa. Com as narrativas são arrastadas problemáticas como judicialização da vida, afetos e afecções, transbordamentos, implicações, políticas de escrita, produção da verdade, culpas e corresponsabilidades, medo e prudência, ética e moral, etc. São rostos desfocados, comuns, singulares, histórias que interessam, vidas quaisquer (infames) que de todo modo importam. Nesse sentido, Sofia é muitas e nenhuma, mas sua tragédia é única. A designação e a ideia justa de “vítima” falham em defini-la, seu caso trata-se de uma

¹⁵ O conceito de verossimilhança é entendido aqui como decorrente: “da relação do texto (...) não com a realidade empírica da sociedade do autor, mas da sua relação com outros discursos da sua cultura, que funcionam como explicações ou causas da história narrada, tornando-a adequada àquilo que se considera natural, habitual e normal que aconteça na realidade e como realidade. A ficção é verossímil quando o leitor reconhece os códigos que julga verdadeiros e que são aplicados pelo autor para motivar as ações da história. O verossímil motiva (...), fornece motivos para as ações (...) narradores [podem] opor e inverter os termos de realidade/aparência, razão/loucura, ideal/interesse, verdade/falsidade, verossimilhança/inverossimilhança, que organizavam a racionalidade das práticas de um tempo” (HANSEN, 2019). Visando a verossimilhança, infringi a “norma culta”, mantendo na escrita das narrativas todos os vícios comuns à linguagem coloquial, com seus erros característicos.

multiplicidade, singularidades, culpas, morais. Os casos aqui tentam expressar mundos, casos produzidos com costuras críveis, um exercício de perspectivismo¹⁶, problematizando a (falsa) distinção entre objetivo ou subjetivo, verdade ou mentira:

Contra o positivismo, que permanece ao fenômeno, ‘só há fatos’, objetarei: não, justamente não há fatos, somente interpretações. Não podemos constatar nenhum *factum* ‘em si’: talvez seja um absurdo querer esse tipo de coisa. ‘Tudo é subjetivo’, dizem vocês: mas isso é já uma interpretação; o ‘sujeito’ não é um dado, mas algo inventado depois, colocado atrás. – É finalmente necessário colocar depois ainda o intérprete atrás da interpretação? Isso é já invenção, hipótese. Na medida em que exatamente a palavra ‘conhecimento’ possui um sentido, o mundo é cognoscível: mas ele é, por outro lado, interpretável, não há um sentido atrás de si, mas muitos sentidos: ‘perspectivismo’. São as nossas necessidades *que interpretam o mundo*: os nossos instintos, o seu a favor e o seu contra. Cada instinto é uma necessidade de dominação, cada um possui a sua perspectiva que ele desejaria impor como norma a todos os outros instintos (NIETZSCHE, 2013, p.427, grifos do autor).

Um dos problemas que comparece nesta pesquisa envolvendo vidas e viventes é o que se passa, quais linhas de força operam quando um psicólogo acompanha um caso de um processo, entendendo que um caso judicial é também a materialização de um conflito, agora dentro de certas normas e códigos, passando a “atender” uma lógica e uma linguagem jurídica toda própria. Trabalhando a todo momento com esses sentidos impostos, os lugares prévios, como introduzir a hesitação, a indecisão, os estados de suspensão? Às vezes é com justamente ideias, quando é possível pensar diferente, desencaixado de réguas morais. E os casos estão nos Tribunais em demandas judiciais, dentro do “formato-autos”, sua formatação, sua ideia justa. Há um tensionamento e o risco de se levar por certo convencimento, taxar, sentar-se no já sabido e reconfortante “esse caso eu já sei, esse caso eu já vi, esse é igual aquele outro”, *reconhecendo* e encontrado o que se esperava desde o início: “A verdade não tem como critérios a evidência e a certeza; tem como condição um esquecimento e uma suposição” (MACHADO, 2017, p.53-54). Tudo isso está presente nos casos, misturado a saídas singulares, como tratar de problemas com crianças-adultos, e adultos-crianças, vida e morte com os operadores do direito e com as partes, a necessidade de “entregar” com o trabalho. Jogo das singularidades, desertar com rigor a assertividade e a gregariedade. É também o problema de ocupar certos lugares identitários, posições fixas, homem-mulher, réu-juiz, branco-negro, criança-adulto, direita-esquerda, etc.

¹⁶ “Conhecer não é explicar, é interpretar. Mas é uma ingenuidade pensar que uma única interpretação do mundo seja legítima. Não há interpretação justa; não há um único sentido. A vida implica uma infinidade de interpretações, todas elas realizadas de uma perspectiva particular” (MACHADO, 2017, p.135).

Por fim, reforço que a pesquisa busca tratar de um conjunto de problemas que acompanho diariamente e tenta fazer uma espécie de leitura a quente do trabalho de um psicólogo no Poder Judiciário, uma espécie de arrastão¹⁷ de elementos que chamaria de obscenos, portanto o que não está em cena, no sentido de: “oposto à cena / do lat. *obscenum*, de *ob*: (aqui) oposição + *scena*, *ae*: cena, palco. O que não se pode levar ao palco por atentatório à moral” (PORTELLA, 1984, p.115). Ou seja, tudo que não consta nos autos, não figuram nos relatórios e laudos nem nas peças de um processo. Trata-se da vida como ela é, reivindicada por um homem revoltado com o que estava sendo acusado e que disse:

- O papel aceita tudo. A vida nem tudo.

Sim, e “tudo que é reto mente (...) toda verdade é torta, o próprio tempo é um círculo” (NIETZSCHE, 2018, p.151).

¹⁷ A ideia de arrastão como utilizada na pesquisa foi apropriada, ao modo do escritor William Burroughs que usava das iniciais GETS, de *Good Enough To Steal* (“bom o suficiente para roubar”, em tradução livre), de três linhas. A primeira tem ligação com a pesca e as cidades praianas, onde se pode ver os pescadores lançando as redes de arrastão aos mares em busca de uma grande quantidade de peixes, ao modo das imagens da canção “Arrastão” (1965) de Edu Lobo e Vinícius de Moraes. A segunda linha, bem mais contemporânea, também tem ligação com os litorais, mas nesses arrastões não são os peixes que são pescados e sim os pertences dos banhistas, que são arrastados por cardumes de redes humanas. Essa ambiguidade problemática incide no álbum de Tom Zé (1998) “Defeito de Fabricação”, no encarte, com um manifesto “estética do arrastão ou do plágio”: “O aproveitamento desse alfabeto se dá em pequenas ‘células’, citações e plágios. Também pelo esgotamento das combinações com os sete graus da escala diatônica (mesmo acrescentando alterações e tons vizinhos) esta prática desencadeia sobre o universo da música tradicional uma estética do plágio, uma estética do arrastão (Técnica de roubo urbano, inaugurada em praias do Rio de Janeiro. Um pequeno grupo corre violentamente através de uma multidão e ‘varre’ dinheiro, anéis, bolsas, às vezes até as roupas das pessoas). Podemos concluir, portanto, que terminou a era do compositor, a era autoral, inaugurando-se a Era do Plagicombinador, processando-se uma entropia acelerada”. A terceira linha na rede desse arrastão vem de Luiz Orlandi (2018, p.11-12), que em sua obra “Arrastões na imanência”, menciona arrastões intensivos: “Eles implicam a consistência de uma teia conceitual própria, que não é desta ou daquela tese, deste ou daquele ensinamento. É a de arrastões desejosos de um pensar junto, arriscando-se a errar. É uma errância que evita priorizar prazeres da vaidade ou recaídas num proselitismo doutrinário. Errância também avessa a pretensões interpretativas e julgadoras. É a de um gosto filosófico próprio. A atmosfera desses arrastões tem algo a ver com esta pergunta: quando a leitura dos enunciados de uma filosofia é intensificada por uma expressividade diferencial, que parece vir das próprias ideias, como alcançar o que o filósofo está pensando, mas sem perder, ao mesmo tempo, o gosto, o afeto que advém de tão estranha força? Certamente acontece algo mais do que um ganho de informação. É aí que os arrastões vão acontecendo, como teias de pensamentos e afetos, como emanações de junturas conceituais vagando no jeito estranho de um *pensar junto*. Tecnicamente, os arrastões são como rearticulações entre o plano da imanência erigido pelos conceitos próprios da filosofia arrastada e o plano de imanência do pensar que se diferencia nos arrastões como modo singular do seu gostar de *ir junto* (...) Vive-se nesse campo de multiplicidades de encontros; é nele que somos modulações de poderes de afetar e poderes de sermos afetados. Como reencadeamentos expressivos de circunstancialidades impositivas, os arrastões armam teias quebradiças de conceitos, conceitos recombináveis ao sabor de problemas emergentes nos encontros. Os arrastões não falam em nome de. Eles querem rizomatizar como que jogando GO (...)”. São desses e de outros arrastões que se trata a pesquisa.

PROCESSO II

OLAVO E ADÃO

UMA FAMÍLIA DO PRESENTE

Preencha a seguir o perfil da criança que você deseja adotar:

Gênero: Sem Preferência Masculino Feminino

Aceita com Deficiência Física: Sim Não

Aceita com Deficiência Mental: Sim Não

Aceita com Doença Detectada: Sim Não

Aceita com Doença Infecto-Contagiosa: Sim Não

Preferência étnica? Sim Não

Etnias aceitas: Amarela Branca Não Informado Indígena Preta Parda¹⁸

Havia chegado o momento na entrevista psicológica de, em conjunto com um casal, questionar suas preferências sobre como seria a criança que queriam adotar. Com a planilha em minhas mãos, perguntei:

- Vocês já pensaram se fazem alguma restrição quanto a cor da criança que vocês aceitariam adotar?

A mulher, segurando as mãos do marido, respondeu pelo casal:

- A gente aceita branca ou parda.

- Por que branca ou parda?

- Porque a gente quer uma criança que pareça com nós dois, que não destoe muito da gente.

- Tudo bem, posso deixar marcado branca e parda aqui e deixar em branco “preta”, “indígena” e “amarela”, é isso mesmo?

¹⁸ Reprodução de parte dos quesitos que qualquer pretendente à adoção no Brasil necessita preencher, acessando a área Registro de pré-cadastro de pretendentes a adoção do “Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento”, no site do Conselho Nacional de Justiça, em: <https://www.cnj.jus.br/sna/precadastro.jsp>. Acesso em: 18 jun. 2020.

- Ah não, espera! imagina um indiozinho ou um japonêsinho correndo pela sala, ia ser tão fofinho! Marca “indígena” e “amarela” pra gente também!

O marido permanecia sorrindo calado, enquanto continuava segurando a mão da esposa.

Acabei comentando esse trecho da entrevista com uma psicóloga do meu setor na hora do café. Ela, branca, loira e com olhos claros, contou que atendeu um casal junto com uma colega assistente social negra e que quando chegaram nesse quesito sobre a cor a mulher disse, olhando para seus olhos: “eu queria uma criança assim, igual a você, não igual a ela”, voltando-se para a assistente social.

Dias depois fui chamado por um promotor de justiça em seu gabinete. Ele tinha uma questão para mim mas não foi direto ao ponto: antes me elogiou dizendo que gostava muito do jeito que eu escrevia, que quando ele recebia um processo em sua mesa em que eu havia atuado a primeira coisa que fazia era ler meus laudos psicológicos, pois eu costumava fazer um resumo do caso logo no início do documento, o que lhe facilitava a vida. Entregava a ele o problema mastigado, deglutido e processado. Seria minha visão então que se fazia prevalecer naqueles processos em que ele devia fiscalizar e promover a aplicação da lei? Após educadamente me agradecer, o promotor puxou da sua pilha de processos um pedido de adoção formulado por um casal de homens. Abriu justamente nas folhas em que havia escrito com sua caneta vermelha, em letras todas maiúsculas, exageradas no tamanho e sublinhadas várias vezes com uma régua com seu questionamento: “**NO CASO DESSA ADOÇÃO SE EFETIVAR, QUEM SERÁ A MÃE DA CRIANÇA?**”. Uma interrogação marcadamente identitária e com um modelo moral. Acrescentou, quando já deixava sua sala:

- Para mim, casal quer dizer homem e mulher! E para você?

Não respondi e a pergunta ficou no ar. Enquanto toda essa discussão acontecia dentro do prédio do fórum, o casal não imaginava que naquele momento a vida deles estava sendo posta em questão, junto de seus sonhos, desejos e motivações. Afinal, eles poderiam ser pais?

Mais tarde soube que Olavo era mais velho, um homem maduro. Era um engenheiro, respeitado e muito conhecido na cidade. Adão era mais novo, um cozinheiro muito bom, trabalhava em casa e fazia doces por encomenda. Ele parecia mais tímido e calmo que Olavo, que sempre que necessário tomava a frente do casal. Estavam juntos já há quase 15 anos.

Adão cozinhava quando o oficial de justiça foi à sua casa os intimando para que comparecessem ao fórum para serem entrevistados por um psicólogo, o que o deixou muito nervoso. Não gostava de ser avaliado e temia sofrer algum tipo de preconceito ou até mesmo ser perseguido naquele lugar. Esperou o esposo chegar em casa para contar a ele, os dois conversaram e Olavo disse ao marido para que ele se acalmasse, que daria tudo certo.

Na data agendada, Olavo e Adão chegaram juntos ao fórum, um ao lado do outro, sem qualquer contato físico, como se fossem apenas amigos. Pareciam inseguros frente àquela estranha sensação de serem avaliados. Chamei os dois e entraram na minha sala. Olavo se sentou a frente, enquanto Adão se sentava meio que de canto e encolhido atrás do companheiro. Eu disse:

- Oi, tudo bem?

Olavo respondeu seco pelos dois:

- Tudo.

- Fiquei sabendo que vocês querem adotar uma criança. Eu recebi o processo do pedido de inscrição no cadastro e vou fazer a avaliação psicológica de vocês. Eu sou o Leandro e sou psicólogo aqui do fórum. Vocês já participaram do curso de preparação para os pretendentes¹⁹?

Olavo respondeu:

- Já, passamos uma sexta-feira inteira aqui no fórum com mais um monte de gente que quer adotar, o juiz e o promotor falaram e acho que algumas psicólogas. Foi muito bom, mas não gostamos de uma coisa.

- Do quê?

- As pessoas pareciam que ficavam olhando pra gente de um jeito esquisito, pareciam que ficavam nos julgando. Uma hora teve uma pausa para o café e eu percebi duas funcionárias dizendo, olhando bem pra gente, que achavam aquilo “antinatural”. Não sei

¹⁹ Desde 2010, com o advento da lei 12.010/09, toda inscrição de pretendente à adoção “será precedida de um período de preparação psicossocial e jurídica, orientada pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude” (BRASIL, 2009). Na prática, esse período consiste em cursos promovidos pelas equipes técnicas, com a participação de juizes e promotores de cada Comarca, onde os pretendentes são informados sobre as características da adoção, tanto da perspectiva legal quanto da psicológica e social, abordando características, especificidades, desafios, implicações e responsabilidades inerentes ao ato da adoção.

quem elas eram, mas eu fiquei louco da vida. Para elas a gente era uma aberração! Falei pro Adão que a gente já havia perdido, que não íamos conseguir ser aprovados, que a gente só ia ser humilhado aqui. E outros casais continuavam olhando pra gente, sem entender se a gente era um casal ou se estávamos ali sozinhos. Eu fiquei incomodado e teve uma hora que eu segurei a mão do Adão pra mostrar pra todo mundo que a gente era um casal. Daí ninguém mais olhou.

- E como foi passar por isso?

Olavo respondeu:

- Não foi nada bom, mas infelizmente a gente já está acostumado. Estamos juntos há muito tempo e já passamos por muita coisa, não vai ser isso que vai fazer a gente desistir. O próprio Adão nunca se abriu com a família dele sobre a nossa relação, eles acham até hoje que somos amigos, ou pelo menos fingem que acham. Lidar com a família é sempre difícil. Eu mesmo fui casado por quase vinte anos antes de conhecer o Adão e tive uma filha - hoje ela já é uma mulher crescida.

- Qual o nome dela?

- O nome dela é Sabrina. Quando me separei da mãe dela e fui morar com o Adão foi um choque pra ela. Ela ficou uns dois anos sem falar comigo, eu telefonava e ela não atendia. Um dia eu encontrei com ela na rua e ela virou a cara pra mim, fez de conta que não me conhecia. Eu queria morrer. Mas o Adão conversou comigo e me deu forças, disse que devia ser difícil para Sabrina, mas que ela ia acabar aceitando, que a gente precisava dar um tempo pra ela. O Adão foi tudo pra mim, ele ficou do meu lado e a gente passou por toda essa barra juntos, e juntos ficamos mais forte.

Ao terminar sua fala, Olavo segurou a mão de Adão e os dois se emocionaram. Permanecemos os três em silêncio. Com lágrimas brotando, Adão falou pela primeira vez:

- E hoje a Sabrina é minha melhor amiga. Ela fala que eu também sou pai dela e pra todo mundo que pergunta ela fala que tem dois pais. Ela até convidou nós dois pra sermos os padrinhos de casamento dela e no altar o padre ficou com a maior cara de tacho, não estava entendendo nada, nós dois de braços dados. Hoje a Sabrina é minha filha também!

O casal estava feliz e continuavam segurando a mão um do outro. Observei, enfim:

- Percebi que vocês se emocionam quando falam da Sabrina, parece que foi muito importante o reconhecimento dela. Ela já sabe que vocês decidiram adotar uma criança?

Adão respondeu:

- Sabe, fizemos questão da Sabrina ser a primeira pessoa a saber. Ela ficou muito feliz e disse que faz questão de ser a madrinha do bebê.

Quando chegamos ao ponto sobre o perfil da criança, Adão respondeu:

- A gente não tem preferência por raça, por cor. O que a gente quer é ser pais, é ter um filho, seja ele como for. Só queria que fosse pequenininho, queria viver toda a fase de dar banho, dar mamadeira, trocar fralda. É o meu sonho!

Ao final da entrevista me despedi dos dois, que saíram pelo corredor do fórum assim como chegaram, sem dar a mão um para o outro. Fiquei sozinho na minha sala e comecei a escrever o laudo para o processo do casal. Tenho hábito de escrever ouvindo música²⁰. Enquanto escrevia essas linhas, tocava *Beside You*, de Van Morrison, ressoando os versos “e eu vou ficar ao seu lado, ao seu lado criança, para nunca, nunca, nunca, imaginar, para nunca imaginar de todo, para nunca imaginar por que: porque tem de ser, tinha de ser”²¹, e enquanto eu descrevia aquela entrevista com palavras “técnicas”, tocava na rádio a alegre *Marchinha da família diferente / Presente* de José Miguel Wisnik²²:

Adão e Eva é a primeira invenção
Mas dentro dela já havia Eva e Adão
Parece nada, mas nessa inversão
Uma virada alterou a situação
Essa é a marchinha da família diferente
Muito contente de juntar gente com gente
Homem com homem, mulher com mulher
E essa ciranda, seja lá o que Deus quiser
Essa quadrilha seja o que a gente quiser
Eu quero simplesmente
Te dar um presente
A rosa dos tempos
Desabrocha
Desabrocha
Desabrocha novamente
Eu quero...

Na avaliação por escrito do casal, relatei que possuíam uma relação de afeto e respeito e eram plenamente capazes de criar uma criança. O laudo iniciou com um pequeno

²⁰ Esse hábito acabou transbordando também nessa pesquisa, as músicas que ouvia enquanto escrevia essas páginas ou mesmo revisava a bibliografia tornando-se mais uma trilha, entrando e saindo de cena a todo momento. Além disso, todos meus deslocamentos ao fórum são com acompanhamentos musicais e escrevo os laudos sobre essas vidas com fones de ouvido, sendo impossível fugir dessas marcas. Sinto que há uma relação singular entre música e memória, uma memória afetiva musical, que acaba se dobrando e desdobrando na escrita das narrativas.

²¹ Tradução livre de versos da canção *Beside You* de Van Morrison, do álbum *Astral Weeks*, 1968.

²² WISNIK. José Miguel. *Adão e Eva*, marchinha homoerótica disponível em: <https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2012/12/19/homoerotica-eva-e-adao-ou-marchinha-da-familia-ana-tatit-ze-tatit-ze-miguel-wisnik/>.

resumo da demanda do caso: “*O casal Olavo e Adão manifesta o desejo de ser incluído no cadastro da Comarca, visando adoção de criança dentro das características colocadas pelos mesmos em sua planilha*”. Não sei se o promotor ficou feliz ou não com o resumo do caso ou menos ainda com sua conclusão. O que sei é que ele não teve como se contrapor daquela vez ao meu laudo, que estava “bem fundamentado” e reproduzia de maneira técnica e verossímil todo o afeto e companheirismo do casal. O promotor teve de ser seco em sua cota, concordando com que o casal fosse aprovado e fizesse parte do cadastro de adoção da Comarca. Dessa vez não escreveu em letras maiúsculas nem sublinhou com uma régua sua opinião. O juiz deferiu o pedido na sequência. Assim que Adão foi intimado sobre a decisão pelo oficial de justiça correu até o fórum e me achou em minha sala. Trouxe para mim algumas trufas que ele mesmo havia feito. Seu semblante estava iluminado, sorria e chorava ao mesmo tempo. Adão colocou a mão sobre seu coração e, respirando fundo, disse:

- Estou tão feliz, nem acredito!

Tempos depois um menino foi colocado em adoção e aquela família diferente foi ao abrigo conhecê-lo. Agora Olavo e Adão eram pai e pai da criança. Era o presente.

Olavo e Adão estavam sob a luz do poder judiciário. Por um lado, estavam cansados de se esconderem, cansados de serem julgados. Não compreendiam o porquê do amor de um pelo outro e o desejo de se tornarem pais ofendia tanto a sensibilidade daqueles desconhecidos que cruzaram com eles no prédio do fórum e que pareciam perceber um casal de homens que queriam adotar como um atentado contra “a moral e os bons costumes”. Enunciados que se avizinham de “não é natural”, “Deus não quis assim”, “não está na Bíblia”, “a lei não permite”. Imagens justas.

Casais homoafetivos sempre existiram, mas eram sumariamente ignorados pela lei e pela sociedade: era como se não fossem reconhecidos e sua união devia permanecer dentro do armário: até poderiam morar juntos mas para todos os efeitos eram só “amigos” ou “colegas”. A adoção, então, era completamente inverossímil, vista como uma aberração, como expresso na narrativa. Como esses casais costumavam se portar diante dessas negativas em serem reconhecidos? Alguns desistiam, se fechando em si mesmos, já que apesar de sempre ter imperado o vale tudo, a única coisa que não valia era “dançar homem com homem,

nem mulher com mulher”²³. Em outros casos, um dos membros do casal procurava o fórum sozinho para adotar, coisa que foi muito comum por muitos anos. No nosso caso em questão, provavelmente Olavo iria ao fórum e, como solteiro, iria pedir sua inscrição. No processo de avaliação, quando perguntado sobre aquele rapaz que morava com ele, diria ser um amigo, um colega de quarto. Se insistisse perguntando “mas ele não é seu companheiro?”, juraria de pés juntos que não, negando o marido e a si mesmo diante da lei por quantas vezes fosse necessário. Ocorre que com o passar dos anos algumas coisas foram se transformando na sociedade e jurisprudências foram se formando sobre o tema, reconhecendo legalmente a união e conseqüentemente possibilitando a adoção por casais de homens ou de mulheres²⁴. Ao mesmo tempo, outras coisas como o preconceito permanecem tão iguais, mas talvez ainda mais dissimuladas, com um ar inocente e aparentemente “inócuo”, “frio”, “técnico”.

A avaliação de casais para os cadastros de adoção é um momento delicado do trabalho. É um dos principais em que sou colocado no papel de “avaliador” e que se espera de mim uma resposta “sim” ou “não”, ou seja, “esses pretendentes são capazes ou não”? Não à toa me utilizo aqui do verbo avaliar, já que ao final “aprovo” ou não o casal que é medido como “adequado”. Há *n* forças em jogo nesse momento, quais perspectivas e imagens justas tenho de uma família, de um casal? Quais camadas se naturalizaram? Nunca há garantias nesse tipo de avaliação, não há chances de prever o futuro. Toda avaliação é uma aposta, é superficial e estuda e desliza na complexidade dessa superfície.

Nesse sentido, em Olavo, surgem traços que nessa análise superficial poderiam ser definidos como “masculinos” do ponto de vista da moral vigente, afinal ele era o “pai de família”, quem saía de casa para trazer o sustento, enquanto Adão assumia o “feminino tradicional”, sendo prendado e cuidando do lar. Mas será que as coisas são tão simples assim? A régua-moral poderia traçar ao promotor que Adão era um homem-mulher e que, portanto, respondendo ao seu questionamento, dizer que Adão se tornaria a mãe seria uma forma apaziguadora de lidar com o problema, invertendo-o para mantê-lo igual. Dessa forma, adequar-se-ia Olavo e Adão ao que é esperado enquanto casal, ou seja, sem haver qualquer violação por parte dos dois ao esquema homem-mulher: “veja doutor, a inversão de expectativa é apenas aparente, no fundo trata-se de um casal homem e mulher bastante comum e adequado a moral vigente”. Poderia no laudo, inclusive com belas e certas palavras,

²³ Verso da canção “Vale Tudo” de 1983, composta por Tim Maia.

²⁴ Lembrando que o Supremo Tribunal Federal estabeleceu jurisprudência a respeito da união de casais do mesmo sexo há não tanto tempo assim, somente em 2011.

afirmar: “apesar de serem dois homens que moram juntos, um dele assumirá a função de pai e o outro a função de mãe, então manterão uma configuração e um funcionamento familiar tal e qual o de um homem e uma mulher”²⁵. O dilema moral seria assim esvaziado?

Responder ao promotor que a mãe seria Adão seria novamente reduzir as singularidades a uma ideia justa, apaziguadora e a vida pode ser tudo, menos simples. Não, não são assim que as coisas se dão, há muitos sexos, os relacionamentos nunca são apenas *entre dois*, e ao promotor seria necessário dizer que cada *família* – se é que essa palavra unificadora dá conta das multiplicidades - é produzida em histórias com nuvens de singularidades. Isso poderia ser visto com profundo horror por alguém apegado a noções como lei, família e ordem, seria aberrante, “antinatural”, o caos. Afinal, quanto menor a régua, menos ela mede e mais justa é sua medida.

As próprias fronteiras do que é ser pai ou mãe são borradas, se sobrepõem, se misturam. A esse respeito, a psicanalista francesa Françoise Dolto tem um olhar bastante sensível:

três pais me escreveram, na mesma semana, preocupados, dizendo: ‘Sou eu quem cuida do bebê e, agora que ele está falando, é impossível fazer com que me chame de papai, ele me chama de mamãe, e ele chama sua mãe de papai’. Escrevi aos três dizendo: ‘Pergunte a seu filho, menina ou menino, quem é o homem, quem é a mulher’. E aí, não havia erro: ‘papai’ era a mulher e ‘mamãe’ era o homem. (DOLTO, 1999, p.102-103)

A autora prossegue analisando a semântica das próprias palavras “papai” e “mamãe”:

É um papel: mam-mã quer dizer que vem em mim para me fazer eu. É mole, mam-mã é o alimento, isso passa no tubo digestivo, é maleável, ao passo que pa-pa é a dureza da partida, e a tristeza pelo fato de que essa pessoa se vá e volte; é algo duro, a partida, e isso em todas as línguas. A palavra ‘papai’ quer dizer a pessoa a quem se ama e que vai, que volta (há uma ruptura), ao passo que ‘mamãe’ é o *continuum*. Mas o pai de nascimento é um homem, a mãe de nascimento é uma mulher, e nem sempre é uma mamãe. Muitas mães de nascimento não são mamães, e muitas mamães são mais maternais que mães de nascimento. Elas assumem a função de mamãe, porque cuidam da criança. (DOLTO, 1999, p.103)

²⁵ Roudinesco aborda essa questão em seu estudo *A família em desordem*, especificamente no capítulo em que trata da “Família do futuro”: “Quando os gays e lésbicas da costa californiana quiseram, a partir de 1965-70, se tornar pais, inventaram uma cultura da família que não passava, sob muitos aspectos, da perpetuação do modelo que haviam contestado e que já se encontrava ele próprio em plena mutação.” (ROUDINESCO, 2003, p.181).

Idas e vindas. Encontros e despedidas - “e a plataforma dessa estação é a vida”²⁶. Se nem “pai” e “mãe” podem ser vistos como definições absolutas, alguém que anseia por um mundo ordenado se surpreenderia no dia a dia atendendo famílias. Trago aqui um exemplo - certa vez atendi o cadastro de adoção de um casal onde a mulher ficava como que petrificada quando falava comigo. Eu não conseguia entender tanto nervosismo, tanta insegurança: ela tremia e sua voz não saía. Foram necessárias várias entrevistas até ela se sentir segura e enfim conseguir contar que sofria de uma rara condição genética, na adolescência optando em ser mulher, já que era justamente como uma mulher, se submetendo a um procedimento cirúrgico para “adequá-la” a condição feminina. Deixei todos esses dados fora dos autos: senti que ela não precisava ser exposta assim no processo. Entretanto, trago esse caso aqui como uma problematização: qual seria a resposta do mesmo promotor se soubesse que essa mulher estava em seu cadastro? Será que pediria um exame cromossômico de todos aqueles inscritos, somente concordando como “adequados” os casais formados por indivíduos XX, as quais poderiam ser mães, com XY, os únicos capazes de serem pais? Todos os pretendentes, a partir de então, além da avaliação psicológica e social teriam seus DNAs escaneados em estudos e análises moleculares? Qual seria a última partícula a ser esquadrinhada em nosso jogo pós-disciplinar²⁷?

Sem moral nessa história: em resposta à pergunta do promotor de que para ele casal significava homem e mulher, pergunta que deixei no ar, escrevo agora: - não doutor, casais querem dizer multiplicidades, querem dizer vida, com suas complicações, complexidades. Os gêneros desabam, se multiplicam, pulsam, são um, dois, quatro, uma multiplicidade, formam composições e recombinações. Qual será, enfim, o futuro dessa família do presente?

²⁶ Verso da canção “Encontros e Despedidas”, composta por Milton Nascimento e Fernando Brant, do álbum *Encontros e Despedidas*, de 1985.

²⁷ Jurandir Freire Costa (2006 p.143) diz que: “Também faz parte do espírito científico saber o que nos leva a colocar certas perguntas e buscar certas respostas (...) O problema é saber porque nos interessamos em explicar geneticamente tais coisas e não tais outras”. Paul Rabinow (1999, p.148) diz que as: “Práticas pós-disciplinares irão coexistir com tecnologias disciplinares; classificações pós-sócio-biológicas irão colonizar apenas gradualmente contextos culturais mais antigos (...) Por caminhos complicados e frequentemente traiçoeiros, as categorias mais antigas podem até ganhar uma força renovada, à medida que a nova genética começa a se disseminar, não apenas no racismo óbvio tão desenfreado hoje em dia, mas de uma forma mais sutil em estudos, por exemplo, sobre a maior susceptibilidade dos negros à tuberculose. Meu argumento é simplesmente que essas classificações culturais mais antigas serão reunidas num vasto arranjo de novas classificações que irão se sobrepor, parcialmente substituir, e eventualmente redefinir as categorias mais antigas de diversas maneiras, que vale muito a pena monitorar”.

PROCESSO III

CRISTAL E JADE

MUITOS EM NÓS, A CADA VEZ E A CADA CASO

Oh, suas coisinhas lindas
Não percebem que estão deixando suas
mamães e seus papais malucos?

David Bowie

Quando eu cheguei tudo, tudo, tudo estava virado
Apenas viro, me viro
Mas eu mesma viro os olhinhos

Luiz Galvão e Moraes Moreira

Cristal entra em cena. Menina, dez anos de idade, família de classe média, estudante de escola particular. Órfã de pai e mãe, vive com a avó materna e com sua irmãzinha Jade, de cinco anos. A avó parece ser muito carinhosa e cuidadosa com as netas, o que causa perplexidade em todos quando a menina foge de casa e é encontrada perambulando pela cidade, sendo prontamente acolhida num abrigo. Cristal não é “do perfil” das outras crianças ali acolhidas: possui uma casa confortável e uma guardiã amorosa que suplica pelo seu retorno. Entretanto, como relata situação de aparente negligência e violência psicológica, faz com que o juiz da infância por cautela determine a continuidade de seu acolhimento e a perícia psicológica para esclarecer as queixas da criança. O juiz cogita, inclusive, o acolhimento da irmã menor, Jade, necessidade que o psicólogo judiciário verificará com seu estudo, que deverá ser realizado com a máxima urgência no melhor interesse das crianças e frente a possível situação de risco.

Cristal chegou ao fórum ao lado de uma monitora do abrigo. Enquanto organizava meus papéis e relia trechos do processo para iniciar sua entrevista, pedi para que me aguardassem no banco do corredor. Entretanto, podia ver pelo canto do olho que Cristal não conseguia ficar parada de maneira alguma, andando para lá e para cá enquanto a monitora repetia sem parar: “se aquieta menina, o homem já vai chamar”. Poucos minutos depois, Cristal se colocou à porta com uma das mãos apoiada no batente e a outra na cintura, dizendo:

- E então? Você vai me atender logo ou não vai?

- Cristal, estou acabando de arrumar as minhas coisas aqui, já já te chamo.

- Vai demorar muito?

- Só mais um pouquinho.

- Tomara mesmo, eu não tenho o dia todo!

Sorrindo, com um ar ao mesmo tempo sério e divertido, Cristal permaneceu ali, parada na porta, me encarando. Quando enfim pedi para que entrasse, ela o fez bastante séria, colocando sua bolsinha com todo cuidado sobre a mesa antes de se sentar, o que fez com muita cerimônia, como se estivesse em um importante evento social. Ao tomar fôlego para me apresentar, ela me interrompeu:

- Como é o seu nome?

- É Leandro.

- Hum, Leandro? Não parece nome de psicólogo. Você tem certeza que é psicólogo mesmo?

- Tenho sim.

- É que não parece. Que tipo de psicólogo você é?

- Do tipo que atende as pessoas no fórum.

Bastante atenta ao que eu anotava, Cristal começou a virar a cabeça para tentar decifrar minha caligrafia. Ao não conseguir, não resistiu e comentou:

- Sua letra é um horror, depois você consegue entender o que foi que você escreveu?

- Consigo na maioria das vezes, mas sabe que às vezes não? Minha letra é feia, mas fica pior ainda quando tenho que escrever rápido.

- Queria saber o que você tanto anota aí sem parar.

- Eu anoto tudo o que for importante que você me falar.

- E eu posso contar tudo para você ou tudo o que eu disser vai ser usado contra mim no tribunal?

Não consegui me conter e ri com vontade. Cristal, por sua vez, se mantinha séria, mas com seu sorrisinho no canto da boca. Comentei com ela:

- Estou vendo que você é muito esperta, parece até uma atriz!

- É, eu sei, todos dizem que quando eu crescer eu vou ser uma estrela, que vou fazer novela, já tenho até nome artístico!

- Tem sim. Quem te deu esse nome?

- Minha mãe, ela gostava muito de mim, mas ela já morreu.

- Quantos anos você tinha quando ela morreu?

- Era muito pequena, nem me lembro dela direito, bem pouquinho. Quando ela ficou doente viemos as três morar com a minha avó. A Jade era bebezinha ainda. No começo era bem legal, minha avó me tratava bem, até me deu um cachorrinho, que eu amo mais que tudo. Mas depois que a minha mãe morreu minha avó mudou, começou a ser má comigo. E eu só tinha a minha avó, não tinha nem pai nem mãe pra pedir socorro. Sentia muita falta deles.

- E a família do seu pai, Cristal?

- Nunca conheci ninguém. Parece que eu tenho primos e uma irmã, mas nem sei onde eles moram. Meu pai eu nem conheci, morreu antes de eu nascer. Mas eu sei que ele me amava muito, muito, muito!

- E como é morar com a sua avó?

- Minha avó parece uma velhinha joia, mas de joia não tem nada. Na frente dos outros ela me trata bem, fica falando: “Cristal, meu amorzinho, vem cá com a vovó, te amo minha baixinha”, e sei mais lá o quê, mas quando não tem ninguém olhando você precisa ver o que ela faz comigo. É uma falsa! Você acredita que ela me chamava de ingrata, justo eu que fazia tudo o que ela pedia? Ela queria que eu fizesse tudo em casa, que lavasse, passasse e cozinhasse, e como eu ia fazer tudo isso e ainda ir para escola? Não dava, e tinha dia que ela me obrigava faltar pra cuidar da casa. E, ainda por cima, a minha irmã não fazia nada, não, ela é a queridinha da bruxa. Não é justo!

- Bruxa?

- É, minha avó é uma bruxa mesmo, é isso que ela é, fica mandando eu fazer tudo e não se preocupa comigo, não quer o meu bem, ela deve pensar que eu sou a Cinderela e ela é a minha madrasta. Daí um dia eu me enchi e falei pra ela que não ia fazer mais nada e que eu ia denunciar ela pro conselho, que a polícia ia vir lá em casa e que ela ia ver o Sol nascer quadrado. Eu fiquei gritando no quintal pra os vizinhos ouvirem: - criança não pode trabalhar, criança não pode trabalhar! Chama a polícia! Chama a polícia!

- E ela?

- Disse pra mim que se a polícia viesse ela ia ser presa e eu ia pra FEBEM e que iam levar a Jade pra adoção e que a gente nunca mais ia se ver. Daí eu falei “nem ligo, que essa chata vá embora mesmo!”. Aí a bruxa ficou mais louca ainda, disse que eu ia matar ela do coração. E eu ria e ria e ela disse que eu era uma capeta e que eu estava possuída. Aí eu ri mais ainda e fingi que estava possuída de verdade. Eu deixava ela louquinha.

Nesse momento Cristal se levantou de sua cadeira e começou a dançar pela sala de um lado para o outro, com os braços estendidos como se estivesse possuída. De repente, tropeçou no pé da mesa e quase caiu no chão, se apoiando na cadeira.

- Acho que sua avó não gostava quando você fazia e falava essas coisas para ela.

- Nem um pouco, ela morria de medo que algum vizinho escutasse e denunciasse ela de verdade. Mas o que ela tinha medo mesmo era de perder a guarda da minha irmã. Pra mim ela nunca ligou, dizia que eu tinha mesmo que ir pro abrigo ou para FEBEM, que eu ia virar “menina de rua”, ia ficar com os “noinhas” e ia acabar virando noiva de um, credo! Ela me xingava de “demônia”, dizia que eu era igual o meu pai que era um drogado e morreu de AIDS, que eu devia estar cheia de doenças que nem ele e não podia chegar perto dela nem da Jade senão as duas iam ficar doentes também. E tem lógica uma coisa dessas? Eu e a Jade não somos irmãs?

- E o que você fez?

- Eu tentei fugir de casa, daí a bruxa começou me trancar num quartinho no fundo do quintal à noite e me deixava sozinha e com medo. Só de maldade ela não deixava meu cachorrinho dormir comigo e dizia que ia deixar o portão aberto pra ele fugir. Eu não tinha cama, tinha que dormir numa madeira no chão com um colchão velho todo sujo. Lá tinha rato e tinha barata, um nojo! E quando chovia caía água em mim. Daí eu boleei um plano pra me vingar dela: um dia ao invés de ir pra escola eu fugi. Quando a Guarda me achou, eu chorei e chorei pro guarda e contei pra ele tudo o que estava acontecendo. Ele me levou no conselho e eu consegui fugir da bruxa e fui pro abrigo. Mas vamos parar de falar daquela chata. Leandro, me conta da sua vida.

- Da minha vida?

- É, como estão as coisas?

Cristal pegou algumas das minhas folhas de papel e tirou a caneta da minha mão e começou a me imitar, fazendo anotações do que eu falava. Parecia que eu me via num espelho.

- As coisas vão indo.

- Muito trabalho?

- Bastante. Estou atendendo uma menina chamada Cristal.

- Hum, Cristal? Que nome bonito. E o que está acontecendo com ela?

- Ela foi para o abrigo, ela falou que a avó dela estava tratando ela muito mal e que não queria mais morar com ela.

- Sei (anotando), mas e agora?

- Agora eu preciso entender o que está acontecendo para poder dizer para o juiz o que ele pode fazer para ajudar a Cristal, se ela deve voltar para a casa da avó ou se deve continuar no abrigo.

- Interessante, e você já se decidiu?

- Ainda não sei o que a Cristal quer. O que será?

- Não sei, não quero voltar pra lá, a não ser que a minha avó deixe de ser uma bruxa e fique boazinha. Eu só queria poder abraçar meu cachorrinho mais uma vez.

Quando Cristal falou sobre seu cachorrinho pude ver uma lágrima brotando de seus olhos. Entretanto, uma ideia estranha me ocorreu. Embora ela se fizesse forte e lutasse contra aquelas lágrimas, segurando o choro ao máximo, parecia que algo estava errado ali, que algo não se encaixava. De repente percebi o que me causava essa sensação peculiar: havia um colorido a mais naquele sofrimento, estava um tom acima do que deveria estar. Parecia atuado por uma ótima atriz, mas que em alguns momentos de sua performance exagera um pouco sem perceber, se traindo e se entregando pelo excesso. Fiquei com a imagem de que de alguma maneira estava sendo tapeado e enredado por Cristal, o que me deixou um pouco irritado.

Terminada a entrevista, Cristal saiu da minha sala como chegou, retirando sua bolsinha do tampo da mesa com muito cuidado, levantando-se vagarosamente, apertando desajeitada minha mão, com o braço exageradamente esticado. Antes de ir embora, disse:

- Tchau Leandro. Eu juro que só disse a verdade, somente a verdade e nada mais que a verdade.

Cristal saiu como um raio de luz da minha sala, com a bolsinha embaixo do braço como se fosse a pasta de uma advogada ou de uma juíza e carregasse um caso muito importante. Com passos largos e decididos, atravessou o corredor do fórum, e no processo deixou a monitora do abrigo bem para trás, que se levantou e correu atrapalhada atrás dela, pedindo para que a esperasse.

Cristal não olhou para trás.

No dia seguinte a avó veio ao Fórum com a netinha Jade. Jade parecia uma princesinha de conto de fadas, arrumada nos mínimos detalhes, com um vestidinho rosa com brilho e o cabelinho cacheado perfeitamente penteado, preso com uma tiara. Pedi para que Jade entrasse sozinha na minha sala mas ela ficou com medo, não querendo entrar de jeito nenhum. A avó disse:

- Ela está achando que vai tomar injeção!

Para facilitar, pedi para que a avó entrasse com a neta para iniciar a entrevista. Jade ficou agarrada no colo da avó e perguntei se ela queria desenhar. Ela não respondeu. Perguntei mais uma vez e ela olhou para a avó e começou a chorar. Chorava sentida, soluçando, abrindo a boca daquele jeito que somente as crianças pequenas conseguem fazer. Peguei então uma folha e comecei a desenhar uma menina, com o vestido muito parecido com o dela. Ela começou a demonstrar interesse e olhava curiosa para a folha, enquanto ia parando de chorar. Perguntei seu nome e ela não me respondeu. Perguntei de novo e nada. A avó disse então:

- Fala bebê, o homem vai escrever aí!

A menina passou então a alternar o olhar com bastante curiosidade entre a minha mão com o lápis no papel e o meu rosto, mas permanecia calada. Perguntei então, como que para quebrar o gelo, quem havia feito os lindos cachinhos em seu cabelo - cachinhos que já haviam recebido elogios das outras pessoas que aguardavam para serem atendidas no corredor e até de uma das minhas colegas assistente social, que chegou a pegá-la no colo. Só então a menina falou algo, dizendo:

- Foi a minha mamãe.

Perguntei então:

-Mas qual mamãe?

A menina, virando os olhinhos como se eu tivesse perguntado a coisa mais óbvia do mundo e apontando com a cabeça para a avó, disse:

- Essa mamãe, a mamãe baixinha.

- Mamãe baixinha?

- É. Eu tenho duas mamães, a mamãe baixinha e a mamãe Ágata.

- E onde está a mamãe Ágata?

- A mamãe Ágata tava no médico, agora ela tá no céu. Eu queria ter uma escada para subir no céu, pra poder ver minha mamãe.

Jade, mais confiante, enfim saltou do colo da avó e se sentou sozinha na cadeira ao lado. Continuei desenhando e “quase sem querer” deixei alguns lápis de cor ao alcance de suas mãos. Jade pegou um lápis e eu estendi a folha para ela, que começou a desenhar em cima do meu desenho. Como vi que ela estava serena, pedi para que a avó nos deixasse sozinhos. Jade não esboçou nenhuma reação quando a avó enfim fechou a porta. Só então perguntei:

- Nossa, como você desenha bonito! Quem é essa que você está desenhando?

- É a minha mamãe, ela foi para o céu e virou uma estrelinha.

Mais confiante ainda, Jade começou a explorar a minha sala e, ao ver que dentro do porta lápis havia um palhacinho de brinquedo, disse preocupada:

- Eu tenho muito medo de palhaço. Esconde ele pra mim?

Eu disse que sim e o coloquei dentro de uma gaveta. Mais calma, Jade me perguntou:

- E você, do que você tem medo?

- Não sei, acho que de ladrão.

Muito sabiamente ela me respondeu:

- Mas o ladrão é só uma pessoa, não precisa ter medo dele.

- Você tem razão Jade.

- Tio, não quero ir pro abrigo, eu tenho medo. A Cristal tá morando lá mas ela é malcriada, ela está lá de castigo, mas eu sou boazinha. E a minha mamãe Baixinha falou que se eu disser pra você que quero continuar morando com ela que ela ia me dar de presente uma casinha de boneca.

Nada respondi e nada perguntei. Ficamos desenhando por quase uma hora, ela brincando que era a professora e eu seu aluno. Ela disse:

- O que é isso no seu pescoço?

- É o meu crachá

- Tira e guarda junto com o palhaquinho?

- Sim.

- Guarda esses papéis todos também? E a sua caneta?

Obedeci a Jade, deixando tudo na gaveta. Só brincamos então, sem falarmos mais nada.

Jade ficou entretida com uma casinha de bonecas na sala de brinquedos da seção técnica e a avó entrou sozinha para ser entrevistada. Assim que lhe perguntei sobre Cristal, a avó respondeu, quase sem parar para respirar:

- Ela é mentirosa! Mente que nem sente. Desde que a mãe delas morreu eu luto com essa menina, tento ensinar um caminho pra ela, dar um futuro. Mas minha mãe já dizia que “o fruto não cai longe do pé” mesmo. Acho que ela vai acabar igual o pai dela, que era drogado e morreu de AIDS. Foi o pai dela que passou doença pra minha filha e matou ela. Minha filha era limpinha, não fumava nem cigarro antes, nem sabia o que era droga. A Cristal não puxou em nada a mãe, essa menina é da pá virada, ela me dá muita dor de cabeça, ela inventa coisas, é mentirosa, me coloca em apuros o tempo todo. Deve ser o sangue ruim do pai dela. Ela ainda vai me levar pro caixão. Eu rezo todo dia pra Deus dar um jeito nela mas não tem jeito. Ela começou a querer fugir então comecei a trancar ela num quartinho no fundo da minha casa, fechava até a janela pra ela não fugir, mas não adiantava. Levaram ela no Conselho e ela contou um monte de mentiras de mim, que maltratava ela, que fazia ela fazer trabalhos forçados, mas não era nada disso. Eu só pedia pra ela me ajudar. Você acha errado ela me ajudar? Eu já sou velha e ela pode me ajudar com o serviço. Na idade dela eu acordava com as galinhas no sítio e só ia dormir quando o sol se punha. Só estudei até a 4ª série, passamos dificuldades, mas nunca fiz nada errado na vida. Meu pai e minha mãe me ensinaram o que é certo e o que é errado. Eram rígidos mas eram justos. Fui criada a base de surra de açoite e de vara de marmelo. Meu pai dizia: “é de pequenino que se torce o pepino”. Na minha época era essa a “vara da infância” e todo mundo temia pai e mãe, não tinha essa moda que tem hoje não. Vai ver que foi isso que faltou, eu nunca encostei o dedo nessa menina, ela tem de tudo e mesmo assim não me respeita. É uma mal agradecida, eu que cuido dela e da irmã dela sozinha. O juiz nem se importou com isso e tirou ela de mim sem nem me consultar se o que ela estava falando era verdade. Acreditou só na palavra dela, ninguém me chamou pra me perguntar o que eu pensava, pra saber a verdade. Eu fico pensando em todo aborrecimento que ela causou, como pode as duas serem tão diferentes, nem parecem que tiveram o mesmo pai e a mesma mãe. A Jade é o contrário da irmã, é um amorzinho e foi tudo o que me restou. Se vocês tirarem ela de mim eu morro! Está anotando tudo isso aí?

Respirando fundo, respondi:

- A senhora vai ter de ter um pouco mais de paciência, estou acompanhando o caso e quando terminar de atender a todos vou escrever um laudo para o juiz. Na entrevista a Cristal mencionou que sente falta da senhora e que gostaria de voltar para casa caso a senhora mudasse com ela. Falou também que sente falta do cachorrinho dela.

- Cachorrinho o quê? Depois que a Cristal fugiu de casa eu deixei o portão aberto e ele ganhou o mundo, não deve ter sobrado nem os ossinhos dele!

Aquele comentário sobre o cachorro foi demais para mim e dei por encerrada a entrevista. Acabei não conseguindo esconder minha irritação ao escrever o laudo desse caso. Conclui com essa mesma irritação que havia claros indícios de maus tratos e violência psicológica contra a criança, que a avó não apresentava qualquer crítica quanto à sua atuação como guardiã da neta e que naquele momento não havia qualquer possibilidade de seu retorno ao lar. Senti que minha mão “pesou” no laudo, mas, mesmo assim, não o amenizei.

Dias depois fui fazer uma visita domiciliar de um outro caso que estava acompanhando, um casal que queria ser aprovado no cadastro de adoção e a casa dos dois ficava no mesmo quarteirão da casa da avó da Cristal. Não resisti e pedi para que o motorista parasse ali para que eu desse uma “passadinha”. Mesmo com o laudo pronto e entregue parecia que o caso não estava encerrado para mim. A avó pareceu surpresa quando viu a viatura do fórum com o escrito “PODER JUDICIÁRIO” destacado na porta parando na frente de sua casa. Atrapalhada com as chaves, não conseguia encontrar a certa para abrir o portão, enquanto dizia a mim que a Jade estava na escola. Respondi “que pena”. Acrescentou que tinha achado que enfim haviam vindo buscar a neta. Respondi meio brincando e meio sério que se o juiz determinasse o acolhimento de Jade não seria eu quem apareceria na sua porta, mas um oficial de justiça (omitindo que provavelmente ele estaria acompanhado de alguns policiais). Já dentro do sobrado, pude ver na parte de cima o lindo quarto da avó e de Jade, todo decorado de rosa e repleto de bonecas cuidadosamente colocadas em volta de uma casinha de bonecas novinha. Havia na parede do quarto um quadro de alumínio repleto de fotos da família, com diversas de Jade e nenhuma de Cristal. Pedi para ver o quarto de Cristal e a avó me levou muito a contragosto ao fundo do quintal, dizendo que não sabia onde tinha colocado as chaves, depois que estava reformando o cômodo e ainda que ia mandar demolir aquele casebre. Após muito insistir, a avó me franqueou o acesso ao quartinho escuro de Cristal, onde a primeira coisa que capturou minha atenção foi a imagem de um estrado de madeira no chão e um colchão velho e encardido por cima (tanto que essa imagem nunca saiu da minha memória, sendo a cena que me vem primeiro quando penso no caso de Cristal). O cheiro de mofo era tão forte que me sufocou e eu precisei começar a tentar respirar pela boca. Além disso, o quartinho era abafado e o suor logo começou a brotar pela minha testa e a

escorrer pelo meu rosto, empapando minha camisa. Olhando com mais atenção, percebi que a fiação era toda aparente, com aspecto ultrapassado de algumas décadas e dando a impressão de risco iminente de incêndio e a estrutura daquele quarto era de madeira visivelmente podre, parecendo que ia desabar a qualquer momento. Havia entulho num dos cantos, móveis e outros objetos inutilizados que formavam uma pilha de lixo. Não arrisquei me aproximar daquele canto, pois tinha certeza que havia ratos ali. Olhando para cima, dava para ver alguns pontos do céu através da telha metálica e pensei que quando chovia provavelmente a água caía sobre Cristal e, diferente da imagem poética da canção, que aqueles furos não deviam salpicar de estrelas aquele chão imundo para que Cristal pisasse nos astros distraída.

Ao retornar para a sala, finalmente consegui voltar a respirar. Quando já me preparava para voltar ao carro, a velhinha tirou de uma gaveta as cópias do meu laudo, e pude ver que estava todo grifado com caneta marca-texto amarela. Chacoalhando as folhas, gritava ao ler cada trecho marcado:

- Você não vai embora antes de me explicar isso. Olha aqui os absurdos que você escreveu de mim, olha aqui: “a requerida não apresenta crítica”, depois você escreveu “observo sinais de negligência e violência psicológica” e diz que “pratico violência” contra minha neta quando chamo o pai dela de drogado e aidético e que ela deve ter alguma doença também. Isso aqui são tudo calúnias! Afinal o pai dela não era mesmo drogado e morreu de AIDS? Eu sou culpada disso?

Respondi que ela deveria aguardar pela decisão do juiz e que se não estava contente com o laudo que o advogado dela poderia contestar aquele conteúdo. Saí daquela casa incomodado. Estava sendo confrontado com aquilo que havia escrito e essa não era uma sensação boa. Segui para a visita que havia planejado fazer inicialmente agora arruinado, com a camisa totalmente ensopada, louco para chegar em casa e poder tomar um banho e colocar toda aquela roupa para lavar, inclusive esterilizando as solas dos sapatos com álcool. Conversei com o casal pretendente à adoção ainda com Cristal na cabeça, pensando em como ela conseguia dormir trancada sozinha naquele quartinho.

Passado algum tempo, o juiz me chamou em seu gabinete e me convidou para ir com ele até o abrigo para que ele pudesse conhecer Cristal. O caso causava. No caminho, aproveitou para me perguntar sobre tudo aquilo que eu havia escrito sobre a família. Respondi ao juiz:

- O senhor deve se preocupar não só com o que está escrito ali, mas principalmente com o que não está escrito. Com aquilo que não posso escrever. Se eu pudesse, escreveria que a avó é como a Dona Benta, só que totalmente ao avesso, se a Dona Benta tivesse o hábito de espetar a Narizinho com alfinetes quando ninguém estivesse vendo. Que todo o amor que ela parece destinar para a neta mais nova é o avesso do que destina para a mais velha.

O juiz nada respondeu, virando o rosto e observando o trânsito. Mesmo o não dito grita moral.

Dias depois Cristal resolveu fugir do abrigo e foi parar no fórum. Eu estava na minha sala lendo um processo de divórcio quando a assistente do juiz telefonou pedindo para que subisse até o seu gabinete. Lá chegando, Cristal estava sentada à mesa de audiências do juiz, que ficava uns 30 centímetros acima do chão sobre um tipo de palco, e acenou sorrindo para mim:

- Oi Leandro! Quanto tempo. Como vão as coisas?

Cristal se apresentava e se deleitava com sua grande travessura. A diretora do abrigo chegou logo depois e, bastante constrangida, levou a menina de volta, não antes de Cristal se virar para mim e para o juiz e dizer, ao fechar a pesada e maciça porta da sala de audiências:

- Tchau, “Meritíssimo Excelência”, tchau Leandro! Até a próxima.

Só faltou Cristal se curvar agradecendo a plateia: *Cristal take a bow!* Assim que a porta se fechou o juiz desfez o ar sério que havia mantido até ali e caiu na gargalhada:

- Era só o que faltava, essa menina é demais! Sabe que o laudo do senhor virou motivo de riso aqui no meu gabinete? Estava lendo o processo e comentei com a minha assistente que parecia que a raiva que o senhor ficou do caso transbordava pelas linhas. Logo o senhor que costuma escrever de uma forma tão sóbria e contida. Parece que esse caso foi demais para o senhor!

O caso de Cristal, Jade e sua avó trazem muitos elementos sensíveis a serem analisados, entretanto, um se destaca: a maneira como fui afetado por aquelas três e como esse afeto parece ter transbordado para os escritos. Pululam imagens justas nessa longa narrativa que acompanha um caso de acolhimento institucional na Vara da Infância e da Juventude. Não se trata de um conto-de-fadas com a avó-bruxa, a cinderela e a princesinha, essas figuras fixas, imagens justas que não abrem espaço para as singularidades do caso se permanecerem

dentro desses padrões. Foi curioso na escrita do laudo esses afetos terem se destacado, a ponto de levar o juízo ao riso. Havia algo de cômico naquele caso tão atuado, naquela peça, e que apesar de toda dor e sofrimento que envolvia aquela criança tida como “rejeitada” se mostrava colorido, vivo. Cristal não aceitava a adequação de sua avó, seu quartinho era pequeno para ela e por isso mesmo justo demais. Sufocava-a. Cristal queria vida, queria o lado de fora, queria a luz cristalina e não a escuridão de seu casebre. Encontrou uma luz bastante interessada nela. Entretanto, para essa luz, estabelecia-se um jogo de interesse-desinteresse: ela só interessava para o poder enquanto era um problema a ser lidado, enquanto seu problema mantinha-se um “caso”. Só então ela podia brilhar *sob* a luz e o fórum se tornava seu palco, justamente sobre o ponto mais alto do gabinete do juiz. Cristal não aceitava seu lugar, forçava sua passagem, se impunha com alegria, o que a certo psicologismo em mim parecia em alguns momentos histeria. Eu estava errado, é claro. Cristal não era histérica nem histriônica, era vida, o maior e único julgamento de valor²⁸.

Quanto a pequena Jade, trazia doçura, encantamento. Conhecia duas mães, mas sentia especial falta da que partiu. Sonhava então construir uma escada para o céu para poder encontrá-la, mas se sentia segura e estava bem com a avó, sua outra mãe, a “mamãe baixinha”. Essa avó, bem, multiplicidades, uma verdadeira peça, provavelmente como a maior parte de nós. Um julgamento precipitado faria pensar que destinaria as duas netas o mesmo tratamento mas, muito pelo contrário, ela era uma com uma, outra com outra, um pouco ao modo dos manejos nas entrevistas e escrita de laudos que às vezes encontram-se ao sabor dos

²⁸ Essa linha acima provocou uma inspirada análise do professor Sidnei Casetto na banca de qualificação do trabalho, realizada na tarde de 27 de julho de 2020, quando mencionou que Cristal assumia uma espécie de “adultismo performático”. Sua hipótese era que a menina agia assim como uma forma de lutar contra uma experiência grande de desamparo, lidando com a ausência de cuidado se “adultizando”, ainda que de uma maneira performática, ainda que pela aparência do trejeito do adulto. Sobre esse problema, indicou um texto de Ferenczi acerca da “confusão de línguas”, que trata da “progressão traumática” ou “prematuração patológica”. Nesse trabalho, Ferenczi analisa essa tal confusão de línguas entre os adultos e crianças, especialmente em famílias violentas e/ou (como alguns a chamam nos dias de hoje) “disfuncionais”: “A criança que sofreu uma agressão sexual pode, de súbito, sob a pressão da urgência traumática, manifestar todas as emoções de um adulto maduro, as faculdades potenciais para o casamento, a paternidade, a maternidade, faculdades virtualmente pré-formadas nela. Nesse caso, pode-se falar simplesmente, para opô-la à regressão de que falamos de hábito, de *progressão traumática* (patológica) ou de prematuração (patológica). Pensa-se nos frutos que ficam maduros e saborosos depressa demais, quando o bico de um pássaro os fere, e na maturidade apressada de um fruto bichado. No plano não só emocional mas também intelectual, o choque pode permitir a uma parte da pessoa amadurecer de repente. Recordo-lhes o sonho típico do ‘bebê sábio’ que isolei há tantos anos, em que um recém-nascido, uma criança ainda no berço, põe-se subitamente a falar e até a mostrar sabedoria a toda família. O medo diante dos adultos enfurecidos, de certo modo loucos, transforma por assim dizer a criança em psiquiatra; para proteger-se do perigo que representam os adultos sem controle, ela deve, em primeiro lugar, saber identificar-se por completo com eles. É incrível o que podemos realmente aprender com as nossas ‘crianças sábias’, os neuróticos” (FERENCZI, 2011, p.119-120). Considero bastante expressiva essa preciosa imagem a respeito de frutos amadurecidos antes do tempo pela ação inapropriada. Num trabalho que apresentei e que trata de um relato de caso esse problema também é bastante significativo e a menina daquele relato, com o nome fictício de Ana, também se portava como uma pequena adulta (Cf. FERREIRA; LUCAS, 2019).

ventos dos afetos, não sendo imunes a eles. Nesse sentido, os encontros com avó, com Cristal e com Jade produziam diferentes efeitos e afetos em todos os envolvidos como, por exemplo, no primeiro encontro com Cristal, onde senti pena, curiosidade, alegria e, o que pode parecer contraditório, aquela menina tão teatral me produzia quase na mesma medida divertimento e irritação. Assim, como uma embarcação a deriva, fui sendo guiado e levado por esses efeitos de maré, esses encontros de corpos:

Quando um corpo “encontra” outro corpo, uma ideia, outra ideia, tanto acontece que as duas relações se compõem para formar um todo mais potente, quanto que um decompõe o outro e destrói a coesão das suas partes. Eis o que é prodigioso tanto no corpo como no espírito: esses conjuntos de partes vivas que se compõem e decompõem segundo leis complexas. (DELEUZE, 2002, p.25)

Desses muitos encontros e manejos possíveis, produziram-se efeitos na produção dos laudos, com afetos tristes ou alegres, que ou limitaram a potência de vida, ou, pelo contrário, a intensificaram. A tristeza ou as paixões tristes são entendidas na teoria das afecções de Espinosa como a “diminuição da potência de agir ou do poder de ser afetado” (DELEUZE, 2002, p.46). Já o outro tipo de paixão, o afeto de alegria, define-se pela “passagem a uma perfeição maior ou o aumento da potência de agir” (DELEUZE, 2002, p.57).

Nas entrevistas com a avó e as duas meninas era possível sentir pelo cansaço ou aumento da potência que esses encontros compõe ou decompõe os corpos:

Recolhemos apenas os efeitos dessas composições e decomposições: sentimos alegria quando um corpo se encontra com o nosso e com ele se compõe, quando uma ideia se encontra com a nossa alma e com ela se compõe: inversamente, sentimos tristeza quando um corpo ou uma ideia ameaçam nossa própria coerência. Encontramo-nos numa tal situação que recolhemos apenas “o que acontece” ao nosso corpo, “o que acontece” à nossa alma, quer dizer, o efeito de um corpo sobre o nosso, o efeito de uma ideia sobre a nossa (...) nada sabemos disso tudo na ordem de nosso conhecimento e de nossa consciência. Em suma, as condições em que conhecemos as coisas e tomamos consciência de nós mesmos condenam-nos a *ter apenas ideias inadequadas*, confusas e mutiladas, efeitos distintos de suas próprias causas (DELEUZE, 2002, p.25, grifos do autor).

Se os encontros podem nos condenar a ideias inadequadas, distantes de relações causa-efeito, como manter a dita “racionalidade”, “tecnicidade” ou distância de seus entrevistados? Que modos de vida enredados a moral demandam essa ideia justa? Imbricado a esses problemas, há ainda da parte do perito judicial o agravante da questão da imparcialidade, ou seja, a implicação de uma perícia equidistante com esses mesmos “objeto(s) de estudo(s)”, que podem ser tudo, menos objetos. Esse é um ponto de vista sobre o

trabalho: ser imparcial é não se colocar ao lado de nenhuma das partes, é se equilibrar entre os dois polos de uma ação, é ser “o fiel da balança” (o que caberia a todo o judiciário enquanto organização). Bem, havia um juiz e um perito no gabinete quando Cristal fugiu do abrigo e foi ao fórum e ambos riram quando ela saiu de lá, acharam graça, foram afetados de maneiras distintas, não eram agentes neutros²⁹.

Se o entendimento de imparcialidade for procurar não ser afetado por nenhuma das partes (ou ser afetado de maneira equânime pelos polos da ação) trata-se de um objetivo impossível, e, assim como era afetado distintamente por aquelas três, eu também as afetava de maneiras distintas. Numa situação de perícia, é impossível ser neutro, esperar isso seria o mesmo que observar Cristal, Jade e sua avó por uma luneta³⁰ e fazer apontamentos a seu respeito, anotações frias e sem envolvimento no bloco de notas, como se aquela família fosse uma estrela a milhões e milhões de anos-luz e a luz que chegasse a nós fosse a de um astro morto há muito³¹. Um exercício com o trabalho de perito não me parece ser o de aspirar essa astrofísica positivista, são os encontros de corpos que interessam, marcas que produzem singularidades, a cada vez e a cada caso. Essas “perícias” são vidas que afetam e frequentemente produzem o inesperado. Conhecer mantém uma estreita relação com afetar:

De agora em diante, senhores filósofos, guardemo-nos bem contra a antiga, perigosa fábula conceitual que estabelece um “puro sujeito do conhecimento, isento de vontade, alheio à dor e ao tempo”, guardemo-nos dos tentáculos de conceitos contraditórios como “razão pura”, “espiritualidade absoluta”, “conhecimento em si”; – tudo isso pede que se imagine um olho que não pode absolutamente ser imaginado, um olho voltado para nenhuma direção, no qual as forças ativas e

²⁹ É necessário fazer uma distinção entre dois conceitos, que algumas vezes são confundidos, a neutralidade e a imparcialidade. A primeira é um mito, não há neutralidade possível em nenhum campo, muito menos quando lidamos com conflitos dos viventes. Shine (2009) lida com essa questão ao pesquisar os processos éticos enfrentados pelos profissionais que se aventuram por essas praias. Analisando um desses casos éticos, observou que a ideia de “neutralidade” que transparecia naqueles documentos e laudos estava ligada a uma perspectiva positivista da ciência: “A referência à neutralidade está ligada à ideia de que a avaliação psicológica pode ser viesada se o psicólogo for ‘contaminado pela queixa ou pelos comportamentos da criança na hora lúdica’ (...) A equipe de psicólogos parece pautar sua conduta científica na postura de se acreditar na ‘neutralidade’ do cientista, que toma uma distância segura e asséptica do seu ‘objeto de avaliação’. Aqui, claramente verificamos um pensamento calcado em concepções positivista de ciência” (SHINE, 2009, p.169). Quanto a imparcialidade, essa é prevista em nosso ordenamento jurídico e fundamental para o “Estado Democrático de Direito”. O Código de Ética da Magistratura (2008) define em seu art. 8º a imparcialidade do juiz da seguinte maneira: “O magistrado imparcial é aquele que busca nas provas a verdade dos fatos, com objetividade e fundamento, mantendo ao longo de todo o processo uma distância equivalente das partes, e evita todo o tipo de comportamento que possa refletir favoritismo, predisposição ou preconceito”. O juiz deve sempre ser imparcial, assegurando a ampla defesa e, em última análise, assegurando o direito a um processo justo. Da mesma maneira que o juiz, o perito judicial deve-se manter imparcial em sua atuação profissional - Cf. Código do Processo Civil (2015) art. 144 ao 148 que tratam do impedimento e da suspeição.

³⁰ Acerca de outra perspectiva completamente diferente da luneta e do abismo e que interessa a essa pesquisa ver especialmente o conto: História do abismo e da luneta, de Pierrette Fletiaux (2017).

³¹ “Qual é o peso da luz?”, questiona Clarice Lispector (1977) *N’a hora da estrela*.

interpretativas, as que fazem com que ver seja ver-algo, devem estar imobilizadas, ausentes; exige-se do olho, portanto, algo absurdo e sem sentido. Existe apenas uma visão perspectiva, apenas um “conhecer perspectivo”; e quanto mais afetos permitirmos falar sobre uma coisa, quanto mais olhos, diferentes olhos, soubermos utilizar para essa coisa, tanto mais completo será nosso “conceito” dela, nossa “objetividade”. Mas eliminar a vontade inteiramente, suspender os afetos todos sem exceção, supondo que o conseguíssemos: como? – não seria *castrar* o intelecto?... (NIETZSCHE, 2009, p.100-101, grifos do autor).

Operar com a noção de um conhecimento perspectivo conforme proposto por Nietzsche é valioso, já que não nega um problema, pelo contrário, busca compor com ele. São os afetos que propiciam a “objetividade”, ter outras visões e audições acerca do “objeto”, e conhecê-lo implica saber que sempre estamos implicados:

O conhecimento não é "imaculado": não se realiza libertando-se dos afetos, dos desejos, das paixões, das emoções, da vontade; na base do conhecimento se encontra a perspectiva da vida definida como vontade de potência, conceito em geral assimilado por Nietzsche ao de instinto (...) O conhecimento não é neutro, desinteressado, pois tem nos instintos suas raízes ocultas, inconscientes. Afirmar que o conhecimento não é da mesma natureza que os instintos, embora tenha com eles uma relação imanente, é salientar a natureza desta relação (MACHADO, 2017, p.137)

Ao atender o caso dessas irmãs, cada entrevista ou visita produzia em mim vários afetos ao mesmo tempo, e, bons e maus encontros de corpos se deram. Nossas conversas e brincadeiras produziram poderosos afetos em mim. Na entrevista com Jade, me vi marcado pela forma como ela lidava com a perda da mãe, que parecia a afetar de maneira diferente da irmã. Com toda sua inocência e imaginação infantil, planejava construir uma escada para o céu para se reencontrar com a mãe. O desamparo, o medo, o otimismo, a fantasia, pareciam ressoar com as minhas próprias experiências infantis. Enquanto a escrevia nessas narrativas, principalmente nos pontos em que falava da mãe, sentia um nó na garganta, que se repetiu em todas as vezes em que a reli. O que seria esse nó, que também se produzia na escrita daquele documento tão “puro” e “frio”, o laudo?

A respeito da avó, ela me irritava. Os comentários dela sobre os pais da(s) neta(s) provocaram afetos tristes, com a complicação advinda tanto do conteúdo quanto do fato dela cindir pai e mãe e se referir como se as netas tivessem pais diferentes e não fizessem parte da “mesma família”, o que podia indicar certo familialismo em mim. Talvez sim. Entretanto, analisando sua narrativa, essa mesma avó expressava uma infância difícil, exposta ao trabalho, sem possibilidade de estudo, além de ter sido “educada” à base de surras. Teria como oferecer a neta outra coisa, oferecer o que não teve? Talvez sim, talvez não. Pensar isso me causava certa compreensão, que escoava assim que a memória se voltava para aquela

visita, para a imagem do estrado no chão naquele barracão arruinado, lugar que a avó havia destinado à neta. Não havia fotos de Cristal nos porta-retratos, não havia lugar para ela naquela casa. A avó ficou incomodada e revoltada com os documentos que produzi e que expressavam as condições da neta: laudo repleto de afetos justos que transbordavam na escrita, essa maneira refinada, “elaborada” e “contida” de se comunicar, que também se dava com afetos poderosos e ressentidos. Respondia com violência, vociferando com meus escritos em mãos.

Várias das falas e atitudes da avó produziam afetos reativos em mim, um desejo de, se tivesse o poder, condená-la a uma pena (suscitando um juiz em mim!), sanha vingativa que emergia desses encontros: essa avó “precisava pagar”. Ao mesmo tempo que vivia essa breve fantasia, envergonhado, me ocorria: “mas de que adiantaria isso? Cristal seria beneficiada, poderia voltar para casa despreocupada, receber o mesmo cuidado e afeto da irmã?”. Provavelmente não, a pena não levaria a nada, seria apenas um gozo ou uma vingança ressentida. Cristal continuaria acolhida e o ressentimento da avó contra ela somente aumentaria. Há muitos juízes e generais suscitados em mim nesse trabalho e não há caminhos fáceis ou soluções mágicas - “Nunca suscite um General em você! Nunca ideias justas, justo uma ideia (Godard)” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p.48). Conhecer “objetivamente” tem sido árduo e está implicado com os encontros e o embate de forças ativas e reativas em mim, a cada vez a cada caso. Uma agonística extenuante em que pululam imagens e afetos justos. O que se torna sensível em mim, o que ganha relevo? O conhecimento não é justo, não é uma conciliação, é um tipo de “equilíbrio” pulsional de um conflito:

O que significa conhecer? - *Non ridere, non lugere, neque detestari, sed intelligere!* [Não rir, não lamentar nem detestar, mas compreender!] disse Espinosa da maneira simples e sublime que é sua. No entanto, que é *intelligere*, em última instância, senão a forma na qual justamente aquelas três coisas tornam-se de uma vez sensíveis para nós? Um resultado dos diferentes e contraditórios impulsos de querer zombar, lamentar, maldizer? Antes que seja possível um conhecer, cada um desses impulsos tem de apresentar sua visão unilateral da coisa ou evento; depois vem o combate entre essas unilateralidades, dele surgindo aqui e ali um meio termo, uma tranquilização, uma justificação para os três lados, uma espécie de justiça e de contrato: pois é devido à justiça e ao contrato que esses três impulsos podem se afirmar na existência e conservar mutuamente a sua razão. A nós nos chega à consciência apenas as últimas cenas de conciliação e ajuste de contas desse longo processo, e por isso achamos que *intelligere* é algo conciliatório, justo, bom, essencialmente contrário aos impulsos; enquanto é apenas *uma certa relação dos impulsos entre si*. Por longo período o pensamento consciente foi tido como o pensamento em absoluto: apenas agora começa a raiar para nós a verdade de que a atividade de nosso espírito ocorre, em sua maior parte, de maneira inconsciente e não sentida por nós; mas eu penso que tais impulsos que lutam entre si sabem muito bem fazer-se sentidos e fazer mal *uns aos outros* (NIETZSCHE, 2012, p.195-196, grifos do autor).

Michel Foucault inflete nesse jogo com uma análise a respeito do “não rir, não lamentar, nem detestar” espinosiano³² e sua relação com os processos de conhecimento:

Se esses três impulsos - rir, deplorar e odiar - chegam a produzir o conhecimento não é, segundo Nietzsche, porque se apaziguaram, como em Espinosa, ou se reconciliaram, ou chegaram a uma unidade. É, ao contrário, porque lutaram entre si, porque se confrontaram. É porque esses impulsos se combateram, porque tentaram, como diz Nietzsche, prejudicar uns aos outros, é porque estão em estado de guerra, em uma estabilização momentânea desse estado de guerra, que eles chegam a uma espécie de estado, de corte onde finalmente o conhecimento vai aparecer como "a centelha entre duas espadas" (FOUCAULT, 2013, p.30).

Conhecer é um embate de forças ativas, reativas e para conhecer a família de Cristal, Jade e da avó das duas, ri, lamentei e resenti em medidas diferentes. Do caso, emergiu a distinção com que essa avó tratava Cristal e Jade. Eu não possuía “largueza de alma”, envergadura para aceitar: a avó era uma com Cristal e era outra com Jade. Para uma podia ser uma bruxa, para outra era a segunda mãe, a carinhosa “mamãe baixinha”. Entretanto, relendo o laudo, percebi que o mesmo se deu comigo. Eu fui um com Cristal e fui outro com Jade. Além disso, nem só psicólogo fui – nunca se é apenas uma área profissional - em certos momentos emergia um promotor em mim, um moralista, um advogado, um redentor, até um investigador da polícia. Essas imagens em alguns momentos transbordavam e surgiam misturas de moral coexistindo com singularidades.

Essa narrativa arrasta um jogo de forças e desejos que chegou ao plano do Poder Judiciário para ser autuado e atuado³³. Os pais daquelas meninas órfãs estavam marcados nos

³² Nietzsche e Foucault fazem referência ao seguinte escrito do *Tratado Político* de Espinosa, publicado em 1670: “no deduzir do estudo da natureza humana e, para contribuir para este estudo com a mesma liberdade de espírito que é costume contribuir para as investigações matemáticas, tive todo o cuidado em não ridicularizar as ações dos homens, não as lamentar, não as detestar, mas adquirir delas verdadeiro conhecimento. Considerei também as emoções humanas, tais como o amor, o ódio, a cólera, a inveja, a soberba, a piedade e outras inclinações da alma, não como vícios mas como propriedades da natureza humana: maneiras de ser que lhe pertencem como o calor e o frio, a tempestade, a trovoada e todos os meteoros pertencentes à natureza atmosférica. Seja qual for a perturbação que possam ter para nós estas intempéries, elas são necessárias, pois têm causas determinadas de que nos preocupamos em conhecer a natureza, e quando a alma possui o verdadeiro conhecimento destas coisas, usufrui dele tal como do conhecimento do que dá prazer aos nossos sentidos” (ESPINOSA, 2000, p.440).

³³ Jogo de palavras com autuar e atuar, a primeira remetendo ao fato de que todos os autos se iniciam com a autuação, quando uma inicial, uma queixa crime, uma petição, etc são autuadas e se tornam um processo. Já a atuação aqui pode ser entendida tanto como atuação de um ator ou uma atriz ou quanto no sentido psicanalítico, ou seja, “(...) o mecanismo pelo qual o sujeito põe em prática pulsões, fantasias e desejos. (...) Os psicanalistas de língua inglesa distinguem o *acting in* do *acting out* propriamente dito. O *acting in* designa a substituição da verbalização por um agir no interior da sessão psicanalítica (mudança de posição do corpo ou surgimento de emoções), enquanto o *acting out* caracteriza o mesmo fenômeno fora da sessão” (ROUDINESCO et al., 1998, p.05-06).

autos (e fora deles) com a infâmia de serem usuários de drogas e mortos vítimas de HIV³⁴. Há um julgamento moral (e todos os julgamentos não são morais?) e a fala da avó reproduzia isso muito bem com os moralmente carregados termos “drogado” e “aidético”. Essas meninas *acabaram com* sua única familiar viva, sua avó. O que acontecia então, por que ela se mostrava o oposto com cada neta? Não parecia fazer sentido e é claro que não fazia, já que as relações de forças pouco têm a ver com a lógica: não se deve esperar razão no campo dos afetos, dos encontros.

Ocorre que a tensão dita familiar saiu do privado e tomou outras proporções a partir do momento que Cristal pôs em curso seu plano. O caso chegou em minhas mãos quando fui convocado como perito para trazer um traço da chamada verdade aos autos: a menina sofria violência e negligência por parte da avó? A noção de negligência parece óbvia, mas não é. Quais seriam as medidas “adequadas” ao seu caso? Encaminhamento para acompanhamento pela rede, retorno ao lar, a busca de família extensiva ou, a medida mais extrema, a destituição do poder familiar e colocação em família substituta mediante adoção? Esse conjunto de “escolhas” é demasiadamente fixo, é quase protocolar, é nossa miséria de possibilidades, e a escolha aqui já não estava nas mãos da avó. Havia um processo. O processo agora tinha que chegar a uma sentença. Passava agora a ser um problema institucional, uma questão legal, que se preocupava com as ambiguidades que deveriam ser esclarecidas, com os conflitos que deveriam ser dirimidos, com qual era a verdade, que deveria restar clara e cristalina, apesar de sabermos que não há claro e escuro em situações como essas, que há várias gradações da verdade e mundos de visão, perspectivas. Há todo um campo minado, movediço.

Se suponho que minha função é digerir um conflito e o trazer de maneira ordenada aos autos de um processo (forma justa, pré-estabelecida e que não é neutra), numa narrativa linear, com começo, meio e fim, com traços e elementos de uma justificativa científica em suas colocações, sugestões e conclusões, bem, isso já é um estojo, uma “moral de história” muitas vezes garantida e que embala tudo.

Há uma convocação a ver essa situação com um holofote (ou com uma luneta) e tentar descrevê-la, na maioria das vezes com olhos míopes, transcrevendo-a e julgando-a *no processo*. E sempre falamos de julgamentos, seja no judiciário ou fora dele. Se formalmente o processo pode ser entendido como a materialização de um conflito, passando de questão

³⁴ Para a avó, o pai da(s) neta(s) era como K., quando é executado como um cão ao final do Processo de Kafka (1997b, p.278): “era como se a vergonha devesse sobreviver a ele” e ela fazia questão de não deixar Cristal esquecer da infâmia de seu pai, essa memória havia de ser ressentida. Jade, por sua vez, não sofria desse destino, era como se a avó suplantasse esse pai para ela.

privada para uma questão pública, comum, *sob* o foco estatal – foco que é muitas coisas, menos puras -, com todo um aparato para isso, meu laudo é a materialização de quê? Em certa medida de recognições³⁵, percepções, convicções, morais:

O conhecimento nada tem a descobrir; ele tem é que inventar. A vontade de verdade traduz uma impotência da vontade de criar (...) Assim, a verdade não é alguma coisa que existiria para ser encontrada e descoberta – mas alguma coisa que deve ser criada e que dá nome a um processo, mais ainda, a uma vontade de ultrapassar que não tem fim: introduzir verdade como *processus in infinitum, determinação ativa e não* como devir consciente de algo [que] seria ‘em si’ firme e determinado. Nome próprio da ‘vontade’ (NIETZSCHE, outono de 1887, 9 [60] e [91], Fragmentos póstumos, grifos do autor).

A que e a quem servem esses laudos? Escrevo essas narrativas, “notícias” na linha de frente aos magistrados em ações que podem ser tomadas para dirimir o caos negativo?

A avó não era bruxa nem santa. Era bruxa e santa e boa e má e mais inúmeras coisas que não cabem em identidades e clichês. Entretanto, ela sentiu o estranho peso e indeterminação de como era responder a um processo judicial. Sua vida exposta em detalhes nos autos e, o que parecia mais grave, sem saber como aquilo tudo ia acabar. E alguém poderia imaginar como seria isso: ter expostos seus quartinhos de despejo, seus segredos mais íntimos, suas vergonhas mais secretas, seus fracassos mais retumbantes, seus desejos mais ocultos e sofrimentos mais escandalosos todos ali reunidos, ordenados naquelas folhas de papel de maneira linear, limpa, pura? Como seria pensar que vários teriam acesso aqueles documentos, que poderiam fazer troça de você em cartórios empoeirados e corredores sujos de repartições públicas?

Certa vez uma mulher me procurou querendo ser orientada sobre uma ação que pretendia entrar e lhe respondi:

- O problema de se entrar com um processo é que sempre sabemos como começa, mas nunca sabemos como vai acabar. Você pode perder mais do que esperava no início, às vezes você vive uma situação confortável, tudo parece quieto, mas com a entrada do processo

³⁵ “Recognição ou como diz Descartes do pedaço de cera, supõe: ‘o mesmo que vejo, que toco, que imagino e, enfim, é o mesmo que sempre acreditei ter estado no começo’. (...) Simultaneamente a recognição exige, pois, o princípio subjetivo da colaboração das faculdades para ‘todo mundo’, isto é, um senso comum (...) ele dá, assim, um conceito filosófico ao pressuposto do senso comum, ele é o senso comum tornado filosófico ou ciência. (...). O pensamento é suposto como sendo naturalmente reto (...)” (DELEUZE, 1988, p.132). Acerca da noção de recognição enunciada por Gilles Deleuze em sua obra *Diferença e Repetição* (DELEUZE, 1988) ver especialmente uma recolha com comentadores disponível em: <<https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2016/01/28/a-nocao-de-recognicao-uma-pequena-recolha/>>.

a outra parte se insurge e as placas tectônicas voltam a se mover. Além disso nunca se sabe qual será a decisão do juiz. Ela pode ir ao encontro ou de encontro ao seu desejo!

A mulher deixou minha sala com a cabeça baixa, dizendo que iria pensar sobre tudo o que havia dito e pesar se valia a pena correr o risco em se entrar com um processo. Nunca mais a vi.

III.1 – Pesos em escritas em processos e processos em escritas

Nós todos somos vestígios de naufrágios.

D. H. Lawrence

Hoje, sofre-se de enjoo marítimo mesmo em terra firme.

Kafka

A escrita é fundamental para meu ofício e é através dela que se dá a produção de imagens justas e de justamente imagens narrativas. O que escrevo é concreto e pesa na materialidade de meu trabalho. Pode haver vários funcionamentos na escrita, alguns desdobramentos em que imperam os procedimentos taxativos, em que tudo é absoluto e racional: “A ‘razão’ na linguagem: oh, que velha e enganadora senhora! Receio que não nos livraremos de Deus, pois ainda cremos na gramática...” (NIETZSCHE, 2017 p.23). Peso maior ou menor conforme certa demanda, conforme for usado, lido ou entendido. É por meus escritos que certo trabalho será pesado, uma visão perspectiva estará nos autos. Como no caso de Cristal e Jade, ela muitas vezes entorna, inunda. Vários afetos surgiam desses encontros e acabei transbordando, não mantendo uma escrita dita “fria”, considerando a reação do juiz, a quem os escritos causaram riso, e da própria avó, que com visível ódio torcia esses mesmos escritos como se pudesse arrancar as palavras à força do papel. Era claro que não seria possível, já que após um laudo ser entregue num processo não há volta e, a não ser que o documento seja impugnado, o que estava escrito estava escrito e a avó ia ter que conviver com isso³⁶.

Mesmo a noção de que as palavras escritas nos autos e relatórios podem ser as observadas por “um olho que não pode ser imaginado”, ou seja, produzidas a partir de uma

³⁶ A impugnação do laudo juntado no processo é uma medida que pode ser proposta por qualquer uma das partes, através de petição de seus advogados. Consiste em contestar o que é apresentado, por motivos que devem atender a uma série de requisitos legais, geralmente imputando ao perito alguma conduta ilegal, imparcial ou antiética em seus procedimentos.

perspectiva superiora ou etérea é uma falácia, todas tem implicações ético-políticas e são produzidas a partir de efeitos-afetos, produzidas a partir e produzindo bons e maus encontros em quem os lê. Uma perspectiva é tão superiora quanto nada, é atravessada por diversas implicações, morais, de classe social, legais, familiares, afetivas, etc.

Esses escritos que produzi durante os anos são de um peso terrível. Junto em pastas todos os laudos que escrevi até hoje nesse trabalho. Tento separá-las por anos. As pastas sempre ficam completamente preenchidas, algumas vezes bastante abarrotadas, quase não fechando, esgarçadas com o esforço. Outras vezes, as pastas não ficam tão cheias, mas, mesmo assim, todas são bem pesadas: cerca de 500 páginas cada uma. É plúmbeo. Um peso com ecos historicamente datado, talvez:

o mesmo que deve ter sucedido aos animais aquáticos, quando foram obrigados a tornar-se animais terrestres ou perecer, ocorreu a esses semi-animais adaptados de modo feliz à natureza selvagem, à vida errante, à guerra, à aventura - subitamente seus instintos ficaram sem valor e “suspensos”. A partir de então deveriam andar com os pés e “carregar a si mesmos”, quando antes eram levados pela água: havia um terrível peso sobre eles (NIETZSCHE, 2009. p.67).

No momento em que escrevo essas linhas já tenho 13 dessas pastas, uma para cada ano. São em média seis mil páginas. Seis mil páginas puras. Seis mil páginas de segredo de justiça. Seis mil páginas de sigilo. Ao mesmo tempo, finalizar um laudo é de certa forma se *aliviar* de um silenciamento que é físico e há nisso certamente ecos com o próprio processo civilizatório³⁷.

Seis mil páginas de tensões, sofrimentos, e, ao mesmo tempo, me ocorrem as palavras de Arnaldo Antunes: “Senhoras e senhores, vão embora por favores. A fera não tolera sofredores”. Seis mil páginas de sofrimentos coexistindo com alegrias. Páginas de incontáveis casos de vidas em busca de justiça (alívio), uma causa tranquilizadora, libertadora, que produza apaziguamento, que promova a prova do seu ponto de vista. Seis mil

³⁷ Noções como sigilo e segredo no campo psicológico e jurídico tem uma história recente – cujo fim pode estar próximo – ao mesmo tempo em que a noção de segredo parece de alguma maneira se ligar ao processo civilizatório e ao adestramento disciplinar do bicho homem. Luiz Figueiredo, em sua *A invenção do psicológico*, refere que o historiador Norbert Elias, ao analisar os manuais de civilidade nos séculos XV, XVI, XVII, encontrou indicações hoje risíveis: “Não é polido saudar um homem quando urinar ou defecar. Faz mal à saúde reter a urina, convém despejá-la em segredo. Alguns recomendam ao jovem reter um peido contraindo as nádegas. Mas não! É errado contrair uma doença por querer ser educado. Se se pode sair, convém o fazer a distância. Caso contrário, deve-se seguir o velho preceito: encobrir o barulho com uma tosse”. Ver a historicidade da noção de pudor, sigilo e segredo em (FIGUEIREDO, 2007). A respeito de certo silenciamento do corpo e a produção do chamado “mundo interior secreto” no decurso de séculos Cf. em <https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2019/05/03/manuais-de-civilidade-e-o-adestramento-civilizatorio-que-por-milenios-abateu-se-para-a-producao-da-forma-homem-identidade-sujeito-pessoa-eu-e-suas-filiais-e-que-nietzsche-mostrou-exemplarmente-em/>.

páginas em busca de redenção? Essas páginas pesam no fundo de um armário, e temo que a prateleira venha algum dia a desabar, preenchendo com páginas e mais páginas o interior do armário, que não conseguiria represar e sustentar todo aquele peso e se abriria, a enxurrada de laudos se espalhando e tomando o chão. Um naufrágio.

Aquela ameaça no alto de um armário, aquele acidente esperando para acontecer, pode ser percebido de outra maneira. Não pretendo recompor o que está se quebrando, caindo, voltando a juntar, colar os pedacinhos que se espalharem. Que se quebre aquilo que está se desfazendo, e mais ainda, convém intensificar a decomposição: “Que forças estão pressionando para passar? São forças ativas ou reativas? É um movimento afirmativo ou negativo? Estamos ante um processo de superabundância vital ou pendendo a uma pauperização da existência” (PELBART, 2016). Os processos não permitem certo tipo de escrita, muitas coisas não podem figurar nos autos. Há um número restrito de sentidos, afetos, que cabem no formato-autos. São *mundos de visão*:

Não existem “visões de mundo” (muitas visões de um só mundo), mas *mundos de visão*, mundos compostos de uma multiplicidade de visões eles próprios, onde cada ser, cada elemento do mundo é uma visão no mundo, do mundo — é mundo. Para este tipo de ontologia, o problema que se coloca não é o da “tolerância” (só os donos do poder são “tolerantes”), mas o da *diplomacia* ou negociação intermundos (CASTRO, 2015).

A produção de outros mundos de visão, outras percepções, seria “não colar os pedaços quebrados”, uma aposta de “conhecimento”³⁸ que Nietzsche chamou de perspectivismo. O perspectivismo é, entre muitas questões, o pensamento de que há uma pluralidade irreduzível de sentidos, uma polissemia que não é contornável com os artigos definidos (o justo, a justiça, os psicólogos, os assistentes sociais, etc).

No atendimento de um caso como o de Cristal, com entrevistas, visitas domiciliares, testes psicológicos, “observação lúdica”, leitura e estudo dos processos, discussões de caso, elaboro um documento, o chamado “laudo psicológico”. Esse documento que sustento com fios tênues é apresentado aos autos. Já o processo judicial é um conflito que pouco suporta o que está para além de bem e de mal, e é através dos autos de um processo que

³⁸ Em “Do Gênio da Espécie aforismo 354” e “A Origem do Nosso Conceito de ‘Conhecimento’ aforismo 355”, Nietzsche escreve: “(...) não temos nenhum órgão para o conhecer, para a ‘verdade’: nós ‘sabemos’ (ou cremos, ou imaginamos) exatamente tanto quanto pode ser útil ao interesse da grege humana, da espécie: e mesmo o que aqui se chama ‘utilidade’ é afinal, apenas uma crença, uma imaginação e, talvez, precisamente a fatídica estupidez da qual um dia pereceremos (...) Nossa necessidade de conhecer não é justamente essa necessidade do conhecido, a vontade de, em meio a tudo o que é estranho, inabitual, duvidoso, descobrir algo que não mais nos inquiete? Não seria o instinto do medo que nos faz conhecer?” (NIETZSCHE, 2012, p.223-224).

as vidas serão seguidas, desdobradas. É o processo que faz girar as engrenagens, é ele que é mais importante que as vidas naquele mundo.

Nessa lógica de trabalho a produção escrita é uma grande preocupação: o que escrever ou não, como dizer, como fazer? Um universo, com códigos e efeitos trágicos, moralizantes. Faço pequenos mergulhos quando atendo alguém, emergindo com distintas verdades e díspares perspectivas. Mergulhos, naufrágios, ilhas nada desertas, mensagens em garrafas. Pensando assim, os laudos ditos técnicos podem ser vistos como um exercício de reportar mundos, e o que foi avistado a partir desses *mundos de visão*. Os laudos e relatórios, escritos em garrafas, são também cápsulas do tempo. Posso terminar um laudo verossímil, por exemplo, com o seguinte texto padrão que opera com o tempo: “*No mais, devemos considerar que o presente relatório psicológico é um recorte de um momento, um retrato de processos psicodinâmicos em curso, devendo ser levada em conta a natureza não definitiva e não cristalizada dos fenômenos abordados*”.

Mais do que os livros e artigos que podem ser tomados por “*n*” interpretações e usos, nos laudos e relatórios há um fenômeno intenso. Os que lerão, os ditos operadores do direito, juízes, promotores, defensores, advogados e as “partes”, além dos profissionais dos mais diversos serviços, é que poderão ter sua própria leitura, e, principalmente, farão um uso decisivo, vital daquilo que foi escrito. O advogado busca algo que ajude seu cliente, exaltando qualquer aspecto que o possa auxiliar e rejeitando ou ignorando todo aquele que o prejudique, e isso mexe intensamente com filhos, pais, mães etc. O assistente social se preocupará com os aspectos sociais, o promotor com a aplicação da lei, e por aí em diante, essas funções, fronteiras se misturam. De todo modo, meu escrito, que nunca é asséptico, já traz ele próprio um conjunto “seleto de explicações” e não outras. Nas palavras de Nietzsche não se trata de verdade ou mentira, mas principalmente de alívio, satisfação e do mais habitual ou verossímil:

Fazer remontar algo desconhecido a algo conhecido alivia, tranquiliza, satisfaz e, além disso, proporciona um sentimento de poder. Com o desconhecido há o perigo, o desassossego, a preocupação – nosso primeiro instinto é *eliminar* esses estados penosos. Primeiro princípio: alguma explicação é melhor que nenhuma. Tratando-se, no fundo, apenas de um querer livrar-se de ideias opressivas, não se é muito rigoroso com os meios de livrar-se delas: a primeira ideia mediante a qual o desconhecido se declara conhecido faz tão bem que é “tida por verdadeira”. Prova do prazer (“da força”) como critério da verdade. - O impulso causal é, portanto, condicionado e provocado pelo sentimento de medo. O “por quê” deve, se possível, fornecer não tanto a causa por si mesma, mas antes uma *espécie de causa* – uma causa tranquilizadora, libertadora, que produza alívio. O fato de ser estabelecido como causa algo já conhecido, vivenciado, inscrito na recordação é a primeira consequência desta necessidade. O novo, o não-vivenciado, o estranho é excluído como causa, - Portanto, não se busca apenas um tipo de explicações como causa,

mas um tipo *seleto e privilegiado* de explicações, aquelas com que foi eliminado da maneira mais rápida e mais frequente o sentimento do estranho, novo, não-vivenciado – as explicações *mais habituais*. - Consequência: um tipo de colocação de causas prepondera cada vez mais, concentra-se em forma de sistema e enfim aparece como *dominante*, isto é, simplesmente excluindo *outras* causas e explicações. - O banqueiro pensa de imediato no "negócio", o cristão, no "pecado", a garota, em "seu amor" (NIETZSCHE, 2017, p.36, grifos do autor).

Outros problemas surgem com a escrita. A linguagem, por exemplo, pode se revelar incapaz e traiçoeira, “Pois embora a *linguagem*, nisso e em outras coisas, não possa ir além de sua rudeza e continue a falar em oposições, onde há somente degraus e uma sutil gama de gradações” (NIETZSCHE, 2005, p.29, grifos do autor).

Um laudo parece ser uma *notícia*³⁹ dessas guerrilhas, percorrendo uma trincheira e tentando dali observar flancos, reportando o clamor das palavras, a violência dos ditos fatos. Afinal, essas crianças “em risco” não caminham por essa mesma linha tênue, ziguezagueante? A cada vez um medo distinto incide em meu trabalho. Evitar ser ferido *no processo* e se possível auxiliar aqueles que caminham no risco tentando se equilibrar: “O verdadeiro caminho passa por uma corda que não está esticada no alto, mas logo acima do chão. Parece mais destinada a fazer tropeçar do que a ser trilhada” (KAFKA, 2011, p.185). Quais riscos, traços e linhas me invadem, habitam e habilitam? E mais importante, consigo perceber na perícia esse jogo de imunidade e contágio⁴⁰?

Delicado escrever esse e outros laudos, é andar no fio da navalha sem garantias, é usar do fio da espada sem o descanso da moral, do bem e do mal. Trabalho com o caso que é uma multiplicidade e o laudo que se move em terra firme. Frequentemente tomado por certo medo, peso o que escrever e principalmente o que não. O conhecimento e a maneira que ele se concretiza nos processos, como escrita, nunca é desinteressado, nunca é distante ou “frio”, ele é atravessado pelos mais diversos afetos e é isso que traz a força desses encontros nos corredores e salas do fórum. São efeitos de maré. Há embates, choques e conflitos que produzem conhecimento. Ri com Cristal, lamentei com Jade e resenti com a avó das duas entre muitos afetos e éticas em jogo.

³⁹ Foucault, em seu escrito acerca da *vida dos homens infames*, diz que: “O termo ‘notícia’ me conviria bastante para designá-los, pela dupla referência que ele indica: a rapidez do relato e a realidade dos acontecimentos relatados; pois tal é, nesses textos, a condensação das coisas ditas, que não se sabe se a intensidade que os atravessa deve-se mais ao clamor das palavras ou à violência dos fatos que neles se encontram” (FOUCAULT, 2003, p.203).

⁴⁰ Acerca da vida no jogo do comum, do imune e do contágio ver especialmente a problematização do pensador italiano Roberto Espósito. Disponível em: <https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2017/06/19/comum-como-podemos-gerar-imunidade-mais-fragil/>.

E quanto ao final? Não existe. Perdi contato com a família quando enfim fui trabalhar em outro fórum, não sabendo como “acabou” essa história que me marcou. Nesse trabalho as coisas muitas vezes se dão assim. Sei que por muitos anos Cristal continuou acolhida, fugindo ocasionalmente para a casa da avó e voltando ao abrigo, a cada vez com um pouco menos de brilho, como se nunca tivesse conseguido encontrar o que havia ido buscar. E esse é o único desfecho que posso oferecer.

Cristal sai de cena.

Pego a palavra e faço dela coisa. Peguei a alegria e fiz dela como cristal brilhíssimo no ar. A alegria é um cristal. Nada precisa ter forma. Mas a coisa precisa estritamente dela para existir.

Jade me permite a divindade. Seu verde transpassável me santifica em bizantino ícone. Jade é a minha espada desembainhada pelo harakiri de minha humilde alma orgulhosa que se mata porque tem muito pouco de tudo.

Um Sopro de Vida - Clarice Lispector

PROCESSO IV

RITA

RESSENTIMENTO E JUDICIALIZAÇÃO DA VIDA

Eu justamente não me encaixo
 Sim, acredito que está na hora de nos separar
 Quando nos reencontrarmos
 Apresentados como amigos
 Por favor não dê na vista que me conhecia quando
 eu estava faminto e aquele era o seu mundo
 Ah, você ilude justamente como uma mulher, sim, é verdade
 Você faz amor justamente como uma mulher, sim, é verdade
 Então você sente dor justamente como uma mulher
 Mas você se quebra justamente como uma garotinha

Bob Dylan

A Rita matou nosso amor de vingança

Chico Buarque

O pai e a mãe de Rita se separaram no ano passado. Sua mãe conheceu um rapaz bem mais novo e partiu, subindo um lance de escadas para o apartamento dele. Restaram Rita e o pai, que de uma hora para outra se viram abandonados. Rita, desde que a mãe foi embora, não queria mais vê-la, o que era muito difícil, já que continuavam morando no mesmo prédio.

Na primeira entrevista, atendendo ao pesado processo de divórcio litigioso, Rita veio ao fórum trazida pelo pai. Estavam sentados lado a lado no corredor quando a chamei:

- Rita, oi? Tudo bem? Rita?

A jovem não me ouvia. Tinha 14 anos de idade, estava com o uniforme do colégio e ouvia música nos seus fones de ouvido enquanto ficava com o pescoço curvado e a cabeça abaixada sobre a tela do celular. Seus cabelos eram bem longos e bem escuros e cobriam todo seu rosto, o que provocava um efeito curioso: ao interagir com a luz do aparelho, Rita era iluminada em partes desiguais. Seu pai deu um cutucão nela com o cotovelo e só então Rita levantou a cabeça e disse:

- Hein?

- Pode entrar, Rita!

- Ah, tá bom. Desculpa.

Rita enrolou o fio do fone em volta do aparelho e enfiou tudo de qualquer jeito na mochila. Entramos na minha sala e nos sentamos, um de frente para o outro, com a mesa entre nós dois. Eu disse:

- Rita, estou atendendo o processo de divórcio dos seus pais e das suas visitas. Chamei você aqui hoje para te conhecer e para conversarmos. Como estão as coisas?

- Bem.

- Bem como?

- Bem, ora.

- E o que você pensa sobre tudo isso que está acontecendo, sobre esse processo?

- Não penso nada.

- Nada?

- Nada.

- Sua mãe está dizendo que você não aceita mais visitá-la, que não quer mais ir para a casa dela. Isso é verdade?

- É.

- E por que você não está mais querendo ver a sua mãe?

- Porque eu não quero, ora! Ela abandonou a gente, deixou eu e o meu pai, e agora sou eu que tenho que ir atrás dela? Ela que tivesse pensado nisso antes.

- Ela te abandonou como?

- Ela resolveu viver a vida dela, disse que precisava ser feliz, que tinha o direito de ser feliz, daí saiu de casa pra viver com o amante dela.

- Seu padrasto?

- Ele não é meu padrasto!

- E como você chama ele?

- Não chamo de nada, ele não é nada, não é ninguém! Deixa os dois no canto deles e eu e o meu pai no nosso canto.

- Não tem nenhuma chance de você querer ir visitá-la?

- Visitar pra quê? Ela não quis sair de casa? Então, ela que viva com as consequências, que viva sozinha com ele. Eu nem me considero mais filha dela, eu tenho o meu pai e ele é tudo pra mim, não preciso mais de uma mãe. Me viro sozinha.

- Sua mãe deve sentir sua falta.

- Ela que pensasse nisso antes de abandonar a gente. Ela não disse que queria ser feliz? Feliz como sem mim? Pior que ela acusou a gente de “alienação parental”, ela fala que eu não quero mais me encontrar com ela porque meu pai fez a minha cabeça. Até parece que alguém faz a minha cabeça. Eu não tenho direito de não querer mais ver ela?

- Rita, você não está sendo acusada de nada. Sua mãe entrou com o pedido de regulamentação de visitas porque queria te ver, porque disse que sentia sua falta e que sempre que encontra com você no corredor do prédio você vira a cara para ela.

- Viro mesmo!

- Então, não se preocupe tanto com o processo, o processo são os adultos que têm de lidar, cada um deles tem seu advogado para se defender.

- Mas meu pai me fala as coisas que ela escreve sobre a gente e eu fico louca de raiva. São um monte de mentiras. Ela quis viver a vida dela e agora eu quero viver a minha. Simples assim.

- Na verdade Rita, tudo que está escrito no processo são os advogados que escrevem e eles tem os motivos deles. A briga no processo às vezes não tem nada a ver com a vida real. Os processos e as vidas são como se fossem mundos paralelos.

- Mesmo assim continuo não achando certo que ela acuse a gente, e se meu pai for preso?

- Seu pai não vai ser preso, Rita. O que acontece nesses processos de alienação parental é que o juiz manda o psicólogo acompanhar a família para entender o que está acontecendo, por que os pais estão brigando e por que os filhos estão sem ver um deles. Eu preciso entender por que isso está acontecendo pra escrever um documento que se chama laudo e que vai no processo para o juiz ver quais medidas ele pode tomar.

- Seu laudo então também é um mundo paralelo?

- É, pode ser Rita, mas vou sugerir coisas que podem ajudar vocês, para tentar reaver a convivência que você tinha com a sua mãe, afinal você não gostava dela antes de seus pais se separarem?

Rita parou por alguns segundos e ficou pensativa. Seu semblante foi se alterando para algo mais ameno, os traços de raiva foram se amenizando:

- Sim, ela era minha melhor amiga, a gente passava o dia inteirinho juntas e fazíamos tudo juntas. Meu pai tinha até ciúmes de nós duas. Minha mãe me teve bem nova e todo mundo dizia que a gente parecia duas irmãs: a gente é muito parecida, sabe?

- Ainda não conheci sua mãe, ela vai vir aqui amanhã.

- Você vai ver.

Rita esboçou um sorriso. Toda a postura de revolta pareceu ter ido embora, ficando mais calma ao falar da imagem de sua mãe na sua infância. Aproveitei a chance e perguntei:

- E como você está se sentindo agora, como é passar por tudo que aconteceu?

- Me sinto sem ar, sufocada, não consigo respirar. Quando minha mãe foi embora parecia que eu ia morrer, eu sentia como se tivesse alguma coisa bem pesada em cima do meu peito me apertando. Mal tinha forças para conseguir chorar. Meu pai me levou no médico, que mandou fazer um monte de exames e deu tudo negativo, eu não tinha nada. Daí meu pai me levou numa psiquiatra.

- E te ajudou?

- No começo ajudou um pouco, ela me deu um remédio e de uma hora pra outra parecia que as cores tinham voltado, sabe? Até consegui voltar para a escola por um tempo. Antes eu estava vendo tudo cinza e ficava o dia todo deitada na minha cama debaixo do edredom. Não tinha vontade de fazer nada, nem de ler, que eu sempre amei. Eu era viciada no Harry Potter!

- Sério? Não é da minha época, passei por pouco dessa fase.

Rita abriu sua mochila e pegou um objeto, uma varinha de condão.

- Essa é uma varinha que ganhei da minha madrinha. É engraçado, sei que não é mágica de verdade, mas eu gosto de sair de casa com ela, me sinto segura e lembra de quando a gente ainda era uma família.

Rita então começou a chorar, soluçando como uma criancinha. Com a face toda vermelha, sussurrou:

- Desculpa!

- Não precisa se desculpar Rita, pode chorar.

Os soluços aumentaram. Entreguei para ela alguns papéis toalhas que estavam na mesa. Aos poucos ela pareceu ir se acalmando e sua cor foi voltando ao normal.

- Desculpa.

- Já disse que não tem nada pra você se desculpar Rita.

- Você sabia que eu tentei me matar?

- Li no processo.

- Eu estava cansada de tudo e peguei o frasco do remédio que a psiquiatra me deu e tomei tudo de uma vez. Caí desmaiada no chão do quarto. Quando acordei estava no hospital, com o meu pai e minha mãe do meu lado. Foi a última vez que vi os dois juntos. Só

que um não falava com o outro, eram como se fossem dois estranhos e eu fiquei pensando que queria não ter acordado. Eu...

Nesse momento começou a tocar o celular de Rita, a interrompendo. Pedindo desculpas mais uma vez, retirou o aparelho de sua mochila e olhando para a tela disse:

- É o meu pai!

Rita se curvou e pude ouvi-la murmurando:

- Não, pai... tá tudo bem ... estou bem... acho que já está acabando aqui ... já vou sair ... também te amo!

Rita voltou para o banco do corredor e para o seu celular. Chamei o pai na sequência. Ele veio até mim cabisbaixo, parecia derrotado. Trazia uma caixa de papelão abarrotada e amarrotada embaixo dos braços, dessas tipo arquivo. Colocou a caixa sobre a mesa antes de se sentar. Perguntei:

- O que é isso?

- São as provas.

- Que provas?

- As provas que eu não faço alienação parental.

- Como assim?

- Guardei aqui tudo o que eu tinha, todos os documentos, imprimi todas as conversas, os e-mails. Tem fotos, anotações, tudo. O laudo da psiquiatra: minha filha te falou que ela tentou se matar por causa da mãe? Está tudo aqui para o senhor ver.

- O senhor pode deixar essa caixa aí, não vamos precisar dela. E, além disso, tudo que for importante o senhor pode mandar para seu advogado que ele junta no processo.

- Mas eu faço isso, é que de uns tempos pra cá ele parou de me atender quando eu ligo. Acho que vou ter que trocar de advogado.

- Bom, deixa me apresentar. Sou o Leandro, sou psicólogo aqui do fórum e estou atendendo esse processo de visitas da Rita.

- Minha filha te falou que a mãe deixou ela doente?

- Deixou doente como?

- Você não sabe que a minha mulher deixou a gente, conheceu um qualquer e foi embora de casa? Ela nem pensou na minha filha, foi embora só com uma mala. Quando voltei pra casa do trabalho percebi que tinham sumido as roupas dela e as maquiagens. Eu perguntei

pra minha filha “onde sua mãe foi?” e ela não queria me responder, ficou fazendo de conta que não sabia. Daí eu apertei e ela me contou: “ela foi embora com o Rogério”. Fiquei louco, subi até o apartamento dele e ela não queria me atender a porta. Chamei a polícia mas eles disseram que não podiam fazer nada, que ela era adulta e que podia fazer o que quisesse. Voltei para casa e fiquei sem saber o que fazer.

- E o que você fez?

- Nada. Esperei. Sabia que ela ia me procurar pra pegar as coisas dela que ficaram em casa. Daí eu chamei o chaveiro e troquei o segredo da fechadura. Ela que decidiu ir embora, então a casa não é mais dela, ora. Eu vasculhei todas as coisas dela, nos armários, nas gavetas, achei no computador um monte de mensagens e emails que ela trocava com o cara. A maior sujeira! Imprimi tudo e mandei pro meu advogado.

- O senhor sabe que traição não é crime, não é?

- Sei, é claro! Eu fiz o que fiz porque só me importo com a minha filha, não quero que ela seja exposta às sujeiras que a mãe fez com a gente. Já te contei que depois de tudo que a mãe fez ela conseguiu deixar a minha filha doente? Ela agora está numa psicóloga e tive de levar a menina numa psiquiatra. Ela não queria mais sair de casa, ir pra escola, só ficava o dia inteiro deitada na cama, dormindo. Ficou deprimida com a traição da mãe. Eu ouvi ela chorando aqui com o senhor. Ela te contou que ela tentou se matar?

- Sim.

- Minha filha tomou todos os remédios que a psiquiatra deu de uma vez, caiu desmaiada no chão do quarto. Eu ouvi e levei ela pro hospital. No quarto do hospital eu dei de cara com a mãe dela e ela fez de conta que não me conhecia. No hospital a minha filha nem quis ver a mãe. Eu fiquei morrendo de raiva, parecia que a mãe não estava arrependida do que fez. Acredita que a cara de pau ficou ali do lado da minha filha como se nada tivesse acontecido, como se ela não fosse a culpada!

- Bom, mas e agora, a Rita nunca mais vai poder ver a mãe na vida?

- Não, veja bem, aí é com ela, quem tem que decidir isso é ela, quando ela estiver preparada e vocês psicólogos acharem que não vai ter problema nenhum, que ela não vai tentar nenhuma loucura de novo. Só não acho justo. Ela conheceu o rapaz e foi embora viver a aventura dela, deixou eu e a filha a ver navios, não pensou na gente, só quis viver a aventura dela. Não tenho nada contra, mas se ela queria ir embora era só avisar, não precisava fazer as coisas pelas nossas costas. Nunca proibi da minha filha ir para a casa da mãe, mas sabe como é, né? Minha filha é mulher, eu fico preocupado com o que pode acontecer com ela ali, não conheço a índole do cara, do que ele é capaz. E se ele tentar alguma coisa contra ela?

- Tentar o quê?

- Você sabe, ele pode tentar se aproveitar dela.

- Mas algo lhe faz pensar nesse sentido?

- Não, mas tenho medo. Ela é minha única filha e não quero que nada de ruim aconteça. Se a mãe virou a cabeça e quis viver a vida dela, o problema é dela. A minha filha não tem nada a ver com os erros da mãe. Eu só peço que ela deixe minha filha comigo que eu cuido dela até quando Deus permitir e vou dar o melhor que eu puder dentro das minhas condições: a minha filha foi tudo que me restou. A mãe aprontou tanto que conseguiu deixar a menina doente. Já falei isso? Agora ela não quer sair de casa pra nada e não quer ver a mãe de jeito nenhum. Estão me acusado de alienação parental, mas não é nada disso! Que posso fazer se a minha filha só quer ficar comigo? Quando estamos só os dois ela fica bem, parece que volta a ser quando era pequenininha, pede até colo pra mim. Ela até me chama de “pãe”!

- “Pãe”?

- É, que sou pai e mãe dela ao mesmo tempo. Ela se sente segura comigo. Mas é só a mãe pedir alguma coisa no processo que ela fica igual estava no começo, é só a mãe tentar se aproximar que ela piora e eu fico com medo que ela tente alguma loucura de novo. A psiquiatra e a psicóloga dela fizeram laudos pedindo para evitar esses contatos a todo custo. Os laudos estão todos aqui, quer ver? Não? Às vezes não acredito no que está acontecendo, parece até um pesadelo. Eu sempre fiz o melhor, sempre fiz tudo por ela, me anulei por ela, fiz todas as vontades dela. E é assim que sou recompensado. Depois de quase vinte anos juntos, ela disse que queria ser feliz. Mas feliz como longe da gente? E já falei que ela deixou a minha filha doente?

A mãe de Rita veio ao fórum no dia seguinte. Estava com o companheiro, que permaneceu esperando no banco do corredor enquanto conversávamos. Comentei com ela:

- Nossa, como você é parecida com a Rita.

- É todo mundo fala isso, que a gente parece irmãs.

- Como estão as coisas com ela?

- Estão difíceis, desde que eu me separei a Rita não quer mais me ver, ela foge de mim. A gente continua morando no mesmo prédio, mas quando ela me vê sai correndo e não adianta eu tentar falar com ela, ela faz de conta que não me conhece, que eu não existo. Outro dia ela subiu oito lances de escada só para não dividir o elevador comigo. Estou cansada

disso. Tudo o que eu queria era poder ser feliz, não estava mais contente com o meu casamento, a gente ficou muito tempo casado e com o tempo fomos indo um pra cada lado, a gente não conversava mais, era como se fôssemos dois estranhos na mesma casa, viramos dois irmãos. Não era isso que eu esperava pra minha vida. Conheci o Rogério e ele era tão diferente, me ouvia, me dava atenção, se preocupava comigo. E eu me apaixonei. Isso é crime?

- Não.

- Então, mas para o meu marido era. Eu tentei conversar com ele várias vezes, inclusive antes de conhecer o Rogério, explicar que estava infeliz, que a gente precisava fazer alguma coisa, sei lá, procurar uma terapia de casal, mas ele não queria me ouvir, fingia que estava ocupado com alguma coisa da empresa, prestando atenção em outra coisa mais importante. Fui me cansando e um dia eu tomei a decisão. A Rita estava na escola e ele no trabalho. Eu arrumei as malas com as minhas roupas, minhas coisas e subi, fui para a casa do Rogério. Não quis levar mais nada. Deixei uma carta para a Rita explicando o que eu estava fazendo, que eu precisava ser feliz e viver a minha vida e dizendo que quando ela crescesse ela ia entender.

- E você conseguiu manter contato com ela?

- No começo sim, ela não queria entrar na minha casa, mas a gente saía, eu levava ela no shopping pra comprar roupa, batom. Ela sempre foi uma menina muito vaidosa. Mas de uma hora pra outra ela não quis mais me ver, não atendia o telefone, não respondia mensagem. Daí meu advogado me disse que o pai estava fazendo alienação parental e que eu tinha de processá-lo.

- E ajudou?

- Não, acho que piorou. A Rita entendeu que o processo era contra ela e se voltou contra mim, chegou a me xingar no corredor do prédio na frente de estranhos. Eu queria morrer. Hoje ela não me aceita e não aceita o Rogério. Eu tenho medo que ela cresça e nunca mais queira falar comigo, que eu nunca mais seja a mãe dela. Espero que conforme ela for amadurecendo ela perceba que o que fiz não tinha nada a ver com ela, que meu problema era com o pai dela e não com ela. Eu fui embora porque quis e perguntei se ela ia embora comigo mas ela disse que não, e não dava pra arrastar uma menina desse tamanho.

- Não, não dava. Quanto a isso, eu queria saber o que você espera com esse processo.

- Espero poder voltar a ter contato com ela, conviver em paz.

- Mas no que iria ajudar se o juiz entendesse que esse é um caso de alienação parental, será que de uma hora pra outra a Rita ia voltar a te ver, a ficar com você?

- Não sei, meu advogado falou que o pai precisava se responsabilizar pelo que ele estava fazendo. Eu não quero prejudicar ele, só quero ter a minha filha de volta.

- Então, o que será que vai ajudar sua família ter um pedaço de papel assinado por um juiz? Esse papel vai fazer sua filha automaticamente voltar a querer se encontrar contigo, vai obrigar Rita voltar a amá-la, voltar a querer ficar com você? A vida é muito mais complicada que isso, e não é qualquer papel timbrado com uma assinatura que vai mudar isso. Você sabe que a Rita já é grande e mesmo com uma ordem do juiz vai ser difícil convencê-la a fazer algo que ela não queira. Não adianta nada a polícia ir até a casa do pai e retirar a menina à força e entregar para você. Se isso acontecesse, ela com as próprias pernas ia voltar para a casa do pai no primeiro minuto que pudesse, afinal, é só ela descer um lance de escadas. Não, o problema parece mais profundo que isso e não é um papel assinado que vai mudar essa situação como se fosse uma varinha mágica.

Lidar com conflitos é viver tomado por conflitos?

Esses mesmos conflitos, ao modo dos que envolvem os pais de Rita, são o dia a dia das Varas de Família. O caso de Rita se enquadraria num meio termo entre um alto-litígio, que demandaria páginas e mais páginas para ser tratado e algum outro onde o desentendimento entre as “partes” não fosse afinal tão acentuado assim, nada que uma boa audiência judicial não resolvesse⁴¹.

No decorrer do processo de escrita dessa pesquisa, me dei conta de algo que considerei curioso e por isso inicio a análise do caso de Rita por esse fator: Apesar desses processos que tratam de disputa de guarda, litígios, divórcios, alienação parental e que tramitam nas Varas de Família serem grande parte do trabalho do psicólogo perito judicial, a ponto de muitas vezes suplantar as outras áreas, aqui nesses escritos está expresso num único capítulo-processo, que busca amalgamar vários casos, vários problemas, justamente condensando-se na família de Rita e como lidam com seu pequeno drama íntimo e moral.

⁴¹ Trabalho com casos quase sempre cronificados, então minha perspectiva sobre esse tipo de conflito é outra, já que provavelmente a grande maioria dos divórcios são “consensuais”, tratados “amigavelmente” na medida do possível, chegando em forma de acordo aos juízes que somente os homologam, não demandando perícias ou outros procedimentos.

Acredito que a explicação para me dedicar a escrita de somente esse único caso é porque é extremamente desgastante atender esse tipo de processo, trabalhar com esses tipos de conflitos. Nesse sentido, lidar com casos como os de Cristal, Jade ou Sofia são alentos, os efeitos produzidos são outros. A esse respeito, trabalho com a hipótese de que esse fenômeno se dê por ser difícil manejar esses tipos de conflitos, que não raramente costumam se voltar contra o próprio profissional. Contra o perito pesam ameaças e em alguns casos a concretude de questionamentos jurídicos, procedimentos éticos ou processos administrativos⁴². Quem trabalha com conflitos vive conflitos, e invariavelmente terá de “se provar”⁴³, ou seja, num momento ou em outro se verá puxado para dentro de algum embate que também era seu (as tensões mais agudas em algo nos dizem respeito, se enredam em nossas misérias) e responderá seu próprio processo. Há uma forte lógica adversarial nessas modalidades de processos que parecem contaminar a todos, inclusive aos ditos operadores do direito. Dessas perícias emergem fortes embates, afetos tristes, lutas, desentendimentos, discórdias. Essas disputas aparentemente sem fim e sem solução gritam algo, gritam que há algo a mais aqui.

Rita, com quatorze anos de idade, tinha um grande problema: cada um de seus pais foi para um lado e ela continuou no meio dos dois. Entendia que tinha de escolher um “lado”, ser só uma para um deles. Um dia, se trancou no seu quarto e engoliu um a um todos os comprimidos receitados a ela como forma de amortizar a sua dor, comprimidos que pareciam já não fazerem mais efeito. Pensava, talvez, que uma dose maior pudesse fazer com que parasse de sofrer. Por fim, sua queda ressoou e foi ouvida, pendendo para um lado. Surgiram várias questões e incertezas com esse ato. O juiz determinou o estudo psicológico do caso visando esclarecer esses pontos, em especial sobre os tais “atos de alienação parental” e se haveria algum prejuízo para Rita na continuidade dos contatos com a mãe, ou se esses deveriam ser suspensos em “seu maior interesse”.

Conheci Rita da mesma maneira como conheço a todos que vou atender, lendo a seu respeito, nos pesados autos trazidos por um carrinho que chegou rangendo pelos

⁴² Sobre essa questão, que não é o escopo da minha pesquisa, Cf. a tese de doutorado de Sidney Shine: “Andando no fio da navalha: riscos e armadilhas na confecção de laudos psicológicos para a justiça” (SHINE, 2009). Acredito que o título da tese seja autoexplicativo e expresse muito desse trabalho.

⁴³ Termo ambíguo, judicial.

corredores do fórum. Os autos se avolumavam na minha mesa e formavam pilhas de processos tão altas que eu poderia ficar escondido atrás delas. Era o “divórcio litigioso”, “regulamentação de visitas” e a “ação de alienação parental”, apensados num mesmo pacote. Em todos os volumes, o nome do pai de Rita estava de um lado e o da mãe de outro, com um X maiúsculo os separando. Esse X marcava esse jogo, o confronto, o litígio, traduzindo-o e, de certa maneira, favorecendo-o. Materializava algo e colocava um de encontro ao outro: doravante eram de fato adversários, cada um de um lado numa disputa jurídica, rotulados nos autos como “litigantes”, “requerente” e “requerido”.

O processo dos pais de Rita era maior que todos os volumes juntos dos livros de fantasia que a menina tanto gostava. Acredito que se eu perguntasse a ela se gostaria de lê-los, Rita responderia que não, o que seria verossímil, já que ela poderia saber de antemão se tratar de páginas de ódio, rancor, ressentimento e que daquela leitura não tiraria prazer algum. Os pais de Rita travavam uma guerra que variava entre a fria e a quente. Nos autos era tratada a partilha de bens, as várias casas, apartamentos e veículos e a divisão da empresa de engenharia do ex-casal. Ao mesmo tempo, o que dava um ar tragicômico à disputa, eram discutidos com a mesma seriedade a divisão de utensílios domésticos, como panelas, louças e panos de prato. Pequenezas, discutidas em petições e mais petições, uma mais pomposa e rebuscada que a outra, com os advogados abusando de um léxico todo próprio, parecendo que o vencedor seria aquele que conseguisse ser o mais incompreensível, o mais hermético possível. Dentro desse pacote estava a questão da guarda de Rita, disputada centímetro a centímetro pelos pais. Ao ler, não conseguia ver muito sentido naquela discussão, já que eles moravam no mesmo prédio, pai no sétimo e mãe no oitavo andar. Mesmo assim, eles inicialmente acordaram uma divisão da filha meio a meio: três dias e meio da semana na casa do pai, três dias e meio da semana na casa da mãe, coisa que nunca se concretizou frente a recusa de Rita. Entretanto, no mundo paralelo dos autos, Rita era repartida irmãmente pelos pais. A divisão de tempo entre os dois era tamanha que dava para se medir com uma régua: até os minutos eram contados! Os advogados traçavam gráficos sobre os deslocamentos e atividades da menina, estipulando em minúcias os natais, as férias, os dias dos pais e das mães. Com aquela cartografia Rita se tornara, junto do processo, do ódio, dos panos de prato e outras quinquilharias, mais um elo que os mantinham unidos.

Esse processo no qual uma luz do poder é jogada sobre a família demandada por um ou mais das “partes” (pai ou mãe), nunca é exatamente isso, a ideia de que há uma mera “escolha” é problemática. Nunca são questões meramente “de foro íntimo”, afeitas a famílias, em que o poder somente vai se interessar por elas quando há a procura de um “arbitrio”,

através de petições por parte de um terceiro, um advogado – isso tudo é o plano jurídico-formal. Trata-se mais precisamente de um deslocamento de placas tectônicas de ordem histórico-político-afetiva, de certo descarrilhamento de modos de viver em que a judicialização da vida é uma das últimas tábuas de crença.

Assim, um conflito que antes se dava supostamente no plano íntimo-familiar é como que terceirizado – o que não quer dizer que a família fosse algo “natural” e mais “verdadeiro” - e vários vem se somar. Se antes havia uma espécie de triângulo formado por pai-Rita-mãe agora essa figura geométrica passa a se expandir, a ficar irregular e cada vez mais complexa – complexidade sempre presente em alguma medida. Há muitas “vozes” no processo - uma espécie de coro trágico contemporâneo - não se tratando de duas “partes”, mas de várias: procuradores e legislações, que através da escrita apresentam um conjunto variado de “vistas de pontos” a respeito do que consideram o ganho para seus clientes. As decisões também são tomadas por outras vozes, um juiz, que conta ainda com outra figura em demandas que envolvam “incapazes”, um promotor de justiça no papel de *custus legis* (fiscal da lei). Se alguma das “partes” recorresse, o processo iria à instância superiora e seria julgado por uma trinca de desembargadores, outro triângulo, sendo que ainda poderia subir para outros Tribunais. Esse é um dos motivos de processos que tramitam nas Varas de Família muitas vezes irem para direções completamente inesperadas, para um ponto muito distante do que aqueles que o iniciaram e que são diretamente interessados na ação esperavam, afinal são muitas forças e interesses em embate. Se inicialmente a mãe de Rita manifestava o desejo em recuperar os contatos com a filha, fazer valer seu direito e dever de visita, agora o processo apontava para outra direção, para culpabilizações, que remetiam a um questionamento que beirava o criminal.

O processo acaba materializando vários desejos em forma de petições, manifestações e decisões que trazem múltiplas camadas em tensão. Os embates podem parecer um mero antagonismo e ao mesmo tempo guardam microconflitualidades, uma agonística mais fina do que o descrito nos autos, mais sutil do que frequentemente percebo... Os ressentimentos⁴⁴ pulsam e permanecem pulsando, reativos, mas há também vida buscando

⁴⁴ Outra percepção entremeada com essas imagens narrativas: “O ressentimento é um afeto de forte apelo dramático. Funciona bastante bem como elemento polarizador da ação, no cinema ou no teatro, e também para promover a identificação do espectador com alguns personagens, vistos como vitimados pelas circunstâncias ou, principalmente, pelos outros. O personagem ressentido costuma angariar simpatias; suas queixas são repetitivas e fundamentadas, e se ele se coloca como ‘perdedor’, ou como alguém que ficou para trás na dinâmica das relações sociais, isto se dá em razão de sua pureza moral, em sua inabilidade para jogar o jogo das conveniências e das aparências. O ressentido é, por um lado, um que vê a si mesmo como moralmente melhor do que os outros – por outro lado, e por isto mesmo, é um vingativo justificado, coberto de razões” (KEHL, 2000, p.215).

espaço. Para Rita, com pouco ar, no meio, parece haver entre tentativa de suicídio e muitas coisas, uma varinha.

Uma das maiores preocupações de Rita parecia ser o temor que seu pai pudesse ser preso, que sofresse alguma sanção. Temia também que de alguma forma fosse obrigada a retomar o contato com a mãe. Lidava agora com o processo que já havia se iniciado e não havia outro jeito, o processo seguia uma lógica própria, lidando com muitas interferências, e acabaria chegando a uma decisão, a uma sentença. Enquanto isso, Rita continuava ao lado de seu pai e dividia com ele a “ofensa” da esposa-mãe, como se ela também tivesse sido “lesada”. Despontava o modo como a todo momento se referia a si e ao pai como “a gente”: ela traiu “a gente”, deixou “a gente”, entrou com um processo contra “a gente”. “A gente” era um agente, uma partícula aglutinada, identificada, o próprio pai era definido como amálgama de “pai” e “mãe”, expresso no neologismo “pãe”.

Quanto ao pai, guardava numa caixa todas as provas de como foi lesado e sofreu uma “injustiça”, a carregando para todos os lados para nunca se esquecer. Queria provar que estava certo e que, em contraponto, a ex-esposa estava errada. A equação que esboçava era a seguinte: sou bom, logo ela é ruim. Havia aqui um forte componente ressentido e toda energia desse pai estava voltada para ele mesmo, para dentro de sua caixa de provas. Entretanto, não mergulhava sozinho nesse circuito, arrastava a filha para aquele lugar que ela não precisaria assumir, que não cabia a ela, compartilhando a dor e o sofrimento. Pai e filha prometiam continuar juntos na tristeza. Parecia difícil Rita sentir que com a separação sua mãe não deixara de ser sua mãe e que não seria necessário se aliar a um contra o outro. Ela não precisava ser o X da questão apesar de, mesmo assim, se ver deslocada para essa posição.

A mãe de Rita, ao sair de casa, deixou um bilhete para a filha, dizendo que no futuro essa iria entender seus atos. Esperava que a menina tivesse grandeza de espírito para compreendê-la e que mantivessem o mesmo relacionamento, o mesmo vínculo que antes. Pôs fim a um casamento percebido por ela como sem vida, sem amor – questão que diz de modos de vida contemporâneos em que a argamassa da conjugalidade parece cada vez mais esfacelada. Seu interesse pela filha parecia continuar. Então por qual motivo era julgada por aqueles que se sentiam abandonados? Não se tratava tão somente da menina manter os contatos com a mãe, passar um certo número de horas em sua companhia? Não parecia a coisa mais simples e razoável do mundo? Entretanto não acontecia, Rita se recusava a ir com ela, dizia não ter mais mãe. O pai, por sua vez, pouco fazia para favorecer esses contatos, deixando-os “ao desejo da filha”, ou as orientações dos profissionais, que deveriam arcar com o risco da possibilidade de uma tragédia.

Há uma forte questão moral que atravessa *esse caso*. Como respondi aos pais durante as entrevistas, a traição não é um crime mas mesmo assim não escapa a uma condenação moral⁴⁵. O pai de Rita queria “provar” a todo momento quem “deu causa” à separação, encaixando a ex-esposa na imagem justa de “adúltera”, moralmente condenável, que apresentava uma espécie de “falha grave no caráter”. Aspectos como esses, que deveriam ser completamente irrelevantes para a demanda judicial acabavam pesando nos autos: nos processos dos pais de Rita juntavam-se páginas e mais páginas com e-mails e mensagens impressas, com fotos, *prints* de redes sociais, com troca de confissões amorosas, conversas carinhosas e outras coisas. A maior parte daqueles volumes nada mais eram que essas reproduções. Essas discussões poderiam parecer irrelevantes e ao mesmo tempo eram o processo e por isso mesmo constavam nos autos, produziam um foco de poder, a luz (determinada fama). Muitos detalhes entre as páginas.

Silenciosamente fechando a porta do quarto
Deixando o bilhete no qual ela esperava dizer mais
Ela (nós dedicamos a ela quase toda nossas vidas)
Está deixando (sacrificamos quase toda nossas vidas)
O lar (demos a ela tudo que o dinheiro podia comprar)
Ela está deixando o lar após viver sozinha por tantos anos

Lennon & McCartney

⁴⁵ Por mais incrível e anacrônico que possa parecer, o adultério foi crime no Brasil, com pena de detenção de quinze dias a seis meses, até o ano de 2005, quando foi revogado do Código Penal (BRASIL, 1940). Esse artigo fazia parte dos “crimes contra a família”, no capítulo que tratava “dos crimes contra o casamento”. Entretanto, há décadas havia caído em desuso. Sempre a jurisprudência!

IV.1 – Remédio e Veneno

Ora, essa mulherzinha está muito insatisfeita comigo, sempre tem algo a censurar em mim, diante dela estou sempre errado e irritado a cada passo; se fosse possível dividir a vida em partes mínimas e cada partícula pudesse ser julgada em separado, certamente qualquer pedacinho da minha vida seria um aborrecimento para ela.

Kafka

Amável Rita, moça do parquímetro
Nada pode ficar entre nós dois
Quando escurecer eu vou rebocar seu coração para longe

Lennon & McCartney

Seria possível escrever sobre o ressentimento de uma maneira não ressentida? Trabalhar nesse campo é minado e o ressentimento incontornável, mas qual seria o motivo desses processos específicos despertarem tantos litígios, tantas reações? Essas ações litigiosas expressam problemas vivos e transbordam sua litigiosidade para todos os lados, e talvez me afetem pois de um modo ou de outro digam respeito a todos os que lidam com eles. Para operar com esse problema abordarei dois conceitos que parecem caminhar juntos em ações como a da família de Rita: o ressentimento e a judicialização da vida.

A judicialização diz respeito a um fenômeno contemporâneo, tornar todo e qualquer problema da vida num problema judiciário. É bastante similar com o efeito que ocorre com a medicalização e medicamentação, que apesar de parecerem sinônimos, tratam-se no primeiro caso em tornar todo problema da vida num problema biomédico ou de saúde e no segundo caso num problema medicamentoso (uso de medicamentos), surgindo daí sutis diferenças e problemas. Para Benilton Bezerra Jr. trata-se da busca de agências transcendentais para “regular os conflitos da vida normal”:

Um é a Justiça, a judicialização da vida cotidiana é cada vez maior. Isso começou nos EUA, qualquer pessoa que veja filme americano já ouviu essa frase: “...eu vou lhe processar...nós nos vemos na corte”. É típico da classe média americana, “nós nos vemos na corte”. Pois, isso está sendo transportado para o Brasil e vocês abrem os jornais e veem o juiz determinando soluções para conflitos que antes eram solucionados com outras maneiras. E a outra agência é a Medicina, em particular a Psiquiatria. Nem toda conduta é indesejável. Nem todo crime é expressão de patologia. Nem tudo que a gente diz deve ser considerado patologia (BEZERRA JR., 2013).

Nessa ambiência são cada vez mais frequentes os processos de judicialização da vida, que parecem supor realidades apartadas de qualquer mediação ou meios tons, com a pretensão de encontrar a verdade e a justiça em um lugar superior, transcendente a partir de seus parâmetros e convicções - que nunca são apenas suas, são de um grupo, corporação ou classe social - o que traz vários sofrimentos e distintas ordens de violências. Nesse jogo, suas lógicas são disputadas na perspectiva do claro ou escuro, do isto ou aquilo. Ou seja, passamos a ter uma espécie de religiosidade latente – com “ou oito ou oitenta”, “ou tudo ou nada” - sem meios tons ou implicações, e tudo na vida é em meios tons, a vida jamais é contrastada de forma expressionista. A vida é impressionista, ela é feita de pontos, de limites, que implicam o que ajudamos a fazer de nós mesmos, juntos. A vida transita, ela flui, ela está lá e cá.

A relação que pode se estabelecer entre a expectativa com a ação da justiça frente ao desejo já predispõe à frustração, ao se esperar muitas vezes algo que é impossível, uma solução mágica, um apaziguamento em que a decisão judicial surja como um *deus ex machina* “mudando como um deus o curso da história”⁴⁶. Quando se judicializa uma demanda familiar, levando-a a corte e logo transformando-a numa demanda jurídica, isso nada mais é que atribuir ao outro o poder para decidir algo que já não é mais possível particularmente. Há uma esperança de saídas fáceis, de resoluções “indolores” para problemas dolorosos. Não à toa, pode surgir uma frustração frente a essa expectativa irrealizável, e logo os profissionais que atuam nessa área tornam-se culpados por todos os fracassos e sortilégios.

O efeito de tudo isso é que existe uma certa produção de realidade naqueles que se encontram em litígio na lógica do “ele é mau, portanto eu sou bom”, expressa na “equação do ressentimento” de Nietzsche:

Tu és mau, portanto eu sou bom: esta é a fórmula fundamental do escravo, que traduz o essencial do ressentimento do ponto de vista tipológico, resume e reúne todos as características precedentes. Comparemos essa fórmula com a do senhor: *eu sou bom, portanto tu és mau* (DELEUZE, 2018, p.154, grifos do autor).

O ressentido “concebeu o ‘inimigo mau’, ‘o mau’, e isto como conceito básico, a partir do qual também elabora, como imagem equivalente, um ‘bom’ – ele mesmo!...” (NIETZSCHE, 2009, p.28). Age assim pois “quer que os outros sejam maus, precisa que os outros sejam maus para poder se sentir boa” (DELEUZE, 2018, p.154).

⁴⁶ Verso de “Super-Homem a Canção” de Gilberto Gil, do álbum “Realce”, de 1979.

Esse ressentimento, traço tão presente nesses processos, trata-se então da “*culpabilização, a distribuição das responsabilidades, a acusação perpétua*” (DELEUZE, 2018, p.154, grifos do autor). O ressentido não se vinga, a não ser em sua imaginação: “o ressentimento dos seres aos quais é negada a verdadeira reação, a dos atos, e que apenas por uma vingança imaginária obtêm reparação (...) sua ação é no fundo reação” (NIETZSCHE, 2009, p.26). Um dos motivos para o ressentido não se vingar, para não reagir, é justamente por se considerar bom, por se colocar como uma vítima, por sofrer da moralidade ressentida. Espera ser reconhecido em seu sofrimento e que a justiça seja feita, desde que não suje suas mãos. Para Deleuze, o ressentimento assume o lugar da agressividade, e somam-se queixas e lamentações: “É tua culpa se ninguém me ama, é tua culpa se fracassei na minha vida, tua culpa também se fracassaste na tua; tuas infelicidades e as minhas são igualmente tua culpa” (DELEUZE, 2018, p.154).

O ressentido percebe-se sempre um injustiçado, porém sua sede de justiça nunca será saciada, inapetente para a justiça ou para a vingança, já que não possui vontade e nem “maldade” para tanto:

o homem se vinga porque acredita que é justo. Quer dizer que ele encontrou a causa primeira, o fundamento: a justiça. Isto é, como ele está tranquilizado por todos os lados, vinga-se calmamente e com êxito, convicto de que pratica uma ação honesta e justa. Mas eu não vejo nisso justiça nem qualquer espécie de virtude; se começar a vingar-me, será unicamente por maldade (...) Mas que fazer se não tenho sequer maldade? (DOSTOIÉVSKI, 2009, p.30).

O ressentido vive o gozo de seu sofrimento. Rumina as ofensas, reais e imaginárias, e vive em agonia ao sorver sua digestão estendida: “O próprio Nietzsche apresenta a memória como uma digestão que não termina e o tipo do ressentimento como um tipo anal. Essa memória intestinal e venenosa é chamada por Nietzsche de aranha, tarântula, espírito de vingança” (DELEUZE, 2018, p.151)⁴⁷.

Nesse sentido, um dos traços mais definidores do ressentido é “atribuir ao outro a responsabilidade pelo que nos faz sofrer. Um outro a quem delegamos, em um momento anterior, o poder de decidir por nós, de modo a poder culpá-lo do que venha a fracassar” (KHEL, 2015, p.13) tratando-se mesmo de uma impossibilidade em se implicar. Seria possível pensar que essa impossibilidade se potencializaria quando passa a envolver múltiplas

⁴⁷ Deleuze (2018, p.151) traça um paralelo entre a vingança imaginária do ressentido nietzschiano e o complexo freudiano sádico-anal. Para Assoun (1989, p.229-233), a conceituação de ressentimento que Nietzsche trouxe em sua *Genealogia da Moral* é “um verdadeiro quadro clínico” (ASSOUN, 1989, p.230) e manteria relação bastante próxima ao conceito freudiano de neurose.

leis e vários profissionais percebidos pelas “partes” de maneira binária, como “aliados” ou como “inimigos”, novamente numa perspectiva maniqueísta, da mesma maneira que Rita estava aliada ao pai contra a mãe?

Como disse acima, as Varas de Família lidam com problemas que envolvem vários afetos e desejos e não à toa são conhecidas por quem trabalha nessa lida como campos bastante problemáticos. E, atravessando um campo minado, é certo que uma hora ou outra se pise desavisadamente em explosivos, geralmente quando menos se espera. A prudência tem de ser redobrada, o cuidado com o que se diz e com o que não se diz é imenso, o que acarreta num grande dispêndio de energia. Operar em casos como o da família de Rita é um trabalho cuidadoso, delicado, pesa-se muito em como agir, dizer, fazer, muitas vezes em nome de se manter uma “igualdade” nos procedimentos para não ser questionado por um dos advogados das partes. Se, por exemplo, decidisse visitar a casa da mãe de Rita para observar se haveria algum problema na menina ir até ali, me veria obrigado a visitar também a casa do pai, mesmo sem necessidade alguma, somente para manter o equilíbrio de conduta entre as partes e transparecer “imparcial” no processo. Essa tensão constante é cansativa. Além disso, é inesperada a reação quando se interfere em modos de vida que podem estar cristalizadas há anos, demandas familiares que podem estar reprimidas e que de um momento ou em outro podem eclodir violentamente: há uma explosão de tudo o que foi sendo acatado, aceito, suportado. Qualquer gesto pode se tornar uma ofensa grave e fazer o copo transbordar, de modo que vai respingar em todos que tentarem se aproximar.

Sobre essa questão, outro traço que parece pesar é que o ressentido se nega em deixar sua posição ressentida, já que fazê-lo seria assumir corresponsabilidades, implicando-se com outras forças no problema. Assim, desloca para o outro seus anseios, suas imperfeições, suas próprias limitações: “o ressentido não é alguém incapaz de se esquecer ou de perdoar; é um que não quer se esquecer, ou que *quer não se esquecer*, não perdoar, nem superar o mal que o vitimou”. (KEHL, 2015, p.14, grifos da autora). Ao se buscar uma instância como forma de se fazer justiça, não é uma justiça possível que o ressentido espera, ou seja, não é da “resolução do problema” que falamos, mas de ser reconhecido como o detentor da razão desde o início. Nesse sentido, mesmo a reivindicação do ressentido “não é clara: ele não luta para recuperar aquilo que cedeu e sim para que o outro reconheça o mal que lhe fez” (KEHL, 2015, p.24). O ressentido, no jogo judicial, parece não pretender (tão-somente) ser reparado pela “ofensa”, mas tem uma vontade de vingança, uma vingança que de certa forma não seja provocada por ele, já que para isso teria que se implicar no problema e, por consequência, abandonar a posição de “bom, puro ou vítima”: “o vingativo que não se vinga, que espera ser ressarcido

pela justiça divina sem se implicar com seu desejo de vingança está se condenando ao ressentimento” (KEHL, 2015, p.27).

Assim, mantém-se a tensão de alguém vingativo mas ao mesmo tempo incapaz para assumir-se ativo em sua vingança, e que espera sorver um prato congelado ou, melhor ainda, póstumo. Essa tensão precisa ser mantida em gozo perene e não há força ou poder que possa entregar ao ressentido o que ele espera, a esse vingativo inapetente, afinal o ressentimento “é a transformação da ação em reação. Ou, mais precisamente, o ressentido é alguém que nem age nem reage realmente; produz apenas uma vingança imaginária, um ódio insaciável” (MACHADO, 2017, p.93). Há uma agonística entre esses desejos, conflitantes em si, e uma esperança vã na judicialização e, se o perito se agencia nessa ideia justa, há uma tristeza espalhada. Serão entrevistas e mais entrevistas onde somente serão remoídos os ressentimentos, tornando-se a cada vez mais cansativas e improdutivas, somente mais ingredientes para o preparo da sopa que nunca será sorvida. Infinita tristeza.

Vivemos um tempo de grandes convicções – talvez porque tudo esteja em dúvida - e esse é o preço que se tem de pagar pela pureza pretendida. Também entre nós, psicólogos, que poderíamos sustentar distintas percepções e sensibilidades, cresce a tentação de reafirmar palavras de ordem, clichês e sub-repticiamente deslizamos nos cacoetes que Roland Barthes (1980) problematizava como sendo os dois maiores perigos intrínsecos à linguagem, a assertividade e a gregriedade. A linguagem, diz ele, não é reacionária nem progressista, ela é fascista: ela nos obriga a dizer certas coisas, a ocupar certos lugares, posições – homem-mulher, mestre-aluno, branco-negro, direita-esquerda etc. Sem contar que atender esses casos de múltiplos polos, esses triângulos indistintos, produz um efeito curioso: ao ouvir as partes, todas parecem ter razão, todas parecem falar “a verdade”, e o que é mais estranho, muitas vezes com narrativas completamente díspares. Ao final das entrevistas, essas percepções se complementam e, o que pareceria impossível já que contraditórias, mostram-se ambas verossímeis, afinal tratam de perspectivas. É preciso prudência ao navegar por esses conflitos, que são tudo menos precisos, para inadvertidamente não se aliar a uma das partes e acabar se tornando, muitas vezes involuntariamente, um agente de sua vingança ressentida. Como contornar esses diversos riscos e armadilhas?

Deixamos Rita por muito tempo nos esperando e voltemos a ela, que aguarda com seus fones de ouvido.

Havia traços de ressentimento em Rita? Acusava sua mãe de “decidir ser feliz”, mas de não a levar em consideração, não ter se preocupado com suas necessidades. Por isso mesmo, não queria mais vê-la: “se ela se foi sem pensar em mim, porque pensaria nela agora?”. Tratamos aqui de conflitos vivos, do rompimento recente de um casamento, que não necessariamente precisaria se reverter nessa configuração, ou seja, também nesse término entre mãe e filha. Pai e mãe de Rita deixaram de ser marido e mulher, mas não era só dessa forma que Rita parecia sentir o divórcio dos pais. A mãe deixara de ser sua mãe. Ela se alia com seu pai, essa imagem frágil, derrotada, infeliz. Seu pai precisa dela, pois para ela o pai sofreu uma injustiça, um agravo, um dano e seria injusto também o deixar. Ele faz fortes julgamentos morais contra a ex-esposa, onde pecado e crime caminham lado a lado. Mostra-se vítima, logo “virtuoso”, e que preza pela filha, se desdobrando em “pãe” de Rita. Logo, para o pai, injustiçado quer dizer “bom” e, em comparação, a ex-esposa é “má”, tendo o lesado sem justificativa. O pai de Rita torna-se o homem do ressentimento:

O homem do ressentimento não é franco, nem ingênuo, nem honesto e reto consigo. Sua alma olha de través; ele ama os refúgios, os subterfúgios, os caminhos ocultos, tudo escondido lhe agrada como seu mundo, sua segurança, seu bálsamo; ele entende do silêncio, do não-esquecimento, da espera, do momentâneo apequenamento e da humilhação própria (NIETZSCHE, 2009, p.27).

Surge ainda uma acusação contra esse homem ressentido, a “alienação parental”. O que esse termo define? Muitas coisas e por isso mesmo coisa alguma. Aqui se encaixa os mais diversos fenômenos desse campo. Serve como o “CID” de alguns transtornos psiquiátricos que são tão amplos que, ao modo do *Alienista* de Machado de Assis, seria possível enquadrar grande parte da humanidade. Claro que há casos graves se tratando de alienação parental, onde um dos pais busca de todas as maneiras imagináveis afastar o outro do filho, com falsas denúncias de violência, abuso sexual, etc. Entretanto, dentro dessa tendência de simplificação que a judicialização acarreta, usarei aqui de um exemplo verossímil: um pai que sumiu da vida dos filhos por vários anos sem nem ao menos se despedir e por isso mesmo esses filhos não desejam mais revê-lo. Ele então acusa a ex-companheira de “atos de alienação parental”, colocando-se como vítima e esperando que com uma decisão judicial seu vínculo com os filhos volte a ser como era antes de sua partida, como se nada tivesse acontecido. Anos de rompimento e sofrimento sumiriam e o vínculo paterno-filial restituir-se-ia com apenas frases escritas nos autos, uma singela sentença judicial, um *deus ex-machina* que muitas vezes traz mais frustrações do que soluções.

Usar da “alienação parental” no caso de Rita parece suscitar essa armadilha, complicar ainda mais e produzir efeitos contrários ao que era manifestado como desejado pela mãe. Ainda a respeito dessa mãe, pesava a hipótese de se colocar também numa posição ressentida, que com sua saída silenciosa de casa provocasse uma vingança também silenciosa contra o marido, pelo qual se sentiu desprezada por muitos anos, mantendo-se sob seus olhos, agora desejada por outro homem, “tão longe e tão perto”, em suplício mútuo. Essa mãe, caso ressentida, gozaria desse sofrimento? Perceberia-se “boa” ao se ver injustiçada, ao ser lesada por um ex-marido “mau” que a “alienava” imotivadamente da filha? Pesou para ela, ao partir, que poderia se afastar da filha, que Rita não lidaria bem com um simples bilhete que dizia que ela somente compreenderia a mãe quando crescesse?

Vários aspectos estão em jogo aqui. Para a percepção do pai de Rita, por exemplo, o divórcio foi algo abjeto, uma sujeira. De alguma maneira, Rita se aliou ao pai e percebia que as “ofensas” da mãe também eram dirigidas contra ela e ao seu miserável e injustiçado pai. Para ela, o que sua mãe havia feito também passou a ser sujo, impuro. Entretanto haveria outros pontos de vista, outras formas de subjetivação, outras maneiras possíveis em se lidar com a separação que não envolvessem esses afetos:

O divórcio é tão honroso quanto o casamento. De outro modo, todo o silêncio feito em torno dele fica sendo, para as crianças, como se o divórcio fosse uma ‘sujeira’, sob o pretexto de esse acontecimento ser acompanhado de sofrimento (DOLTO, 2003, p.26).

Se visto como algo a ser negado ou escondido, os divórcios podem suscitar um constante conflito em meio a guerras, declaradas ou não, onde viventes entrincheirados disputam seus filhos centímetro por centímetro, enquanto esses filhos, às vezes, contam apenas com varinhas mágicas. E é uma luta constante, uma negociação encontrar maneiras de lidar com esses conflitos, não só no decorrer dos encontros, mas também na escrita, desenvolver não a escrita justa, mas justamente uma escrita⁴⁸.

“Nada é fácil, nada é certo, não façamos do amor algo desonesto”⁴⁹. É na análise psicológica de um caso desses, aparentemente “simples”, que as complexidades parecem

⁴⁸ Ao modo do cinema de Jean Luc Godard, me cabe inscrever a palavra escrita em outro regime de linguagem, cumprindo outra função que não a do modelo demasiadamente adequado, do guardião da moral, da justiça conforme a ordem estabelecida, normótica: “não imagens justas, mas justo imagens”, como sugere um dos mais célebres enunciados do diretor. Não um laudo com a escrita justa (adequada ao modelo), mas justo um laudo, singular. “Nunca ideias justas, justo uma ideia (Godard)”. Cf. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p.36).

⁴⁹ Versos da canção “L’Aventura”, da Legião Urbana, lançada no álbum “A Tempestade ou o Livro dos Dias”, de 1996.

saltar. Era provável que Rita, nessa relação de forças entre pai e mãe, estivesse sendo usada por ambos para se atingirem mutuamente. Era provável que não, que ambos a amassem e quisessem o melhor para ela. Era provável ainda que as duas hipóteses coexistissem e que esse drama não teria um ponto final com uma sentença num processo. Não sei se pai ou mãe alguma vez perguntaram a filha o que ela queria, o que ela pensava. Nesse sentido, esperavam que em fila determinassem o melhor os *especialistas*, psicólogos, assistentes sociais, médicos, advogados, promotores, juízes, que esses remediassem o problema. Em tempos de crise da medida e da balança busca-se na Justiça um *phármakon*⁵⁰ – em certa medida remédio, em outra veneno. Solução para um conflito, alívio imediato, um sucedâneo de Deus e do Homem que pereceram?

Todos os foguetes subindo aos céus
 Os livros sagrados totalmente abertos
 Os doutores trabalhando dia e noite
 Mas nunca encontrarão uma cura para o amor
 (Ah, conte para eles, anjos)
 Não há bebida, não há droga
 nada puro o bastante para ser a cura do amor

Leonard Cohen

⁵⁰ Vernant (2000, p.49-50) refere a noção de *phármakon* como um filtro que é ao mesmo tempo veneno e remédio, podendo matar ou salvar da doença. Poderia pensar pelo fio condutor do caso na questão da qualidade e a quantidade do *phármakon* utilizado? *Phármakon* é remédio e veneno em tempo de balança desmedida, e, não se trata de uma decisão por um dos polos, o positivo ou o negativo retomando o jogo da moral. Roberto Espósito diz tratar-se de: “mal e antídoto, veneno e cura, poção e contra poção, o *phármakon* não é uma substância, é uma não substância, um não identidade, uma não essência. Mas, sobretudo algo que se relaciona com a vida desde o fundo de seu reverso” (ESPÓSITO, 2005, p.181).

PROCESSO V
MARIA JÚLIA
MORTE E VIDA, QUEDA E TRAGÉDIA

Somos como o sonhador que sonha, e então vive dentro do sonho. Mas quem é o sonhador?

David Lynch

Somos feitos da matéria dos sonhos, e nossa vida breve se encerra com um sono.

William Shakespeare.

Maria Júlia brincava sozinha no último andar do prédio do fórum, justo ali, lugar quase que esquecido. Ao parar por um instante, percebeu encantada que o topo daquele prédio era em forma de pirâmide. A menina não tinha como saber, mas muitas décadas atrás o último andar não era abandonado e abrigava vários cartórios. O movimento parecia que nunca ia ter fim, com pessoas subindo e descendo esbaforidas pela escadinha, levando e trazendo sem trégua pilhas e mais pilhas de processos, acumuladas como torres até o teto, que se tornava cada vez mais baixo quanto mais se aproximava das suas bordas e vértices. Os cartorários tinham de ficar com os pescoços curvados e alguns usavam almofadas para não se machucarem no forro. Era até engraçado vê-los sobre os processos com os pescoços dobrados e Maria Júlia com certeza ria se os vissem assim. Nesse sótão não havia sinal de luz elétrica e a pouca iluminação vinha das frestas do teto - era realmente difícil enxergar algo naquela escuridão. Durante anos os cartorários brincaram entre si que as coisas eram assim porque a Justiça era vendada e não precisava de luz, mas que por isso mesmo vivia caindo, e sempre que alguém tropeçava todos riam! Mas Maria Júlia não se importaria com nada disso, ela só queria brincar. Mais crianças se juntaram a ela e todas brincavam alegremente, de esconde-esconde, pega-pega. Corriam por todos os cantos e faziam muito barulho, que parecia não incomodar ninguém. Uma velha, vestida de cinza, chegou com essas crianças e com elas permaneceu, enquanto rodopiavam ao seu redor. Essa era a imagem.

Eu saía do prédio, estava no elevador. Apertei o botão do térreo e senti um solavanco, o elevador despencou em direção ao chão mas não bateu, começando a subir lentamente, até o último andar, o sétimo. Assim que saltei, o elevador desceu e a porta permaneceu aberta. Senti medo e vertigem quando encarei o abismo e vi que era uma queda mortal: aquele poço não tinha fim! Eu sentia medo de cair e, apesar de querer, não conseguia sair dali. Com o coração saindo pela boca, vi algo que nunca havia visto antes: uma escadinha com uma correntinha toda enferrujada impedindo a passagem. Tinha certeza que aquela escada não existia, pelo menos não me lembrava dela, e puxei a corrente e subi, com uma coragem ou imprudência estranha a mim. Chegando lá em cima encontrei as crianças e fitei Maria Júlia brincando ao longe sob um fecho de luz. Maria Júlia ficou muito feliz e veio correndo em minha direção, despreocupada com o perigo do poço do elevador que se abria e esperava por ela logo abaixo. Me vi então na sala do meu setor. Estávamos todos juntos, em reunião. Eu estava com a cabeça abaixada, sonolento. Tentava me mexer, mas não conseguia. Me sentia angustiado e paralisado novamente. A sala estava iluminada, mas de um jeito engraçado, com uma luz fraca e meio colorida, que passava através dos vitrais empoeirados. Era mais igreja do que fórum (Estava numa igreja? Acho que era uma igreja). Agora era uma igreja. As vozes das pessoas pareciam vir de tão longe, como um coro, e me esforçava para entender o que elas diziam sem, no entanto, conseguir. Ouvi alguém chegando, tentando se fazer escutar no meio daquele caos, daquela dissonância, mas parecia que ninguém queria ouvir o que ela tinha para dizer – era a mais nova de nós. Justamente nessa hora, uma queda. O nome dela era Maria Júlia.

Maria Júlia morava com o pai, com a mãe e com o irmãozinho. O irmãozinho era muito pequenininho. Tinha quatro anos de idade. Quando os dois iam para escola iam com roupas compridas em pleno verão, escondendo os braços e os pescoços. Todos achavam estranho, até que os descobriram repletos de marcas:

- Foi o meu papai, dizia o pequenininho.

- Foi o pai, dizia Maria Júlia.

Por causa das marcas, pai e mãe foram chamados várias vezes em vários lugares, mas isso de nada servia e as marcas teimavam em reaparecer, os irmãos agora dizendo que haviam caído do muro, tropeçado da árvore, e as feridas eram sempre reabertas.

Um dia fui até onde moravam. A casinha ficava no meio do nada, no meio do mato, com todo o horizonte por de trás. Era solitária na paisagem, quatro paredes diminutas com um telhado cobrindo tudo. Cimento aparente, paredes chapiscadas, chão de terra batida. Parecia inacabada, em eterna construção. Mesmo assim, era muito organizada, organizada até demais - não havia nada fora do lugar, o que achava estranho numa casa com duas crianças pequenas. A mãe disse que o pai não estava, que estava trabalhando. Maria Júlia também não estava, estava na escola. O pequenininho, brincando e sorrindo com uma chupeta na boca procurava chamar minha atenção:

- Tio, olha, eu consigo subir em cima da árvore;

- Tio, olha eu dando pirueta!

Ele estava muito feliz comigo ali. Eu, por minha vez, dizia:

- Cuidado, você vai acabar caindo! Cuidado!

E antes que tropeçasse, o peguei nos meus braços, levando-o ao chão com todo o cuidado. Dias depois o pequenininho foi morto pelo próprio pai. Na peça da acusação estava escrito que o pai tinha por hábito espancar os filhos, dar castigos e correções e que a mãe nada fazia. Quando os filhos almoçavam, não podiam jantar - já haviam comido naquele dia. Só que a noite o pequenininho teve fome e pegou uma maçã, o fruto que era do pai. O pai o espancou pela desobediência e o jogou numa vala na frente daquela casa que parecia inacabada, onde passou a noite como que dormindo. Nunca mais acordou do seu sono. O pequenininho foi morto aos quatro anos de idade pelo próprio pai.

Quando encontrei Maria Júlia pela primeira vez após a tragédia, a menina me perguntou sorrindo:

- Tio, sabia que o meu irmão morreu?

Não consegui responder, pelo menos não com a fala, e sempre que recordo desse momento, dessa pergunta de Maria Júlia, minha garganta se ata num nó ⁵¹.

⁵¹ Partes da narrativa acima vieram de um sonho relatado na sala do setor técnico, na tarde de 03 de julho de 2019, por uma colega assistente social judiciário. Pela manhã ela havia realizado um pequeno procedimento médico e foi sedada. Antes de despertar, ainda na clínica, teve um sonho muito nítido, acordando bastante perturbada e angustiada com a morte da pequena Maria Júlia. Assim que chegou ao fórum me contou sobre o sonho e pedi para que escrevesse sua narrativa, guardando-a no diário de campo da pesquisa. Reproduzo integralmente a seguir a escrita da sonhadora com a permissão da própria: “A equipe técnica estava reunida em um local semelhante a uma igreja, com muitos vitrais por onde entravam luzes. Estávamos nos preparando para uma reunião. Por um momento, saí da sala onde estávamos e entrei em um elevador. Para ir a algum lugar que não sei qual era, nem o porquê estava indo. Somente entrei no elevador. Inicialmente o elevador se movimentou para cima, como se tivesse subido a distância de um andar. De repente, um tranco. O elevador travou. Em sequência, despencou em velocidade, até parar. Não me machuquei, mas aparentemente estava presa. Em questão de segundos, o elevador estava subindo novamente, em marcha lenta. Ao que pareceu chegar ao topo, abre-se a porta e dou de cara com uma idosa com discurso acelerado. Dizia: ‘esse elevador está um perigo... não pode ficar andando assim, eu já avisei. Tive que puxar eu mesma, manual, eu mesma girando a manivela...’. Ao

Pai e mãe foram presos ainda no hospital, um pelo crime de sangue, a outra pela conivência e cumplicidade. Maria Júlia, por sua vez, foi acolhida num abrigo e tempos depois foi viver com uma tia numa cidade distante. Continuei mantendo contato esporádico com ela, a tia vez ou outra telefonando para contar sobre a sobrinha. Com o passar dos anos, esses telefonemas foram se espaçando e por fim cessaram. Do caso, restaram marcas, culpas, sonhos. Apesar de “esquecido” até a escrita desta pesquisa, permanecia presente e vivo e muitas placas derivam dessa(s) narrativa(s)-sonho(s). Várias camadas, signos emergem do sonho e da narrativa trágica de Maria Júlia, essa menina-sonho, desterritorializada onde não se trata de consciência, razão, lucidez, onde outras lógicas produzem realidades oníricas. Esse sonho, se é uma narrativa verossímil, quem sonhou em mim aqui? Afetos brutos, devastadores, imagens que produzem medos, angústias, mas por outro lado, quase na mesma medida, ternura, candura, cuidado, amor. São experiências que trazem marcas que reverberam ainda hoje, com o nó que insiste, dor no corpo, na resposta que não tinha como ser dada, afinal, como responder a uma criança que sorrindo perguntava:

- tio, sabia que o meu irmão morreu?

Esse nó na garganta me calou, impediu naquele encontro que exercesse esse modo tão racional e justo da comunicação humana, a fala. Mas não só da fala que escrevo aqui, também do que calava em mim quando eu me calava. A imagem justa do psicólogo judiciário em mim pretendia articular uma resposta “racional”, “fria”, “pura” e se viu subitamente afásico, impedido no momento em que foi “traído” pelo próprio corpo ao sobrevir o afeto triste produzido pelo encontro entre os corpos. E o que poderia dizer a Maria Júlia se conseguisse falar? Que minhas mãos ainda lembravam a sensação dos frágeis bracinhos de seu irmão quando o descí com todo cuidado do topo daquela árvore? Que não saberia lidar com aquela dor caso acontecesse comigo, que seria obliterado, que seria fim do jogo?

mesmo tempo em que prestava atenção na fala da velha, olhei em volta. O local parecia realmente o topo de uma catedral em forma piramidal, porém com pouca luz. Então, avistei as crianças. Muitas crianças. De todas as idades. Sentadas, em pé, correndo. Questionei: ‘o que essas crianças estão fazendo aqui? Ninguém nos avisou sobre isso!’. A velha claramente desconversou. Respondeu: ‘é um projeto da igreja’. E fim, não explicou mais nada. Desci as escadas para encontrar novamente o grupo do fórum. Fui correndo, precisava contar o que eu tinha visto. Estavam todos juntos, na mesma sala do início. Vamos começar a reunião. Gritos. Mais gritos. Eu falava: ‘pessoal, eu preciso contar uma coisa’. Vários assuntos interrompiam a minha notícia. Gritos, gritos, gritos. Quando uma mulher entra na sala e escancara as portas de madeira, dizendo: ‘uma criança morreu’. Absolutamente todos da equipe ficam paralisados. Estáticos. Se entreolham. ‘Como assim uma criança morreu? Onde estava essa criança?’. Eu me manifesto: ‘era sobre isso que eu queria falar. Tem um monte de crianças no topo dessa igreja, brincando perto de um elevador que está despencando. Tá aí... agora uma morreu’. A criança se chamava Maria Júlia”.

Não se trata de ciência, psicologia, técnica, direito, linguagem. Milênios de cultura racional inutilizados por uma pergunta de criança, uma que viveu uma tragédia: a morte do irmão. Nisso sinto dores, penso. Todos os processos de pensamento emergem do corpo (existo, logo penso), e as únicas ideias que temos, logo as únicas ideias possíveis, são as que acontecem no corpo. O caso me produziu marcas, até hoje sentidas, justamente no único lugar onde é possível ser marcado, o corpo:

As únicas ideias que temos nas condições naturais de nossa percepção são as que acontecem ao nosso corpo, o efeito de outro corpo sobre o nosso, isto é, uma mistura dos dois corpos: elas são necessariamente inadequadas. Tais ideias são imagens. Ou melhor, as imagens são as próprias afecções corporais (*affectio*), as marcas de um corpo exterior sobre o nosso. As nossas ideias são, pois, ideia de imagens ou de afecções que representam um estado de coisas, e pelas quais afirmamos a presença do corpo exterior, enquanto nosso corpo permanece assim marcado (II, 17) (DELEUZE, 2002, p.83).

Há vários outros traços que emergem desse sonho, dessa narrativa de um caso que se imbricaram nesse capítulo-processo que muitos tomariam tão-somente por ilógico e irracional. Como disse acima, até então o caso do irmão de Maria Júlia estava talvez adormecido. Entretanto, foi emergindo delicadamente pelas frestas dessa pesquisa e me falha a possibilidade de explicitar ou remontar as engrenagens do maquinário que o despertaram e o arrastaram. As imagens justas e justamente imagens foram se cruzando, e o caso do menino morto foi se costurando por muitos fios ao da vida de Maria Júlia, essa narrativa-sonho.

O caso do menino deixou marcas em mim, a falta de sentido, a crueldade: sofria com o lugar comum de tentar encontrar um sentido pela morte causada a troco de nada, justo uma maçã e uma desobediência, o que parecia trazer ecos de narrativas muito mais antigas que aquela família, algumas fundadoras de culturas⁵².

⁵² Quanto a cultura mais óbvia, o mito do “pecado original” narrado no Livro do Gênesis, Espinosa entendia que “A Queda” não se tratava nem de uma punição nem de desobediência, pois não havia de fato uma proibição por parte de Deus para que o primeiro homem não consumisse o fruto da ciência do bem e do mal. O que houve foi uma total falta de compreensão por parte do primeiro homem sobre a natureza de Deus. O Deus de Espinosa é a natureza, como expresso em sua máxima *Deus Sive Natura* (Deus, ou seja, a natureza). Então são das leis da natureza que tratamos aqui, não das leis do Homem nem as de um Deus antropomórfico, o que para Espinosa tratava-se de um contrassenso. Nesse sentido, o que Deus sinalizou é que o fruto seria para o homem um veneno, que traria toda uma sorte de afetos-tristes: “Todavia, porque Adão ignora as causas, acredita que Deus o proíbe moralmente de algo, enquanto Deus lhe revela apenas as consequências naturais da ingestão do fruto. Espinosa lembra com obstinação: todos os fenômenos que agrupamos sob a categoria do Mal, doenças, morte, são deste tipo: mau encontro, indigestão, envenenamento, intoxicação, decomposição de relação” (DELEUZE, 2002, p.28). Deleuze e Guattari em outro trabalho referem-se ainda a função da maçã em duas obras fundamentais de Kafka: *A Metamorfose* e *O Processo*. Na primeira novela, o protagonista sofre um golpe por uma maçã arremessada pelo próprio pai, ferida que, aliada a outros fatores, vai acabar causando a morte de Gregor: “A partir daí, a desterritorialização de Gregor em seu devir-animal encalha: ele se faz reedipianizar pelo golpe de maçã, e só lhe resta morrer, maçã incrustada nas costas. Paralelamente, a desterritorialização da família nos triângulos mais complexos e diabólicos não tem lugar para prosseguir: o pai expulsa os três burocratas locatários,

Em mim pesava certa culpa por não “ter agido”, por não ter percebido o perigo, o risco, por não ter alertado a alguém com o poder de tirar os dois irmãos daquela casa tão pequena, tão justa. Sem dúvida, a culpa é um dos elementos principais nessa narrativa-sonho, expresso na angústia do risco da queda de Maria Júlia enquanto se tenta em vão impedir sua tragédia, que parece destinada a ocorrer: nada demove a pequena da atração que o poço exerce sobre ela, Maria Júlia caminhando passo a passo em sua direção, ao modo de uma heroína trágica. As tentativas de se evitar essa queda resultam todas infrutíferas, não prosperam, se perdem no coro da discussão de uma reunião de encontros de corpos cujo choque produz um ruído ensurdecido naquele condensação de fórum-catedral, som que abafa qualquer possibilidade de entendimento e não permite ressoar, inclusive, o som do próprio corpo de Maria Júlia quando essa toca o chão (se é que toca). Há uma questão moral aqui e sem dúvida há afetos-tristes de culpa rondando esse sonho-narrativa, afetos que diminuem a potência de agir.

Mencionei alhures que não é de todos os casos que interessam a esse poder, não são para todos que sua luz se volta. Para alguns, em alguns casos. Maria Júlia naquele momento da queda parecia estar na escuridão. Mas não era nessa mesma escuridão em que brincava tão alegremente, em que dançava no escuro? Seu corpo de fato teria tocado o chão e produzido sua morte ou haveria outras possibilidades? O caso teria sido uma queda ou um salto?

A perspectiva da menina frente a morte do irmão, do trágico em sua vida, não parecia ser a mesma do adulto que (não) falou em mim quando ela me fez a pergunta que move a narrativa. Nesse sentido seria possível psicologizar, psiquiatrizar, diagnosticar um stress pós traumático ou coisa que o valha. Esse campo é repleto de interpretações-diagnósticos-chavões que na maioria das vezes nos tranquilizam, reconfortam: famílias e vidas que são adequadas por profissionais (inclusive por mim, em alguns casos) em escaninhos como aquela que “não adere”, “situação de risco”, “violência intrafamiliar”,

retorno ao princípio paternalista do triângulo edipiano, a família volta a se fechar sobre si mesma feliz” (DELEUZE e GUATARRI, 2017, p.31). Já no *Processo*, é a maçã que pontua o início do embate de K. com a lei: “a maçã é justamente a que K come no começo do Processo, em uma cadeia partida que se estabelece com a Metamorfose. Pois toda a história de K é a maneira pela qual ele se afunda progressivamente na moratória ilimitada, rompendo com as fórmulas de absolvição aparente. Ele sai, assim, da máquina abstrata da lei, que opõe a lei ao desejo como o espírito ao corpo, como a forma à matéria, para entrar no agenciamento maquínico da justiça, quer dizer, na imanência mútua de uma lei decodificada e de um desejo desterritorializado” (DELEUZE e GUATARRI, 2017, p.95). Cf. ainda Ferenczi, a respeito de seu trabalho “Confusão de Línguas”, onde utiliza da seguinte imagem para falar de crianças que vivem em famílias onde a violência é uma linguagem: “Pensa-se nos frutos que ficam maduros e saborosos depressa demais, quando o bico de um pássaro os fere, e na maturidade apressada de um fruto bichado” (FERENCZI, 2011, p.119).

“questões geracionais”, “família incestuosa” etc. Há toda uma sorte de termos técnicos, coleções de códigos de doenças, leis e artigos que de maneira habilidosa poderiam ser utilizados. Alguns desses termos caberiam como uma luva na descrição do caso de Maria Júlia, ideias bastante adequadas e justas, mas é possível que ao invés de “traduzirem” fenômenos, como inocentemente seria o objetivo ao serem empregados, eles produzissem fenômenos. Esses termos “não falham” em ser precisos, algumas vezes tão precisos e inúteis quanto um relógio de corda quebrado, que acaba sendo preciso duas vezes ao dia, sem que isso sirva para coisa alguma. Trata-se de certa *produção de realidade*, de experiências complexas que não cabem no leito de Procusto da lei e da ciência, como aqui, em que o termo “situação de risco” pode amarrotar inúmeras perspectivas, e, não sustentar multiplicidades.

Trabalhar na frequência das chamadas “situações de risco” produz e inverte forças em que são constantes o medo: de errar, de falhar em conseguir farejar ou tatear o perigo, de não ouvir, não conseguir falar e não ver, deixando de alertar a quem de direito, restando “aquém” do direito. Esse trabalho é tensionado por essa noção de risco, tensão com o que é frequentemente mal visto, mal dito. É inevitável que seja assim ao se trabalhar com vidas que por um motivo ou por outro demandaram essa luz. Faz parte desse jogo perspectivista a busca da “verdade” a todo custo, como já expressei em outros momentos dessa investigação. Afinal, são casos de vida ou morte. Por outro lado, operando com esses problemas, a culpa e a angústia produzidas pela narrativa-sonho são tão evidentes que por isso mesmo são a camada mais superficial que lido aqui. Não há de se minimizar esses efeitos da culpa, mas não se trata de reagir ao problema, assumindo saídas oblíquas ou “fáceis”: nem autocomiseração, nem autoflagelação⁵³.

Raspando essa primeira camada da culpa e da moral, emergem outros problemas vitais, éticos. A viva narrativa-sonho de Maria Júlia poderia ser uma expressividade ético-política? Poderia o sonho furar essa camada da “razão” e expressar problemas de como a

⁵³ A professora Belinda Mandelbaum fez uma instigante observação quanto a narrativa-sonho na qualificação desse trabalho na tarde de 27 de julho de 2020. Para ela, trata-se de retratos expressivos dos impactos subjetivos deste trabalho, que são intensos. Avizinhando uma família de uma equipe de trabalho numa instituição, disse que o sonho de uma pode ser entendido como um sonho de todos, como uma “produção onírica coletiva” e institucional, que expressa muito das implicações desse trabalho. A respeito desse tipo de sonho coletivo, no âmbito familiar, a professora Belinda escreve: “observa-se a família como um conjunto de pessoas interligadas, entendendo-se que, quando um de seus membros traz um sonho, este será um emergente do próprio grupo e todos poderão participar, associando e trazendo seu aporte pessoal: a interpretação será grupal” (MANDELBAUM, 2008, p.13-14) e “Na psicanálise da família, o relato do sonho, seja quem for que o traga, será tomado como expressão e informação sobre o modo de funcionamento psíquico do grupo familiar – as fantasias e ansiedades que circulam nas interações entre os membros, em grande parte de forma inconsciente, e os modos pelos quais o grupo organiza-se, também inconscientemente, para lidar com elas. O sonhador traz o sonho para o campo da terapia familiar, onde ganhará sentidos próprios de sua emergência nesse contexto (...) o sonho serve como expressão do estado do grupo familiar na sessão” (MANDELBAUM, 2008, p.56-57 e 59).

subjetividade do perito é afetada, de como suas marcas são produzidas e como lida com elas, ao mesmo tempo em que também expressaria as vidas que se encontram sob aquela luz, ou seja, esse sonho seria uma espécie de “sismógrafo do comum”, das várias vidas nesses tribunais de justiça? A respeito desse conceito de sonho como instrumento de prospecção, o sonho como ferramenta de sondagem e percepção política, é incontornável o trabalho de Charlotte Beradt, *Sonhos no Terceiro Reich* (2017), onde os sonhos operaram como:

instrumentos atípicos, que medem deslocamentos tectônicos ou temperaturas subterrâneas. Charlotte Beradt, uma amiga de Hanna Arendt, recolheu minuciosamente sonhos de uns trezentos alemães comuns entre 1933 e 1939 e insistiu no seguinte: os sonhos das pessoas comuns deixavam entrever mecanismos que se instalavam cotidianamente na vida de milhões de pessoas, mas que ainda não eram visíveis. Mesmo campos de concentração surgem nos sonhos, muito antes que fossem construídos. Foram apenas o início do terror, mas justamente é o momento em que essa intimidação cotidiana já vem de toda parte e vai tomando a totalidade do espaço psíquico-político (...) A questão cosmopolítica de hoje não poderia ser: qual é a dor que cada agente, humano ou não-humano, carrega? E quais dispositivos, expressivos ou não, é preciso ativar ou inventar para lhes dar voz? Para Charlotte, essa matéria impalpável era como um sismógrafo. (...) O livro sobre os sonhos durante o III Reich, faz ver que os alemães sonhavam não com aquilo que pudessem desejar, pelo menos a nível coletivo, mas com aquilo que lentamente se ia instalando entre eles, o terror cotidiano, a maquinaria de sujeição, o descarte, a desmedida se travestindo de medida. (PELBART, 2013, p.189)

A narrativa-sonho de Maria Júlia emerge de um tipo de aposta metodológica. Quais seriam então os elementos políticos do sonho de Maria Júlia? São vários, um prédio, uma organização, uma instituição fabulada, sonhada. Um dispositivo expressivo se produz, ganha voz. Cada partícula do sonho de Maria Júlia pode ser posta em análise: a velha⁵⁴, o sono, as escadarias que teimam em aparecer e reaparecer e “nada explicam”⁵⁵. O sonho como expressão ético-política, justamente imagens, certa percepção:

Os sonhos são nossa produção própria e insubstituível, mas não sabemos exatamente como os criamos. Sabemos que sua matéria-prima é a vida social ordinária, com seus restos diurnos e pendências cotidianas, mas somos surpreendidos pelos enigmas e estranhezas que eles causam em nós. Eles são como uma obra de arte, uma ‘artesanía’ que o sonhante cria com sua memória, imaginação e desejo. (DUNKER, 2017, p.9)

⁵⁴ Como a velha de um sonho de Kafka: “tez pálida, as faces proeminentes que esticam a pele a ponto de impedir qualquer movimento mais brusco no rosto, o nariz grande que parece sair de uma cavidade e que não admite brincadeiras — seja comentando como ele é duro na ponta, seja apertando-o de leve, puxando-o de um lado para o outro e dizendo ‘agora você vem comigo’, e ainda por cima aquela silhueta ampla de cintura alta em saias pregueadas.” (KAFKA, 2003, p.22)

⁵⁵ Acerca de sonhos e escadas, Kafka escreve: “O sonho revela a verdade atrás da qual se encontra o pensamento (...) Chegaram sonhos, subindo o rio, subindo a parede do cais por uma escada. Paramos, conversamos com eles; eles sabem muita coisa, mas não sabem de onde vêm. É muito amena esta tarde de outono. Eles se viram para o rio e erguem os braços. Por que levantai os braços em vez de nos abraçar?” (KAFKA, 2003, p.9 e 139)

Maria Júlia é um sonho que lida com marcas diversas, que traz arquiteturas de fóruns que em muitos pontos se cruzam com a obra de Kafka, em especial com seu *Processo*⁵⁶: “A escada de madeira não explicava nada, por mais que se olhasse para ela. K. notou então um pequeno pedaço de papel ao lado do primeiro lance da escada, foi até lá e leu, escrito numa letra infantil e desajeitada: Acesso aos cartórios dos tribunais” (KAFKA, 1997b, p.77), acesso que não garantia entrada ao tribunal do Palácio da Justiça, mas ao “tribunal do sótão” (KAFKA, 1997b, p.129). O prédio onde se desenrola a tragédia de Maria Júlia parece saído do mesmo material de suas páginas, das narrativas acerca de cartórios dispostos nos sótãos de conjuntos populares de apartamentos, repartições escuras e abafadas, onde K. quase desmaiou sem ar quando subiu pela escadinha pela primeira vez em companhia do oficial de justiça, tropeçando nos degraus *no processo*. Esses cartórios, um ao lado do outro, conectados como tocas, são construções que vão desaguar em outros sótãos, catedrais, muralhas, palácios e castelos sem fim. Nesse fórum K. procurava se defender de uma acusação que desconhecia e que não era permitido a ele saber ou mesmo recorrer – os tribunais superiores, um em sucessão ao outro ao infinito, mostram-se inacessíveis.

Max Brod estava melhor inspirado quando ele próprio assinala a que ponto o *Processo* é um romance interminável, propriamente indefinido: “Como o processo, segundo o que dizia Kafka, não devia jamais conseguir chegar à suprema instância, o romance se encontrava ele também inacabável em certo sentido; ele poderia se prolongar ao infinito” (DELEUZE e GUATARRI, 2017, p.82).

Maria Júlia, na posição de “vítima e testemunha”, foi ouvida no julgamento dos pais. No Tribunal do Júri, em frente a centenas de pessoas: público, jurados, juiz, promotor, advogados, imprensa, levantou-se e contou o que havia presenciado naquela noite. Com seu jeito de criança, disse ao juiz que o irmãozinho havia acordado durante a noite e, com fome, mesmo sabendo ser proibido, foi a cozinha e comeu a primeira coisa que achou, uma maçã. Contou que seu pai acordou e, surpreendendo o filho, bateu nele com o cabo da enxada até o irmão parecer ter dormido de novo. Maria Júlia deixava a todos naquele tribunal desorientados, por parecer não sofrer com sua narrativa. Para ela o irmão ter sido morto pelo pai poderia ser percebido como um ato “natural”, como respirar, dormir? Maria Júlia contava

⁵⁶ Um leitor de Kafka reconheceria as imagens do sonho de Maria Júlia e a identificariam com muitas das imagens da obra do escritor, principalmente daquelas que tratam diretamente dos tribunais, de justiça ou não, como o próprio *Processo* e algumas narrativas curtas, como *Diante da Lei* ou *Advogados de Defesa*. A respeito disso, perguntei por curiosidade a sonhadora se ela havia lido alguma obra de Kafka e ela me respondeu que não.

aos jurados o dito crime, e era para ela também uma brincadeira. Não demonstrava julgamento de valores, nem ânsia de justiça, nem medo - aliás, essa era a minha perspectiva.

Em sua queda⁵⁷, essa menina-sonho, atravessou de ponta a ponta um prédio, por onde deslizam vários direitos, várias justiças: são muitas as que existem e coexistem. É o sonho e Maria Júlia quem conduzem essa narrativa, é essa menina-sonho quem atravessa esse fórum. Esses sonhos falam de espaços, territórios, tragédias. Sua tessitura grita e sussurra algo. Esse prédio-fórum traz formas e funções, seus cruzamentos com catedrais, com a terra e com o céu formam territórios onde se emaranham os fios, emergindo problemas vivos a serem compreendidos de várias perspectivas e sentidos de saber-poder.

Vivemos num momento de transição, de deslizamentos entre o que Foucault definiu como “sociedade disciplinar” e que Deleuze nomeou como “sociedade de controle”. O modelo da sociedade disciplinar trata de espaços contínuos de confinamento. A sociedade de controle é mais *complicada*. Não que uma tenha suplantado a outra, são lógicas que coabitam, coexistem. A justiça também desliza entre esses dois tipos de sociedade e Kafka em sua obra já farejava esses sensíveis deslizamentos invisíveis⁵⁸, servindo como um sismógrafo do que vinha:

Kafka, que já se instalava no cruzamento dos dois tipos de sociedade, descreveu em O processo as formas jurídicas mais temíveis: a quitação aparente das sociedades disciplinares (entre dois confinamentos), a moratória ilimitada das sociedades de controle (em variação contínua) são dois modos de vida jurídicos muito diferentes, e se nosso direito, ele mesmo em crise, hesita entre ambos, é porque saímos de um para entrar no outro (DELEUZE, 1992, p.222).

⁵⁷ O direito e a psicologia moderna-liberal como questionáveis. Para essas ciências seria difícil aceitar que uma coisa é subir para as luzes (razão), para o modelo, outra é cair, aterrar, *desastrar* (perder o *astro*) sem o registro do bem e do mal. Entre o cristianismo e os mundos do trágico parece haver algo que avizinha Dionísio, deus da desmedida, da desmesura (Hybris), e, a serpente do paraíso que questiona tudo. São problemas com chifres, um canto do bode, que também tem chifres, trágico - de *tragos* ("bode") e *oidé* ("canto"), o termo grego *tragedia* significa, "o canto do bode", com nítida referência às festividades em honra de Dionísio (Baco para os romanos). Nietzsche diz: “O que então agarrei, algo terrível e perigoso, não necessariamente um touro, mas um problema *novo* em todo caso – hoje eu diria que era o *problema da ciência* mesma – a ciência vista pela primeira vez como problemática, como questionável (NIETZSCHE, 2020, p.10).

⁵⁸ São vários os sentidos que usamos para conhecer: “Espinosa afirma que não é necessário saber que sabemos para saber (idem, 35), se bem que não possamos saber sem saber que sabemos (Ética, II, 21 e 43)” (DELEUZE, 2002, p.65). Acontece que julgamos alguns sentidos como “superiores”, como a visão e a audição, em detrimento aos outros. Nietzsche ressalta o papel dos sentidos, em especial do olfato, dizendo “Eu fui o primeiro a descobrir a verdade, ao sentir primeiro a mentira como mentira – ao cheirar ... Meu gênio está nas narinas ...” (NIETZSCHE, 2008, p.102) e complementa: “- E que finos instrumentos de observação temos em nossos sentidos! Esse nariz, por exemplo, do qual nenhum filósofo falou ainda com respeito e gratidão, é, por ora, o mais delicado instrumento à nossa disposição: ele pode constatar diferenças mínimas de movimento, que nem mesmo o espectroscópio constata. Nós possuímos ciência, hoje, exatamente na medida em que resolvemos aceitar o testemunho dos sentidos – em que aprendemos a ainda aguçá-los, armá-los, pensá-los até o fim. O restante é aborto e ciência-ainda-não: isto é, metafísica, teologia, psicologia, teoria do conhecimento” (NIETZSCHE, 2017, p.20).

Nesse prédio onde os deslizamentos são constantes, de contínuas construções e reconstruções, muitos tropeçam. É Dionísio quem rege a queda, o deus do vinho, aquele que faz tropeçar. Esse prédio é repleto de níveis, buracos de toupeira e de serpentes⁵⁹. No topo, a luz: é Apolo quem sobressai, a razão, a vidência, a bela forma. É do topo que Maria Júlia se lança e atravessa todos aqueles andares, todos aqueles corredores que ressoam. Cai direto até o fundo, mas não morre e, assim como dançou na luz, continua dançando no escuro do subsolo, no *under ground*⁶⁰, vivendo e revivendo sua tragédia sempiterna, em “estados de direitos metaestáveis”.

⁵⁹ “Os anéis de uma serpente são ainda mais complicados que os buracos de uma toupeira” (DELEUZE, 1992, p.226). Interessa nesta imagem que enquanto a toupeira é um animal cujos buracos (um lá e um cá) são repletos de câmeras (espaços de confinamento), animal dos meios de confinamento disciplinar, a serpente se movimenta de modo ondulatório, num feixe contínuo, é o animal das sociedades de controle. Estivemos por um tempo mais habituados aos buracos da toupeira, de duas partes, das analogias das sociedades disciplinares. No direito da atualidade os anéis da serpente são grávidos. Os anéis mudam se deslocam o tempo todo, pelas são deixadas para trás, para o bem, para o mal e para além de bem e mal. Movimento contínuo ondulatório incessante e sem formas de longo prazo, trata-se de formas auto deformantes, metaestáveis. Os anéis marcam as formações ininterruptas, as formações dos anéis são lisas, coexistindo com essas tecnologias das toupeiras do *isto ou aquilo*, que ainda estão vigentes. Pensar a formação dos anéis é a tarefa de pensar a formação dos movimentos de controle, e este é um dos desafios anunciados para já. Cada vez mais colecionamos anéis e mais anéis de serpente sem nem entendermos como, muito menos como resistir.

⁶⁰ Na primeira versão de *Alice no país das maravilhas*, Lewis Carroll chamou sua terra dos sonhos de *under ground* (subterrâneo ou, numa tradução literal, “debaixo da terra”). A narrativa de Maria Júlia em certa medida parece ressoar com essa, em especial sobre a forma de se acessar outro plano e sobre o “valor” da queda. É com a queda que Alice pode chegar a outro mundo, a um mundo de maravilhas, viver um sonho. A queda não é vista por Alice como algo negativo-triste, muito pelo contrário, é a possibilidade de se acessar outros planos, assumir novas perspectivas de existência. Quando cai, Alice não demonstra medo em atingir o chão. O poeta Sebastião Uchoa Leite, em seu ensaio sobre Carroll, lembra que Deleuze traz outra possibilidade de visão ao colocar que “a descida de Alice nas profundidades do poço dá lugar a movimentos laterais de expansão, a profundidade se faz superfície” (LEITE, 1977, p.24). Na obra seguinte sobre Alice, Carroll traz um momento bastante significativo, quando a menina, ao atravessar o espelho, em certo momento se depara com o Rei Vermelho. Nesse momento, sua própria existência é colocada em questão, afinal Alice seria um sonho do Rei Vermelho e desapareceria quando ele acordasse ou seria “real”? Nesse momento singular se estabelece um diálogo. E a própria realidade é posta a prova, se era ela quem sonhava ou se sonhavam ela. Estranho pensar que Alice é em si uma personagem ficcional e está sendo “sonhada”, ou seja, escrita por alguém, enquanto suas duas aventuras se tratam de sonhos. Alice sonha e sonhamos (com) Alice. Quando o sonho acabar, ou seja, quando suas narrativas forem esquecidas, Alice e Maria Júlia se apagariam e sumiriam exatamente “como uma vela?”. O mesmo problema é tratado por Borges em suas *Ruínas Circulares*: “Não ser um homem, ser a projeção do sonho de outro homem, que humilhação incomparável, que vertigem! (...) Com alívio, com humilhação, com terror, compreendeu que ele também era uma aparência, que outro o estava sonhando”. O tema da queda, do sonho e da realidade retornam. Julgar o valor da queda e do real poderiam ser sintomas de um niilismo passivo, terminal?: “É uma situação que lembra *Alice no país das maravilhas*: é preciso correr para ficar no mesmo lugar, e correr cada vez mais para consegui-lo. Com a particularidade, na esteira de Lewis Carroll, de que a suposta elevação, no fundo, é descida, rebaixamento. Na verdade, quanto mais alto se pensa estar subindo (por exemplo, na direção do progresso, ou numa ‘escala social’), mais baixo se está descendo: oportunismo, impostura, trapaça, embotamento, fragmentação social, blindagem sensorial. Alto e baixo, portanto, se confundem, atingindo o que mais temia Nietzsche - a platitude, a indiferenciação: quando ‘nada vale’, então ‘tudo se equivale’, e ‘nada mais vale a pena’, com o quê ‘vale tudo e qualquer coisa’: Nihilismo” (PELBART, 2020). Esse niilismo terminal contemporâneo foi expressado por Nietzsche em seu “último homem”: “- e vi descer sobre os homens uma grande tristeza. Os melhores entre eles se cansaram de suas obras. Uma doutrina surgiu, acompanhada de uma

Dionísio é o deus que faz tropeçar e caminha conosco. É sua tarefa “tornar-nos leves, ensinar-nos a dançar” (DELEUZE, 2018, p.30): Maria Júlia eternamente retorna a entrar naquele prédio onde nada é por acaso, e está lá agora mesmo, sempre rindo e sempre dançando, tropeçando e caindo com alegria. Não há som no fundo do poço. Quanto a nós, homens e mulheres contemporâneos, que pretendemos e almejamos permanecer naquele último andar amplo, nos esquecemos do sótão, que para nossa percepção parece abandonado e “acabado”, mas que está sempre em construção, como a casa de Maria Júlia e do pequenininho, e outras justiças virão. Iremos tropeçar novamente.

Metade do que eu digo é sem sentido
Mas digo justamente para lhe alcançar
Júlia.

Lennon & McCartney

fê: ‘Tudo é vazio, tudo é igual, tudo foi!’. E de todos os montes ecoou: ‘Tudo é vazio, tudo é igual, tudo foi!’. É certo que fizemos a colheita: mas por que nossos frutos ficaram podres e escuros? Que coisa caiu da lua má, na última noite? Todo o trabalho foi em vão, tornou-se veneno o nosso vinho, o mau-olhado crestou nossos campos e corações. Todos nos tornamos secos; se o fogo cair sobre nós, seremos reduzidos a cinzas: - sim, o próprio fogo tornamos cansado. Todas as fontes secaram para nós, também o mar recuou. Todo chão quer se abrir, mas a profundidade não quer devorar! ‘Ah, onde há ainda um mar onde possamos nos afogar?’: eis como soa o nosso lamento – por sobre pântanos rasos. Em verdade, ficamos cansados demais para morrer; ainda estamos acordados e prosseguimos vivendo – em sepulcros!” (NIETZSCHE, 2018, p.128-129). O niilista passivo se pergunta a respeito da queda, que se dá para ele não somente para baixo, mas para todas as direções: “Como conseguimos beber inteiramente o mar, quem nos deu a esponja para apagar o horizonte? Que fizemos nós, ao desatar a terra do seu sol? Para onde se move ela agora? Para onde nos movemos nós? Para longe de todos os sóis? Não caímos continuamente? Para trás, para os lados, para a frente, em todas as direções? Existem ainda ‘em cima’ e ‘embaixo’? Não vagamos como que através de um nada infinito? Não sentimos na pele o sopro do vácuo? Não se tornou ele mais frio? Não anoitece eternamente? Não temos que acender lanternas de manhã? (NIETZSCHE, 2012, p.137). Enfim, faz-se necessário “dançar para não cair!” (NIETZSCHE, 2018, p.229). E é justamente no *under ground* desse capítulo-processo que dança, sonha e respira Maria Júlia, assumindo uma postura trágica de afirmação da vida.

PROCESSO VI

L.

DESLIZAMENTOS

Isso é a vida real?
Isso é justamente fantasia?
Preso num deslizamento
Não há escapatória da realidade

F. Mercury

Uma porta...

Um dia na vida errava por um imenso mangue, de onde despontavam fileiras e mais fileiras de casas, equilibradas em palafitas. Súbito, percebi que não sabia como chegar até onde devia ir, a casa de um caso, ao mesmo tempo em que me dei conta que não estava apropriadamente calçado para aquele terreno, meus pés afundando naquela terra movediça. No momento em que procurava convencer um menino que passava para que trocássemos nossos sapatos, já que os deles pareciam mais apropriados ao solo, acordei...

Agora atrasado para o trabalho, corria pelo apartamento arrumando um a um os quartos, a sala, a cozinha. Sempre que chegava num cômodo voltava ao anterior para levar algo esquecido ali, algo fora do lugar, numa tarefa que parecia não ter fim. Quando cheguei na sacada desabava um dilúvio, e desabei, deslizando pelo piso, me torcendo e caindo em mim com todo meu peso. A terra se espalhava por todos os lados e eu via todo meu trabalho arruinado num único instante, num único tropeço, toda pressa em vão. Não sabia se ria com a graça ou se chorava com a dor e vergonha daquela queda trágica e cômica.

Do chão me despencou uma imagem, a de uma porta, a porta do fórum, dourada e majestosa, com seus mais de quatro metros de altura. E “*Diante da lei está um porteiro*”⁶¹. Logo abaixo do umbral, nas escadarias, um menino e seu pai se abrigavam encolhidos no filete de sombra projetado pelo prédio. No silêncio do meio-dia o brilho era tamanho que machucava e escurecia a visão. Cerrando meus olhos, podia ver o pai esbravejando furioso contra o filho, como se o ameaçasse. Assim que chegou o horário e o porteiro enfim permitiu, os dois entraram no prédio.

Naquele dia lembro que cheguei ao fórum e, por acaso, vi esse pai e esse filho, logo identificando que eram o “meu caso” agendado. Como soube não sei. Intuição, acho. Assim que o pai chegou ao segundo andar, me interpelou com rispidez, dizendo que veio mas que já estava indo, que tinha de trabalhar. Partiu nada satisfeito, sem nem ao menos olhar para o filho, desconfortável no solitário banco de madeira do corredor. Deixou com ele somente uma ameaça, que iria descobrir “a verdade” e que seria ele a fazer “justiça”.

O menino que ficou só com o aviso do pai se chamava L. Com quatorze anos de idade estava “em conflito com a lei”, respondendo a um “ato infracional”, acusado de estupro.

Seu semblante se iluminou no mesmo instante em que eu o chamei, entrando contente na minha sala. Quando disse a ele meu nome, ficou ainda mais satisfeito:

- Sério, tio? Show!

L. me disse que quando crescesse ia ser músico ou jogador de futebol:

- Só não gosto muito de estudar, a escola é um saco. Outro dia eu esculachei o professor de matemática (aquele folgado) e fui parar na direção. Quando eu cheguei em casa, meu pai me arrebentou todinho. Até tentei fugir mas ele me pegou de jeito e me moeu na porrada. Tio, meu pai me bate de fio, com cabo de vassoura, o que ele tiver na mão ele taca em mim. Ele diz que vai me ensinar ser homem, por bem ou por mal!

Perguntei a reação do pai quando soube da acusação que pesava contra ele:

- Vixi, ele ficou louco, minha irmã inventou que eu mexi com ela e agora meu pai não pode mais nem olhar pra mim, quando a tia falou pro meu pai ele me arrebentou na hora que eu abri a porta de casa. E ele me bate pra valer, de mão fechada, que nem homem. Olha essa cicatriz que eu tenho aqui no braço. Foi o meu pai que fez, ele quebrou meu braço com

⁶¹ (KAFKA, 1997b, p.261).

um pedaço de pau, fui parar no hospital pra enfaixar e a mulher falou que ia chamar o Conselho. Daí o meu pai respondeu “sabe o que esse moleque fez? Ele estuprou a minha filha. Chama mesmo o Conselho e aproveita e já leva ele pra Fundação”. Meu pai sempre me bateu, mas pelo menos antes ele gostava de mim. Depois das mentiras da minha irmã, ele me abandonou, disse que não me quer mais lá e eu tive de voltar para a casa da minha mãe. Minha mãe também é fogo e lá na casa dela é a maior confusão. Não dá pra ficar lá não.

Perguntei então com quem ele gostaria de morar:

- Com o meu pai. Eu sempre vou pra casa dele, mesmo quando ele não tá lá, mas a tia ficou com o pé atrás comigo depois do que aconteceu e não me quer mais lá não. Meu pai também não está deixando eu ir pro mercado pra ficar trabalhando com ele. Tenho que ir escondido de bicicleta e ficar olhando de longe. Se ele me descobre ele me mata! Tio, eu não fiz nada com a minha irmã, é tudo conversa daquela mentirosa, ela fica sentando no colo dos meninos da rua, ela é safada, não sei com quem ela aprendeu fazer essas coisas. Eu juro que não fiz nada. Ela quem inventou tudo! Eu nunca ia pôr a mão nela, eu odeio ela, ela não presta e por causa dela eu não estou mais podendo ver o meu pai direito. Tio, você vai me ajudar?

Disse que não sabia e que ainda ia falar com as outras pessoas da família dele, até com a sua irmã. L. me respondeu:

- Vixi, tu vai perder tempo com aquela chata, ela vai contar um monte de mentira e daí você também vai ficar com raiva de mim, vai acreditar em tudo que ela disser.

Respondi que não era bem assim e que precisávamos terminar, aproveitando a deixa para saber se ele tinha alguma dúvida ou se queria me perguntar mais alguma coisa. Feliz, o menino respondeu:

- Tio, então eu volto no mesmo horário na semana que vêm pra gente conversar de novo?

Respondi que não, que no fórum era diferente dos psicólogos dos outros lugares, que eu ia acabar de atender seu caso e ao final fazer um laudo que ia no processo e que a minha participação acabava aí. Complementei dizendo que “no fórum eu só vou te chamar de novo se eu precisar falar mais uma vez contigo, entendeu?”.

L. ficou então cabisbaixo, escondendo seus olhos até então brilhantes com a aba do boné e limitou-se a assentir, evitando meu olhar. Por fim, acabou falando:

- Entendeu. É que eu gostei de conversar contigo, eu sinto falta de poder conversar com alguém.

L. saiu pela porta do fórum sem mais ninguém. Pela janela, pude vê-lo dobrando a esquina, parecendo mais animado a medida em que se afastava da sombra daquele prédio.

Podia ver ele gingando os ombros enquanto andava, como se disputasse um lance ou dançasse, deslizando por entre um emaranhado de sonhos e memórias.

L. se viu sem chão, precisando se apoiar em seus pequenos calcanhares para não cair, afinal sua base era pequena para equilibrar todo o seu tamanho. L. estava ali, absorto naquele exercício, tensionando todo o seu corpo para não desabar sobre si mesmo. Era uma letra só, e uma letra só não serve para muita coisa. Pensava que se fosse como o A. ou o H., com os dois pés no chão, ou ainda, como M., que tinha o luxo de ter três pés de apoio, não estaria naquela situação. Focado em seu problema, L. continuou ali, se equilibrando para não cair.

L. Ferreira

“Diante da lei está um porteiro”. Com essa oração inicia-se o pequeno escrito “Diante da Lei”, de Kafka (1997b, p.261-263). Sua narrativa se encerra com uma pergunta, formulada ao porteiro no exato momento em que o homem, que durante a maior parte da vida aguardou diante daquela porta sem ser admitido, se vê às portas da morte, reconhecendo “no escuro um brilho que irrompe inextinguível da porta da lei”:

“Todos aspiram à lei”, diz o homem. “Como se explica que, em tantos anos, ninguém além de mim pediu para entrar?” O porteiro percebe que o homem já está no fim, e para alcançar sua audição em declínio, ele berra: “Aqui ninguém mais podia ser admitido, pois esta entrada estava destinada só a você. Agora eu vou embora e fecho-a” (KAFKA, 1997b, p.263).

Uma das “morais” possíveis da narrativa é que cada um tem a sua própria porta, que aguarda somente a si. E cada um decide o que fazer com ela no seu tempo, se ousa ou não entrar pelos salões da lei. Entretanto, o porteiro adverte que é tão somente o “último” e que as portas levarão a outras portas, cada vez com porteiros mais poderosos, a cada vez com visões mais insuportáveis. Uma das “chaves” para a compreensão da história é que se trata, de alguma forma, da condição humana. Ocorre que, como nas melhores narrativas, essa é só mais uma das chaves, que abre só um dos caminhos, um corredor a ser acessado, um umbral a ser atravessado. É somente um dos limiares. E as portas da lei são sem fim.

Atravessando ou não essas portas, cada um carrega a si e a sua dor e se vê com ela, lidando na própria carne com as marcas produzidas pelos encontros dos corpos, encontros que muitas vezes são impactantes e violentos.

A narrativa que abre esse capítulo-processo, derradeiro da pesquisa, foi composta aos pedaços, escrita em diferentes tempos, em diferentes salas, a partir de diferentes sonhos e memórias, emaranhados em encontros e marcas. Seu início, um sonho, parece um sonho do perito, que sonha em mim riscos, o medo de se perder, de ser tragado por aqueles problemas, aqueles casos, arrastado nos espaços onde se vivem essas vidas, onde não fui chamado, lugares a que não pertencem. Numa das camadas do sonho, o perito em mim sonha com deslizamentos, ao mesmo tempo em que se auto engana, dizendo a si mesmo que está no controle da situação, que não é tão impactado assim por esses encontros, que essas marcas produzidas não podem ser tão profundas. Prossegue com uma memória sensível, despertada e arrastada pela queda, essa sofrida no auge do isolamento, quarentena da vida, queda dolorosa que carrega consigo outra, memória estilhaçada e fugidia de um caso, memória escassa que fabula, que “traí”. Narrativa fragmentada, “além da verdade e da mentira”, produz o verossímil, traz tessitura e espessura a esses encontros singulares, dados naquela ambiência. Atravessando o cipoal de falsos problemas como as oposições entre ficção e realidade, fato e interpretação e a imprecisão da dicotomia “objetivo” versus “subjetivo” que se quebra com o enunciado que (ainda) espeta a alma dos tempos atuais: “não há fatos, somente interpretações” (NIETZSCHE, 2013, p.427).

De tudo, são experiências que as narrativas trazem, produzem, e, nesse sentido, também há dor. E o chamado real e concreto da dor emerge de uma rede de interpretações⁶².

⁶² A dor dói mais hoje? Na *Genealogia da Moral* Nietzsche diz: “Hoje em dia, quando o sofrimento é sempre lembrado como o primeiro argumento contra a existência, como o seu maior ponto de interrogação, é bom recordar as épocas em que se julgava o contrário, porque não se prescindia do *fazer-sofrer*, e via-se nele um encanto de primeira ordem, um verdadeiro *chamariz à vida*. Talvez então direi para consolo dos fracotes - **a dor não doesse como hoje** (...) A curva da sensibilidade humana à dor parece de fato cair extraordinariamente, e quase de repente, assim que deixamos para trás os primeiros 10 mil ou 10 milhões de indivíduos da hipercultura; quanto a mim, não tenho dúvida de que, comparados com uma noite de dor de uma única mulher culta histérica, os sofrimentos de todos os animais até agora interrogados com o bisturi, para a obtenção de respostas científicas, simplesmente nada significam). Talvez possamos admitir a possibilidade de que o prazer na crueldade não esteja realmente extinto: apenas necessitaria, pelo fato de agora doer mais a dor, de alguma sublimação e sutileza, isto é, deveria aparecer transposto para o plano imaginativo e psíquico, e ornado de nomes tão inofensivos que não despertassem suspeita nem mesmo na mais delicada e hipócrita consciência (...)” (NIETZSCHE, 2009, p.52).

A dor é um afeto curioso pois expressa muito bem com o que lidamos aqui: se trata de algo sem cor e sem cheiro. Talvez ninguém vivo saiba muito bem de onde vem e o que esse afeto produz em seu corpo, dada certa sensação hegemônica de dor, seu gosto, **sua história** que é singular e advém do comum. Ao mesmo tempo, essas sensações nos parecem tão concretas como um bloco de cimento. A dor (e sua rima, o amor, frequentemente mais associados do que dissociados) é o afeto mais poderoso que se conhece para marcar um corpo e, na história da cultura⁶³, apesar de não ser inventado instrumentos para medi-la, sempre houve uma infinidade de instrumentos para produzi-la e para com ela produzir. Toda uma longa história de ortopedia moral, filas e filas de corpos docilizados e domesticados.

- Antes você foi tão amável comigo - disse K. – Explicou-me tudo, mas agora me despede como se eu não significasse nada pra você. (...)
 - Pertença pois ao tribunal – disse o sacerdote. – Por que deveria querer alguma coisa de você? O tribunal não quer nada de você. Ele o acolhe quando você vem e o deixa quando você vai.

F. Kafka

Da memória produzida, emergida dessa dor inventada da queda, transbordou um caso, um chamado “ato infracional”, “ato” supostamente atinado por um adolescente, menino com seus 14 anos, corpo franzino, de criança, com um sorriso marcadamente infantil. Esse menino era acusado nos autos de ter praticado a dita “conjunção carnal” com sua irmã por parte de pai, menina de oito, nove, talvez dez anos. Nos termos do *formato-autos*, L. negava esse ato, dizendo: “que era acusado injustamente por ela, que os dois se odiavam mutuamente e que por isso mesmo não suportaria nem ao menos tocá-la”. Expressava ainda, nos termos do que seria verossímil que eu escrevesse nos laudos: “que a acusação que pesava contra ele era uma maneira dissimulada e elaborada que a irmã encontrou para corromper seu vínculo com o pai, percebido por L. como tão próximo e especial”⁶⁴. Sim, havia um laço entre pai e filho e o pai era buscado pelo filho. O pai, por sua vez, nos poucos instantes em que nos encontramos, parecia lidar com o menino com uma violência desmedida. Parecia procurar, com essa

⁶³ Deleuze lembra que para Nietzsche: “cultura significa adestramento e seleção. Nietzsche chama o movimento da cultura de ‘eticidade dos costumes’; esta não é separável dos grilhões, das torturas, dos meios atrozés que servem para adestrar o homem” (DELEUZE, 2018, p.171)

⁶⁴ Tudo isso é uma escrita *formato-autos* naturalizada em mim. Aqui, mesmo o uso do termo “vínculo” é problemático, termo ambíguo e tão utilizado nas discussões de caso e nos laudos, já que mesmo numa rápida consulta ao dicionário verificamos que *vincular* mantém ambos os sentidos “ligar-se ou prender-se” e *vínculo* é “o que ata, liga ou aperta”.

familiar ortopedia, ensinar L. “ser homem”, mas não qualquer um, um tipo *médio e reto* de homem.

L. navegava pela culpa, dúvidas e incertezas. Seu caso produzia várias ambiguidades e uma pergunta que poderia ser entendida como central, pelo menos do ponto de vista da *justiça*: teria ele cometido essa violência contra a irmã ou não? Rimando com outros casos apresentados nas narrativas dessa pesquisa, mais perguntas tornavam-se afluentes e deixavam essas águas cada vez mais caudalosas: essa menina estaria e/ou continuaria em risco? Quais as medidas a serem tomadas? O “plano” seria uma dita medida socioeducativa? L. deveria ser colocado “à parte da sociedade” e internado na Fundação Casa para o “bem maior do interesse público”, para ser “ressocializado” enquanto ainda houvesse tempo, ou seja, antes de completar a maioridade? O tempo se esvaia, já que caso essa “terapia” falhasse e ele não “se consertasse”, logo completaria dezoito e poderia enfim ser aprisionado, numerado e tratado como “reeducando”, esses que necessitam de uma *formação permanente* – aliás, problema de todo e qualquer um nas *sociedades de controle* -, continuamente modulado. Existe todo um aparato judicial-policial para atender essa inesgotável “demanda social”, de preferência sem sujar as mãos *no processo*, como Foucault asseverou:

o essencial é procurar corrigir, reeducar, “curar”; uma técnica de aperfeiçoamento recalca, na pena, a estrita expiação do mal, e liberta os magistrados do vil ofício de castigadores. Existe na justiça moderna e entre aqueles que a distribuem uma vergonha de punir, que nem sempre exclui o zelo; ela aumenta constantemente: sobre esta chaga pululam os psicólogos e o pequeno funcionário da ortopedia moral (FOUCAULT, 2014, p.15).

Esse *vigiar e punir* estatal “recatado” e “púdico” era só indiretamente partilhado e coproduzido pelo pai, também moralizado. Uma das maneiras que ele lidava com o filho eram os castigos que ministrava, possivelmente acreditando que o corpo torturado do menino poderia ser adocicado e a cada nova fratura ou cicatriz estaria mais próximo da mansidão, da “correção” para esse modelo violento, médio. Mas o que produzia de fato esses impactos e afetos tristes provocados pelo pai? Seriam essas as únicas alternativas para esses mundos? L. deslizava entre as denominações justas de “vítima” e “infrator”: vítima da extrema violência de seu pai, vitimizador de sua irmã. Tudo complicado, dinamite, um atendimento delicado, com vários elementos e peças que me tomavam. Um mínimo gesto de acolhimento que acenei ao menino, a oportunidade de ouvi-lo, produziu nele (e em mim) outro laço, talvez uma nova perspectiva, novas formas de subjetivação: nem vítima, nem vitimizador. Um menino, singular, vivo. Nada disso foi simples, nada fácil. Imergi nessa violência naturalizada, onde um mínimo gesto pode provocar um efeito inesperado.

Houve do mesmo modo mergulhos naquela família. Nesse sentido, a violência poderia ser entendida como um código, como lidam com seus mundos, entre mundos e oferecer uma possibilidade, uma nova linguagem, produziu um aceno ao menino, que expressou querer sustentar aquele encontro, justamente aquele em que parecia que era ouvido. Quanto a isso, precisei recorrer ao roteiro social, às prescrições e traçar que essa não era a função do psicólogo (no) judiciário, realizar acompanhamentos psicoterápicos. O psicólogo judiciário é um perito, faz pousos e decola, produzindo seus relatórios, deixando as partes sozinhas após isso, ao modo da justiça expressa no *Processo* por Kafka: “O tribunal não quer nada de você. Ele o acolhe quando você vem e o deixa quando você vai” (KAFKA, 1997b, p.271).

Levado pelo pai, L. foi deixado ali para que se visse comigo, e eu estava ali para acolhê-lo. L. era “mais um caso”, que demandava uma atenção e uma decisão. O pai parecia querer algo de mim, queria que determinasse “a verdade”, que traçasse a culpa do filho, ao mesmo tempo em que não queria ou não podia ficar e não queria ou podia ouvir o que eu teria a dizer. Talvez não suportasse a confirmação do abuso da filha. Talvez não suportasse a “culpa” do filho. Talvez pesassem ainda outras questões. Antes de sair apressado, avisou que gostaria que fosse feita “justiça”, que queria “a verdade” e que a punição, como pai, seria aplicada por ele, sua própria lei, “para o bem ou para o mal”.

As acusações que pesavam contra aquele menino eram muito sérias e da parte da *nossa* lei ele poderia receber a medida mais grave, ser internado na Fundação Casa, passando até três anos naquela fechada instituição. Entretanto, as incertezas eram enormes, como comprovar seu ato, como tornar a suspeita ou a denúncia em fato consumado? Buscar “a prova” através dos exames físicos quase sempre retornam inconclusivos, indeterminados, prejudicados. Poucos foram os casos em que atuei em que havia um laudo médico completamente afirmativo – “foi confirmada a consumação da conjunção carnal”. Não, esses laudos retornam com suas classificações e seus jargões ambíguos, em redemoinhos de escrita, numa caligrafia beirando o ininteligível que não revelam nada ou quase nada – ou talvez “revelem” justamente isso, um embrolho. Algumas violências não deixam marcas “visíveis”, e as toscas figuras humanas desenhadas de frente e de costas nos rodapés desses laudos, indistintas e sem gênero, permanecem nuas e intactas, sem qualquer marcação. Essa “pureza” do laudo muitas vezes falha – e/ou seria essa sua forma preponderante - em expressar o sofrimento dos que tiveram de se submeter a esses “exames de corpo de delito”, deitando em

macas frias de consultórios médicos, como muito provavelmente a irmã de L. foi exposta, sem, no entanto, poder “extrair a certeza”.

Da mesma forma, o caso gerou um boletim de ocorrência de várias páginas, todo redigido em jargão policial, uma linguagem típica, que quando comecei nesse trabalho me fazia sorrir, mas que foi perdendo a graça na medida em que os casos se repetiam. Algo naqueles documentos – para mim com traços de humor e pose - sempre me marcaram, principalmente a repentina frase que abre a maioria desses escritos: “As de costume disse nada”. Perguntava-me o motivo desses documentos quase sempre iniciarem “pela metade”, parecendo incompletos⁶⁵. E, afinal, o que deveria ou poderia ser dito numa situação dessas, onde muitas vezes a testemunha ou a vítima tem de se limitar a responder ao que é perguntado? Algo assim teria se passado com a irmã de L. quando foi “colhido” seu depoimento? A menina teria vivido situações constrangedoras, atravessando a madrugada ao lado de homens, mulheres e crianças que também aguardavam a chegada de suas oitavas, de “prestarem queixa” e “oficializarem” suas querelas, “registrando” suas narrativas infames, enfim, respondendo “somente ao que é perguntado”?

Esses e outros documentos produzidos pelo poder compunham o processo que embalava a questão, esse conflito familiar, esse estranho triângulo ampliado, esse suposto par incestuoso. Documentos inscritos na modulação do poder, na forma de suas “perguntas indiferentes”: “O porteiro submete o homem a pequenos interrogatórios, pergunta-lhe a respeito de sua terra e de muitas outras coisas, mas são perguntas indiferentes, como as que costumam fazer os grandes senhores” (KAFKA, 1997b, p.262).

Como qualificar esse pai interessado em seus filhos, considerando distintas forças que coexistem, se cruzam e se justapõem em mim? Momento delicado de encontro com certa

⁶⁵ Trata-se de uma corruptela de “aos costumes disse nada”, expressão ela própria abreviada de “prestou o juramento legal e aos costumes disse nada”. Às testemunhas (e aos peritos), diferente das partes, não é assegurado o “direito de mentir”, prestando seus depoimentos sob juramento, cientes que poderão responder seu próprio processo caso mintam ou omitam seu relato, cometendo o crime de perjúrio, tipificado no art. 342 do código penal (BRASIL, 1940): “Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral”. Os “costumes” tratados na expressão são as perguntas “de costume”, realizadas nos preâmbulos do depoimento, questionando a respeito de suas qualificações, qual é o grau de interesse com o litígio e seu vínculo ou parentesco com as partes, já que tudo isso supostamente pode afetar o “grau de confiabilidade” de seu relato.

violência que aparentemente operava entre pai e filho, onde pai já não usava da fala com o filho, usava seus punhos e objetos de correção pela ação, castigos e suplícios que aplicava no menino. Em determinadas formações histórico-políticas usar a palmatória na escola ou indicar o uso de ritalina podem operar distintas ordens de violência e paz. A esse respeito, David Lapoujade diz que:

A violência não existe. A violência é sempre qualificada, nunca qualquer, sempre já tomada na percepção de um campo social que a codifica ou a qualifica, mas que sobretudo a distribui. Nesse sentido, as definições da violência são sempre já políticas e estratégicas (...) por exemplo: como se pode dizer de um ato violento que ele é legítimo, enquanto outro ato, às vezes da mesma natureza, será considerado ilegítimo? Seria preciso fazer perguntas de criança: como explicar que o fato de agredir alguém na rua e de lhe roubar todos os seus bens seja considerado uma violência ilegítima, um ato criminoso? Como explicar, inversamente, o fato de que despedir alguém, levá-lo talvez à ruína e à miséria, a ele e a seus familiares, não seja considerado violência ilegítima e nem sequer violência? (LAPOUJADE, 2015, p.79).

A violência, dessa perspectiva, torna-se um conceito ambíguo, qualificada por um corpo social. Mesmo tentar categorizá-la como “legítima” ou “ilegítima” é uma tarefa deslizante. O poder instituído, o Estado, controla e tem o monopólio dessa violência “legitimada” e a usa tanto para impor seu poder, como para controlar e modular. No campo punitivo, a violência entendida como punição, retaliação e retribuição possui uma longa história. A esse respeito, Nietzsche diz que:

o sentimento de justiça, segundo o qual “o criminoso merece castigo *porque* podia ter agido de outro modo”, é na verdade uma forma bastante tardia e mesmo refinada do julgamento e do raciocínio humanos (...) Durante o mais largo período da história humana, *não* se castigou porque se responsabilizava o delinquente por seu ato, ou seja, não pelo pressuposto de que apenas o culpado devia ser castigado – e sim como ainda hoje os pais castigam seus filhos, por raiva devida a um dano sofrido, raiva que se desafoga em quem o causou (NIETZSCHE, 2009, p.48, grifos do autor).

A agressão como descarga do afeto. Seria possível que o pai de L. batia talvez não só para desafogar-se na dor do próprio filho mas também como forma de “assegurar/exercer” seu poder, e, ao mesmo tempo, interessado em lhe “corrigir/melhorar”? Seria um pequeno tirano, gozoso e “melhorador” dentro das paredes do seu lar? Há, para Nietzsche, um ganho secundário para o homem que exerce seu “direito-poder” através de causar a dor: ele assume por aqueles momentos de gozo o mesmo lugar dos “senhores”, aqueles que historicamente dispõem da vida e da morte:

A cultura sempre empregou o seguinte meio: fez da dor um meio de troca, uma moeda, um equivalente; precisamente o exato equivalente de um esquecimento, de um dano causado, de uma promessa não cumprida. A cultura referida a esse meio se chama *justiça*; o próprio meio se chama *castigo*. Dano causado = dor sofrida: eis a equação do castigo que determina uma relação do homem com o homem. Essa relação entre os homens é determinada, segundo a equação, como *relação de um credor e de um devedor*: a justiça torna o homem *responsável por uma dívida*. A relação credor-devedor expressa a atividade da cultura em seu processo de adestramento ou de formação (DELEUZE, 2018, p.173, grifos do autor).

Mas há algo a mais em toda essa “economia da dor”, na lógica do “Ver-sofrer faz bem, fazer-sofrer mais bem ainda” (NIETZSCHE, 2009, p.51). A genealogia dos castigos e suplícios físicos não são inocentes em sua intrínseca ligação entre causar-obter a dor numa relação análoga ao do devedor-credor, a dor como moeda corrente do pagamento da dívida. Essas verdadeiras usinas e “casas da dor”⁶⁶, por outro lado, deram origem a um homem capaz de “prometer” o que, conseqüentemente, possibilitou uma vida em sociedade e a organização de um “Estado”, “evolução” somente possível através do ferro e do fogo, que fabricou e deu espessura a “consciência” e a “memória”, que de maneira alguma seriam naturais: “Grava-se algo a fogo, para que fique na memória: apenas o que não cessa de causar dor fica na memória” (NIETZSCHE, 2009, p.46). Nem ordem, nem progresso, nem amor, mas a dor é o que para Nietzsche foi o que estabeleceu as fronteiras do animal no homem. Tais formas cruéis acabaram caindo em desuso (ou melhor, não poderiam estar em cena) e foram sendo coibidas na medida em que se dava o “progresso” das organizações sociais. Nesse sentido, houve a necessidade de toda uma regulação nessas relações “comerciais” das dívidas entre os homens. Para Nietzsche, essa é a história da fabricação do que entendemos como a “forma-homem contemporânea”, esses tidos como os “mansos animais domésticos” (NIETZSCHE, 2009, p.51), justo aqueles que “herdarão a Terra”⁶⁷.

Ocorre que Nietzsche entende que na medida em que as comunidades se percebem cada vez mais consolidadas, suas punições e suplícios abrandam, não havendo mais

⁶⁶ O escritor H.G. Wells parece lidar com esse problema em seu romance *A ilha do Dr. Moreau* publicado originalmente em 1896. Na obra, um cientista se isola numa ilha e procura, através da dor, torturas e os mais diversos “procedimentos científicos”, “desentortar” as feras até que se tornassem “civilizados” como homens. Seus procedimentos eram principalmente realizados na “Casa da Dor”, consultório, centro cirúrgico, prisão, porão de tortura, tudo ao mesmo tempo.

⁶⁷ Esse versículo produz humor (e faz pensar) ao ser reatuado no filme *A Vida de Brian* (1979) do *Monty Python*. No célebre sermão da montanha, acompanhamos a cena a partir da perspectiva dos infames, distantes de Jesus a ponto de não o ouvir perfeitamente e confundirem mansos (*meeek*) com gregos (*greeks*), acreditando que seriam os gregos a herdar a Terra. Depois, quando uma da multidão percebe que Jesus disse na verdade “mansos”, contemporiza: “Oh, são os mansos! Bem-aventurados os mansos! Oh, isso é bom, não é? Estou feliz que eles estejam recebendo algo, porque eles passam por um inferno” e outro diálogo é estabelecido ao lado: “Bem, abençoado é quase todo mundo com um grande interesse no *status quo*, pelo que eu posso dizer” ao que é respondido “Sim. Bem, o que Jesus abertamente falha em avaliar é que os mansos *são* o problema”.

tanta “necessidade” de se impor o poder e “a lei” pela crueldade, o delito pessoal sendo menos ameaçador para sua coesão. Todo castigo físico, como os que o pai de L. ministrava contra o menino, tornam-se então eles próprios um “crime”, violência ilegítima e violação de um direito, um atentado contra a “integridade física” do filho:

(a comunidade) não mais atribui tanta importância aos desvios do indivíduo, porque eles não podem ser considerados tão subversivos e perigosos para a existência do todo (...) a vontade cada vez mais firme de considerar toda infração resgatável de algum modo, e assim isolar, ao menos em certa medida, o criminoso de seu ato – estes são os traços que marcaram cada vez mais nitidamente a evolução posterior do direito penal. Se crescem o poder e a consciência de si de uma comunidade, torna-se mais suave o direito penal; se há enfraquecimento dessa comunidade, e ela corre grave perigo, formas mais duras desse direito voltam a se manifestar (NIETZSCHE, 2009, p.56-57)

Dessa forma, em tempos de aparente brandura oferecida por um regime constitucional e um “Estado Democrático de Direito” (historicamente em crise), o pai de L. não dispõe do “pátrio poder” sobre o corpo do filho e não pode impor sobre ele “sua vontade”; uma violência física tida como o retorno a barbárie deve ser coagida, independente do que o menino possa ter feito, afinal, para isso, o tecido social tem outros meios para lidar, por exemplo, meios mais puros, medicalizados, assépticos e “indolores”.

Foucault, em seu *Vigiar e Punir*, traça uma perspectiva da genealogia da criação desses meios disciplinares, a transição entre uma longa história dos castigos físicos, tão em voga durante a maior parte da civilização, e a progressiva “suavização”, “humanização” e “especialização” do direito penal, ocorridas entre os séculos 18 e 19, na alvorada das sociedades disciplinares. Nessa dinâmica, passou a ser incompatível uma pena que soasse como “vingança”, como “olho por olho, dente por dente” ou que fosse ministrada “com fúria e prazer de um pai ofendido”. Muito pelo contrário, as penas deveriam exprimir o intuito da “redenção”, da “reeducação”, e seu objetivo final seria reintegrar aquele tido como criminoso a sociedade⁶⁸. A justiça, a partir de todos seus aparelhos, é um dos remédios em que se busca a “recuperação” desses infames que se desviam “da norma” e do que delimita a lei. Desse processo de refinamento, produz-se a necessidade das profissões (ciências humanas) que trariam procedimentos envoltos em toda uma capa científica (e não se trata de uma pseudociência, e, sim da ciência moderna propriamente com seus compromissos *sem fama*). Esses profissionais são o “corpo técnico” dessas organizações. Para Foucault (2014, p.16)

⁶⁸ Sem nunca esquecermos que “crime”, assim como “doença” ou “loucura”, também são noções deslizantes, escorregadias, em constantes mutações em relação ao tempo e espaço. Cada sociedade produz seus “crimes”, logo seus “criminosos”, e o que produz tal crime para uma sociedade específica diz muito mais sobre a própria sociedade do que sobre o dito sujeito criminoso, já que demarcam suas fronteiras.

essa demanda se deu, pois “as práticas punitivas tornaram-se pudicas, não tocar mais no corpo, ou o mínimo possível, e para atingir nele algo que não é o corpo propriamente”. Para essa especialização e sofisticação “reeducativa”, a figura do *experto*, do perito, firmou-se em sua imprescindibilidade:

Ao longo do processo penal, e da execução da pena, prolifera toda uma série de instâncias anexas. Pequenas justiças e juízes paralelos se multiplicaram em torno do julgamento principal: peritos psiquiátricos ou psicológicos, magistrados da aplicação das penas, educadores, funcionários da administração penitenciária fracionam o poder legal de punir; dir-se-á que nenhum deles partilha realmente do direito de julgar; que uns, depois das sentenças, só têm o direito de fazer executar uma pena fixada pelo tribunal, e principalmente que outros — os peritos — não intervêm antes da sentença para fazer um julgamento, mas para esclarecer a decisão dos juízes. (...) Todo o aparelho que se desenvolveu há anos, em tomo da aplicação das penas e de seu ajustamento aos indivíduos, desmultiplica as instâncias da decisão judiciária, prolongando-a muito além da sentença (FOUCAULT, 2014, p.25).

Partindo dessa premissa, podemos dizer que existe uma longa história que separa aquela singular entrevista no fórum, aquele “estudo” realizado por um psicólogo perito judicial e um menino acusado de um “ato infracional”. No caso do psicólogo, trata-se de uma história de poder-saber e de uma função, em partes, ligada a necessidade de se lidar com “desviantes”, a partir do momento em que foram tomados por *pacientes* reeducandos. Um tipo de educação “direcionada” para corrigir seus erros, readaptá-los sem se tocar em seus corpos, ao mesmo em que são suprimidos alguns de seus direitos⁶⁹:

o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justificáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais “elevado”. Por efeito dessa nova retenção, um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores; por sua simples presença ao lado do condenado, eles cantam à justiça o louvor de que ela precisa: eles lhe garantem que o corpo e a dor não são os objetos últimos de sua ação punitiva (FOUCAULT, 2014, p.16).

Toda essa cadeia punitiva-corretiva cercava, de alguma forma, L., que tangenciava a esse aparato, com a distinção de ser ainda um adolescente e portanto inserido

⁶⁹ O Art. 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988) traz os direitos e garantias fundamentais: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do **direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade**”. Por esse mesmo motivo o *habeas corpus*, que literalmente quer dizer “tome ou tenha o corpo”, é tido como um dos “remédios” constitucionais, assegurando o direito à liberdade, previsto na Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso LXVIII “conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder”.

num regramento próprio: não responderia ao Código Penal, “em respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (BRASIL, 1990), mas ao Estatuto da Criança e do Adolescente, e seu “remédio” poderia ser a “medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional”, que de maneira alguma poderia ser entendida como “prisão”, ao mesmo tempo em que se trata de uma “medida privativa de liberdade”. Se fosse esse o “tratamento” receitado a L., o menino sairia da Fundação aos dezessete, talvez beirando os dezoito, levando em conta os prazos para seu julgamento. Permaneceria todo esse tempo internado isolado da família, que provavelmente não o visitaria, quando muito mandaria vez ou outra algumas encomendas (“jumbos”), bolachas, doces e raríssimas cartas. L. teria acesso a escola intramuros, poderia estudar. Teria de dividir seu dormitório com outros jovens e passar por situações que a nós só é possível imaginar. Talvez tivesse que lidar dentro daqueles muros com o que expôs (ou não) a irmã. Talvez tivesse que se aliar com outros jovens para poder sobreviver e sair daquele local, como num clichê de mau gosto, “muito pior do que entrou”⁷⁰. L. passaria então de sujeito à lei do pai para sujeito a uma lei híbrida, meio Estado-Instituição e Adolescentes Internos enquanto grupo. E qual seria o proveito disso, qual “ressocialização” possível?

O corpo de L. inevitavelmente passaria por novas marcas, agora não as causadas diretamente por seu pai. Esse era um dos destinos escritos que L. poderia sentir em sua carne, como desenhado por Kafka (1998, p.36) *Na colônia penal*: “o mandamento que o condenado infringiu é escrito no seu corpo com o rastelo”, sentença não anunciada mas experimentada: “o nosso homem a decifra com os seus ferimentos” (KAFKA, 1998, p.44). Ser culpado e, portanto, merecedor de punição, é a única certeza. O tribunal de um homem só da *colônia penal* sentencia e pune com esse princípio adequadamente justo: “a culpa é sempre indubitável. Outros tribunais podem não seguir esse princípio, pois são compostos por muitas cabeças e além disso se subordinam a tribunais mais altos. Aqui não acontece isso” (KAFKA, 1998, p.38).

Na contramão de que supostamente o sofrimento físico e/ou a restrição de direitos seria o remédio mais amargo e o único capaz de deixar marcas em seu corpo, L. parecia sofrer

⁷⁰ Quando trabalhei como psicólogo no sistema prisional, no início da minha carreira, os “reeducandos” faziam uma interessante distinção entre a Fundação Casa e as unidades prisionais: se referiam a primeira como “escola” e a segunda como “faculdade”. Numa curiosa analogia ao sistema educacional, esses eram os degraus a serem escalados para aprimorar seu *currículo lattes*.

muito mais com o percebido por ele como indiferença do pai, sua progressiva “perda de amor”. Nesse sentido, esse pai exercia verdadeira voz de prisão e era através do amor que conseguia realmente fazer sofrer o filho, talvez levando a uma interiorização da culpa. Mas culpa de quê? De ter cometido algo contra a irmã, de ter desejado, de ter desobedecido a lei paterna? A tragédia de L. é que, apesar do “zelo” do pai, parecia que acabaria internado uma hora ou outra, que caminhava para aquilo, ao mesmo tempo em que ia de encontro e ao encontro da lei do pai, esse pai terrível, convicto em ministrar seu castigo, como um dos vários pais tirânicos que Kafka tratou em sua obra, em especial em seu *Veredicto* e *Metamorfose*. Soberanos em seu lar, esses são pais que ministram sua justiça cruel contra os seus frutos. No *Veredicto*, o pai é em si um tribunal de justiça privado, conduz contra o filho todo um dissimulado procedimento judicial de inquérito, faz sua oitiva e ao final dá sua sentença, condenando-o: “-Agora portanto você sabe o que existia além de você, até aqui sabia apenas de si mesmo! Na verdade você era uma criança inocente, mas mais verdadeiramente ainda você era uma pessoa diabólica! Por isso saiba agora: eu o condeno à morte por afogamento!” (KAFKA, 1998, p.24). Na *Metamorfose*, obra onde há toda uma relação ambígua entre Gregor e a irmã, edípica para Deleuze e Guatarri (2017), o pai lança uma maçã contra o filho então destituído da função de arrimo da família ao se ver metamorfoseado em inseto monstruoso, fruto que incrustado em sua couraça vai causar a sua morte⁷¹. A família aqui funciona como um microcosmo. Voltados para si mesmos, excluem o filho tido como “problemático”. Porém, entre culpas e punições há muito mais.

⁷¹ Há na narrativa uma cena que, cômica e erótica, parece exprimir esse ambíguo triângulo familiar: quando a maçã “literalmente penetrou nas costas dele” (KAFKA, 1997a, p.58) a mãe surgiu no quarto somente de combinação: “pois a irmã a tinha aliviado das roupas para permitir que ela respirasse com liberdade enquanto estava desacorda; viu-a correr ao encontro do pai e no caminho caírem ao chão, uma a uma, as saias desapertadas; e viu quando ela, tropeçando nas saias, chegou até o lugar onde o pai estava e, abraçando-o, em completa união com ele – mas nesse momento a vista de Gregor já falhava -, pediu, com as mãos na nuca do pai, que ele poupasse a vida de Gregor” (KAFKA, 1997a, p.58). Também se estabelece uma relação ambígua entre Gregor e seu pai, aquele homem tão desvitalizado mas que recuperou suas forças (ao modo do pai do *Veredicto*) no momento em que Gregor decaiu, que deixou de ser o provedor da família, que virou uma coisa, bicho incapaz de lidar com seu devir animal, estacionado “entre”: nem homem, nem inseto. Gregor é marcado pelo pai, é o sinal de que ele deve sofrer com a culpa: “O grave ferimento de Gregor, que o fez sofrer mais de um mês – a maçã ficou alojada na carne como uma recordação visível” (KAFKA, 1997a, p.59). Walter Benjamin faz uma interessante análise quanto a isso: “O pai é a figura que pune. A culpa o atrai, como atrai os funcionários da justiça. Há muitos indícios que o mundo dos funcionários e o mundo dos pais são idênticos para Kafka. Essa semelhança não os honra. Ela é feita de estupidez, degradação e imundície (...) nas estranhas famílias de Kafka, o pai sobrevive às custas do filho, sugando-o como um imenso parasita. Não consome apenas suas forças, consome também seu direito de existir. O pai é quem pune, mas também quem acusa. O pecado do qual ele acusa o filho parece ser uma espécie de pecado original. A definição kaskiana do pecado original é particularmente aplicável ao filho: ‘o pecado original, o velho delito cometido pelo homem, consiste na sua queixa incessante de que ele é vítima de uma injustiça, de que foi contra ele que o pecado original foi cometido’. Mas quem é acusado desse pecado original, hereditário – o pecado de haver engendrado um herdeiro – senão o pai, pelo filho. Assim, o pecador seria o filho. Porém não se pode concluir da frase de Kafka que a acusação é pecaminosa, porque falsa. Em nenhum lugar Kafka diz que essa acusação é injusta. Trata-se de um processo

L. não se transformava em inseto monstruoso nem recebeu arremessos de frutas por parte do pai, mas compareceu a minha entrevista marcado por ele e me mostrou suas cicatrizes recentes e outras muito mais antigas. Lidava com outras marcas também, essas invisíveis a olho nu, e certas, de que “nas torturas toda carne se trai”⁷². Essas marcas eram como cartas ao pai.

Uma gaiola saiu à procura de um pássaro

F. Kafka

Estados de exceção. Podemos, num eco, dizer que era o pai de L. quem exercia a “justiça” dentro de sua família, nessa microfísica do poder? Parecia que dentro das paredes de seu lar, formava-se um microestado tirânico, onde esse mesmo pai exercia os três poderes, legislava, julgava e executava e sua era a lei, a lei para a qual L. estava em perpétua dívida. Apesar dessa família estar inserida num “Estado democrático de direito” havia um registro próprio da lei, e ruídos eram criados entre essa lei maior, social, e a desse microuniverso. Afinal, para a lei, o que era cometido contra L. era uma violência, atentava contra seus direitos, e o menino vivia em liberdade assistida pelo pai.

Nessa ambiência, nesse enquadre, escutava L. num contexto judiciário, área bastante delicada, onde certa urgência grita: ocorreu ou não essa violência? Nesse caso em específico, era um problema de duas vias, já que havia ainda essa menina, a irmã de L., e o laudo psicológico deveria apontar se estava “em risco” e as medidas a serem tomadas com ela. Nessa perspectiva, trata-se do problema sempre premente da imparcialidade, ou seja, enquanto perito, deveria assumir a função de “fiel da balança”. Problema central, o equilíbrio é incontornável: pesar o caso com cuidado, pensar, chegar a uma conclusão (a uma “justiça”?). Como “pequeno tribunal que pode se instalar em todo e todos e em qualquer

sempre pendente, e nenhuma causa é mais suspeita que aquela para a qual o pai pretende obter a solidariedade desses funcionários e empregados da justiça (...) Entre a administração e a família, Kafka vê contatos múltiplos” (BENJAMIN, 1985, p.139-140).

⁷² Verso da canção “Vila do Sossego”, de Zé Ramalho, de 1977.

lugar”, essa conclusão seria expressa por meio de um laudo, que escrito com “peso”, poderia ser tomado como um pequeno veredicto, mais uma das peças de acusação contra L. Complicada função numa ambiência em que vivemos, lisa, deslizante, simultaneamente vítima de grandes convicções e instituições em crise, crise que é acometida a tudo que possui um *interior*, como descrito por Deleuze em seu *Post Scriptum sobre as sociedades de controle*:

Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família. A família é um "interior", em crise como qualquer outro interior, escolar, profissional, etc. Os ministros competentes não param de anunciar reformas supostamente necessárias. Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, o exército, a prisão; mas todos sabem que essas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam (DELEUZE, 1992, p.220)

Como realizar meu “estudo” do caso ao mesmo tempo em que tudo e todos sofrem e vivem “em crise generalizada”? Já que essa também é uma *crise da medida*, a justiça pode se mostrar deslizante e *desequilibrada* ao ser operada numa sociedade de controle, assumindo formas inesperadas, como traçado por Kafka no *Processo*, onde a deusa da Justiça é retratada numa inaudita trindade - justiça, vitória e caça - e ainda por cima em movimento, o que faz com que a balança muitas vezes oscile de modo inesperado:

É a Justiça – disse finalmente o pintor.
 Agora já a reconheço – disse K. – Aqui está a venda nos olhos e aqui a balança. Mas com asas nos calcanhares e em plena corrida?
 - Sim – disse o pintor -, tive de pintar assim por encomenda; na verdade é a Justiça e a deusa da Vitória ao mesmo tempo.
 - Não é uma boa vinculação – disse K. sorrindo. – A Justiça precisa estar em repouso, senão a balança oscila e não é possível um veredicto justo.
 - Eu me submeto ao meu cliente – disse o pintor.
 - Não há dúvida – disse K.
 (...) Mas em torno da figura da Justiça ficou claro, com exceção de uma tonalidade imperceptível: a figura parecia avançar de uma maneira especial nessa claridade, quase não lembrava mais a deusa da Justiça, nem tampouco a da Vitória, agora se assemelhava por completo à deusa da Caça” (KAFKA, 1997b, p.177-178).

Eu, enquanto perito, não pareço estar imune a tais deslizamentos, podendo infletir em mim uma vitória ou uma caça, mesmo não manifestas. Há velhas e novas forças permanentemente entre conhecer e produzir uma verdade “imparcial” e isso tem um peso. Bem antes desse momento Nietzsche (2009, p.58) sublinhou que: “mesmo para as mais íntegras pessoas basta uma pequena dose de agressão, malícia, insinuação, para lhes fazer o sangue subir aos olhos e a imparcialidade sair dos olhos”. O que significaria então ser

imparcial ao atender um caso como o de L.? Quais afetos foram despertados em mim com aquela família? Sentiria pena pelas condições de desamparo do adolescente, constatação dele também ser uma vítima de um pai violento, uma possível mãe omissa, sofrimentos sobre sofrimentos? Na escola e em seu convívio social, L. parecia *reproduzir* essas mesmas condições violentas, expressando também uma violência com seus professores, com seus colegas, com sua irmã (?). Paradoxalmente (ou não), demonstrava necessidade de vinculação, de afeto, queria ser ouvido e se manifestava nesse sentido, queixando-se que gostaria de ter alguém com quem conversar, alguém que não fosse indiferente a ele ou que buscasse impor uma relação de poder através da força física, vendo em mim essa possibilidade. Havia ali, entretanto, também uma relação de forças, de saber-poder, um tipo de embate um pouco diferente (mas nem tanto assim) do que L. estava acostumado. Eu teria que traçar com palavras “imparciais” nos autos uma linha, uma linha entre a culpa e a inocência, mas no miúdo da prática outras coisas estariam em jogo: o laudo pende para indicar uma direção a ser seguida e nesse processo de L. duas coisas estavam em jogo: o risco da vítima e a culpa do adolescente. O juiz tomaria duas decisões sobre as vidas desses dois irmãos: para uma, provavelmente uma medida protetiva, para o outro uma medida socioeducativa. Para tanto, necessitava pautar-se em “provas”. A esse respeito, como disse acima, as perícias e exames físicos na grande maioria das vezes retornam inconclusivos, assim como os inquéritos policiais, então é sobre o trabalho de seus psicólogos (e assistentes sociais) que os juízes e demais operadores do direito irão em busca de certezas, equilibrar-se justamente nos laudos. Meu laudo não conseguiria se desvincular dessa dupla “demanda”, ou seja, L. e sua irmã.

Posso dizer que os encontros com essas crianças é o mais delicado de meu trabalho. As maneiras que chegam ao fórum para serem atendidas são inúmeras, singulares, e poderia nesse trabalho escrever muitas narrativas a esse respeito, uma diferente da outra, já que se trata de singularidades, não de “as crianças” com o pronome definido precedendo. Ao mesmo tempo, o que faz esse trabalho tão rico são que as marcas produzidas também são inúmeras. Com crianças supostamente vítimas de violência sexual nunca abordo (diretamente) o tema, a não ser que queiram falar (o que muitas vezes demonstram a necessidade de fazer, fazendo suas perguntas muitas vezes impossíveis de serem respondidas). Tenho como proceder, ao receber crianças na sala de atendimento, oferecer um tipo de associação livre e atenção flutuante, metodologias psicanalíticas que auxiliam nesses encontros. O estudo psicológico no judiciário não pode ser comparado a uma “oitiva” ou a um inquérito onde se restringe a responder ao que é perguntado, são coisas completamente distintas. Ouvir é o que ofereço. É uma questão ético-política, um posicionamento e algumas crianças estranham isso.

Escuto que algumas, com a data agendada para sua primeira entrevista, passam por certo treinamento com seus familiares sobre o que dizer e o que não dizer, como se portar, o que comentar, quando chorar, quando calar. Em alguns casos, são até mesmo aparentemente orientados por advogados⁷³ e se veem desmontadas quando chegam a esse prédio sisudo e são recebidos por um psicólogo que as convida para desenhar ou para brincar e que nada pergunta a elas sobre “o fato”. Nem frieza, nem distância, um exercício com a imparcialidade em meio à crise da medida. Como é isso? Como resolver? Como não perguntar, mas ouvir? Não falar, mas ouvir? Não fazer menção ao “caso”, mas ouvir? E ouvir não é fácil. Pesam ideias, convicções, crenças, moral. Como qualquer um, não consigo me alijar delas e talvez não seja a tudo que eu esteja pronto ou deseje ouvir. Isso faz parte de mim e de qualquer um que trabalhe nessa área, quer seja psicólogo ou não.

De todo modo, o primeiro passo nos encontros com *um caso* são os processos. O processo de ler um processo é bastante interessante e essencial a esse trabalho. A imensa maioria (senão todos) os casos que atuei no fórum chegaram a mim através dos autos de um processo. O processo não é algo amorfo, ele traz uma direção, produz uma intenção. Um processo é a materialização de um problema jurídico, um problema a ser solucionado em busca da “justiça”, noção, como dito em outros momentos dessa pesquisa, nunca evidente, óbvia, unívoca. O processo de L. trazia um caso de chamada violência sexual, um suposto abuso intrafamiliar, um irmão adolescente que teria cometido a dita “conjunção carnal” com a irmã criança, comunicado à delegacia pela mãe da menina e madrasta de L., que registrou um boletim de ocorrência contra o enteado. Esse era o problema levado ao poder para ser decidido, para “aplicar a lei”. Os autos traziam relatos e narrativas colhidos em diferentes momentos e lugares, em delegacias de polícia, em IMLs, em conselhos tutelares. Laudos se juntavam, relatórios sobre relatórios e a dúvida insistia: aconteceu ou não? Ao ler esses documentos, não sou imune a formular minhas hipóteses, em produzir “certa verdade”. Essa “verdade prévia” já convive comigo antes da primeira entrevista, antes do primeiro encontro. É inevitável e não reconhecer esse fenômeno seria potencializá-lo, significaria favorecer as recognições, ou seja, ao final “inocentemente” encontrar justamente o que procurava desde o início.

Com o início das entrevistas, com esses encontros de corpos que vão se dando, outros fatores vão se somando, outros efeitos vão se produzindo. Primeiro o pai, depois L., as

⁷³ Nesse sentido, recordo de um caso de disputa de guarda atendido por um colega em que em certo momento da entrevista psicológica o menino de cerca de dez anos interrompeu sua fala e irrompeu em choro. Meu colega perguntou “por que você está chorando?” e o menino respondeu “porque eu esqueci”, “esqueceu o quê?”, “esqueci o que eu tinha que falar!”.

observações que fiz e os afetos que foram produzidos em mim pelos encontros foram desdobrando outras perspectivas do caso, vislumbrando outras tessituras dessa família. A agressividade do pai, a carência do filho, o laço que os unia e os prendia, em contraste justamente embaixo daquela majestosa porta da entrada na lei, naquele corredor, todas aquelas observações extra autos e extramuros, fora do “enquadre” e da situação “controlada” da sala de atendimento, sinais repletos de signos, com a curiosidade que me moveu em olhar pela janela para saber como o menino sairia do prédio. Afinal, teria importância para a perícia se L. saísse pensativo, cabisbaixo, alegre, indiferente? Estranha curiosidade que me moveu e que é uma das forças em jogo, vontade de conhecer, vontade de saber, indicando diversas direções. Todo caso traz mistérios, signos a serem decifrados em casos singulares e comuns.

Um “caso”, atravessado e *processado* por procedimentos técnicos, leituras, teorias, entrevistas, observações, testes, reuniões, visitas, discussões. Todos são *pesados*. Ao final convergem no decisivo momento da escrita, que vai refinar as percepções, lapidar arestas, trazer um direcionamento, o que também é cercado de perigos e armadilhas. Posso fugir da raia, me esconder, ficar “em cima do muro”, procurar linhas de fuga. Acontece algumas vezes. O laudo é o caso decantado, envelhecido e “acabado” - e o jogo da escrita tem suas próprias prescrições e proscricções - a *Gestalt quase* fechada, mas é só uma totalidade das possíveis. Um dos pontos finais. E, ao final, somente uma das verdades passará por uma daquelas portas.

No meio de todos esses problemas encontravam-se L. e eu. Um queria “a verdade”, o outro ser ouvido e recuperar o amor do pai. Era verossímil que L. tivesse cometido algo contra a irmã? Era. Era verossímil que não? Também. Era verossímil que essa menina que “as de costume disse nada” tenha sofrido algum tipo de violência sexual? Talvez. Nesse trabalho, convivo com verdades, tensões e ambiguidades, perguntas e respostas sem fim...

O laudo do caso de L. foi extenso, dezenas de páginas relatando sobre todos aqueles procedimentos, com uma análise também extensa e uma conclusão simples e direta. Engraçado que esse documento, por mais extenso que possa ser, só pode ser uma finíssima lâmina, um véu. É impossível descrever e transcrever a complexidade dessas vidas, não haveria folhas suficientes para isso, e àqueles escritos só é possível serem simplificações, planificações. Por melhores que sejam, são sempre mapas imprecisos, que indicam direções, mas que não são o território em si, falhando em trazer sua topografia ou exprimir dessas vidas

sua “terrível simetria”⁷⁴. São mapas que ao mesmo tempo produzem sentidos e criam mundos. O laudo é um recorte do caso, cortado com uma navalha de Occam, e é essa sua função e para isso eles são demandados: “É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar” (FOUCAULT, 1979, p.28). E para realizar esse corte e fechar essa porta, foi imprescindível ouvir a irmã de L. Entretanto, sua narrativa e a pergunta impossível de ser respondida que ela me fez não constam nessa pesquisa. E, se constassem, dariam um nó em grande parte dessas análises, resultando em novos emaranhados.

Todos os sofrimentos ao nosso redor nós também temos de sofrer. Temos todos não um corpo, mas um estilo de crescer, o que nos faz atravessar todas as dores, seja nesta ou naquela forma. Assim como a criança evolui por todos os estágios da vida até a velhice e a morte (e cada estágio no fundo parece inalcançável ao anterior, na exigência ou no medo), do mesmo modo evoluímos (ligados não menos profundamente à humanidade do que a nós mesmos) por meio de todas as dores deste mundo. Nesse contexto, não existe lugar para a justiça, nem também para o medo da dor ou para a interpretação do sofrimento como um mérito.

F. Kafka

VI.1 – Verdade, violência e vidas diante da lei e justamente imagens narrativas

Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta. Chegaram a um lugar luminoso onde a verdade esplendia seus fogos. Era dividida em duas metades, diferentes uma da outra. Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.

C. Andrade

Domicílio incerto...

Errava por um imenso descampado, de onde se avistavam casas esparsas, escondidas pela mata. Súbito, percebi que não sabia o que fazia ali, parado em frente à casa de um caso, ao mesmo tempo em que me dei conta que não estava apropriadamente calçado para aquele terreno, meus sapatos de couro brilhante todos cobertos por aquela terra fina, seca. No momento em que procurava me convencer de que não devia estar ali, permaneci desperto.

⁷⁴ “Tigre, tigre, brilho ardente / na floresta da noite / Que mão ou olho imortal / se atreve a capturar tua terrível simetria?” Tradução livre de versos de *The Tyger*, de William Blake.

Via que as luzes vermelhas e azuis dos carros de polícia iluminavam o fim da tarde de uma maneira escorregadia, irreal. Me sentia sonhando acordado, naquele limiar entre rural e urbano, em ruas de terra batida. A casa era de madeira, recuada no fundo do terreno. Não tinha nem muro nem grade, somente um alto matagal que a encobria em partes. Ao meu lado o oficial de justiça dizia que ia retirar uma bebê de uma mãe e abrigá-la. Ouvi ele falando que a mãe se escondia sozinha com a filha naquela casa meio abandonada e que alguém a denunciou.

“E quem de bom grado entregaria a própria filha?”, foi o que pensei justo no momento em que a portinha da frente se entreabriu, revelando num relance a mãe com a bebê no colo, que gritou pela fresta: “só entrego minha filha morta”. Chegaram mais carros de polícia e a casa foi cercada por várias viaturas com suas sirenes ligadas num tom que fazia meus ouvidos doerem. Os policiais tomaram a frente da casa e do caso e tentavam convencer a mãe a entregar “por bem” a filha. Foi se formando uma aglomeração na frente do terreno e eu permaneci num canto, observando aquela cena, calado.

Quando começou escurecer a polícia forçou a porta e a derrubou, e eu entrei por último, logo após o oficial de justiça. Não tinha nada ali dentro, só um colchão sujo, arroz azedo e os restos de um relógio muito velho quase caindo da parede. A bebê chorava no colo da mãe. Um policial disse que ao invés de fazer a “apreensão por força” da menina, que levariam as duas ao fórum para ela tentar convencer o juiz.

No fórum, esperamos de pé em frente a sala de audiências, onde sobre a porta havia uma placa afixada: “segredo de justiça - silêncio”. Logo abaixo da placa dava para ver no reboco a marca apagada de uma cruz. Quando fomos chamados, o juiz mandou a mãe se sentar e perguntou seu nome. A mãe respondeu que se chamava L. O juiz tentou convencer L. a entregar a filha, dizendo que era o melhor para a menina, que poderia rever sua decisão, que ela precisava de um advogado que provasse que estava se cuidando e que poderia cuidar da filha. L. parecia que não ouvia ou não entendia e dizia baixinho para si mesma “ninguém vai levar minha filha; ninguém vai levar minha filha”, se curvando e envolvendo totalmente a bebê, prendendo-se a criança como se as vidas das duas dependessem disso. A bebê chorava com todas suas forças. Quando se deu por vencido, o juiz disse “chega” e se levantou. No mesmo instante um policial imobilizou L. por trás, enforcando-a, enquanto outro puxava seus dois braços para baixo. A bebê caiu justo nos braços do juiz, que se virou e a entregou ao oficial de justiça, arrematando “pronto, a ordem está cumprida!”. O oficial saiu da sala como um raio sem olhar para trás. L. ficou jogada, num canto, como nada.

E quanto a mim, era como se não estivesse lá. Eu não estava lá.

Quando deixei o fórum já estava escuro. As luzes vermelhas e azuis dos carros de polícia agora iluminavam todo o prédio, o que era bonito e assustador ao mesmo tempo, pois já não conseguia distinguir a porta do tribunal. Havia pouca luz.

Por toda parte está tão escuro.

F. Kafka

Eu não estava lá, mas estava e, de certa forma, ainda estou. Uma porta em domicílio incerto foi derrubada, permitindo um último vislumbre. Foram nesses vislumbres que acompanhamos essas vidas que marcaram e foram marcadas pelos encontros com o poder, com as suas “justiças”, vidas e encontros que também me marcaram. Lido com impactos e problemas nunca esquecidos, que teimam em emergir pelas frestas, pelas aberturas, retornos da vida.

Uma última porta, em domicílio incerto, antes de partir.

Kafka em uma curta narrativa *A preocupação do pai de família*, trata de um objeto insólito, conhecido simplesmente como “Odradek”, o descrevendo da seguinte maneira:

À primeira vista ele tem o aspecto de um carretel de linha achatado e em forma de estrela, e com efeito parece também revestido de fios; de qualquer modo devem ser só pedaços de linha rebentados, velhos, atados uns aos outros, além de emaranhados e de tipo e cor os mais diversos (...) o todo na verdade se apresenta sem sentido, mas completo à sua maneira. Aliás não é possível dizer nada mais preciso a esse respeito, já que Odradek é extraordinariamente móvel e não se deixa capturar (KAFKA, 1999, p.43-44).

O deslizante Odradek “se detém alternadamente no sótão, na escadaria, nos corredores, no vestíbulo. Às vezes fica meses sem ser visto; com certeza mudou-se então para outras casas; depois porém volta infalivelmente à nossa casa” (KAFKA, 1999, p.44). Quando lhe perguntam onde mora, Odradek responde rindo todas as vezes: “domicílio incerto”.

Walter Benjamin diz que, na obra de Kafka, Odradek frequenta:

os mesmos lugares do investigador de justiça, à procura da culpa. O sótão é o lugar dos objetos descartados e esquecidos. A obrigação de comparecer ao tribunal evoca talvez o mesmo sentimento que a obrigação de remexer arcaas antigas, deixadas no sótão durante anos. Se dependesse de nós, adiaríamos a tarefa até o fim dos nossos dias, do mesmo modo que K. acha que seu documento de defesa “poderá um dia ocupar sua inteligência senil, depois da aposentadoria”. Odradek é o aspecto assumido pelas coisas em estado de esquecimento. Elas são deformadas. Deformada é a preocupação “do pai de família”, que ninguém sabe em que consiste (BENJAMIN, 1985, p.158).

O “pai de família” diz se preocupar com uma coisa, se Odradek continuará rolando as escadas: “diante dos pés dos meus filhos e dos filhos dos meus filhos, arrastando atrás de si os fios do carretel? Evidentemente ele não prejudica ninguém, mas a ideia de que ainda por cima ele deva me sobreviver é quase dolorosa” (KAFKA, 1999, p.45).

O encontro com o poder significaria necessariamente remexer em velhos baús, que seriam melhores para sempre esquecidos, numa tarefa postergada indefinitivamente? O que é tão doloroso que ficaria guardado nesses sótãos e vez ou outra transbordariam sorridentes pela escada?

Odradek, deformado em estado de esquecimento, retorna uma hora ou outra, atado a suas casas, suas famílias, sobrevivendo as gerações com seus fios emaranhados e multicoloridos e laços rompidos ou gastos, e, ainda por cima, sobreviverá aos nossos nós e continuará rindo de nós: “A culpa é sempre indubitável” (KAFKA, 1998, p.38).

Dinamitaram a porta. Explodiram a porta. Chegaram a um lugar crepuscular onde a verdade agonizava em sombras. Era despedaçada em infinitas partículas, incompatíveis uma da outra. Eclodiu uma guerra para determinar qual fragmento era mais horrível de se olhar.

L. Ferreira

Há laços e emaranhados entre a verdade e a violência? Poderíamos substituir as duas palavras sem trair suas ideias? Retomando Lapoujade, para quem: “A violência não existe” (LAPOUJADE, 2015, p.79) teríamos: “A verdade não existe, a verdade é sempre qualificada, nunca qualquer, sempre já tomada na percepção de um campo social que a codifica ou a qualifica, mas que sobretudo a distribui. Nesse sentido, as definições da verdade são sempre já políticas e estratégicas”. O sentido estaria mantido?

A verdade parece sempre ser produzida num embate de forças, numa disputa muitas vezes “violenta”. Não é coisa simples de ser encontrada (definida). Emana de um poder, de um saber que a escolhe e então passa a ser percebida e aceita como “verdade”. Resultante desse embate que interessa ao poder, surge como “verdade única”, hegemônica. Poder e verdade sempre estão juntos:

Por "verdade", entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A "verdade" está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. "Regime" da verdade (FOUCAULT, 1979, p.14).

A verdade em si é poder, e o poder é verdade. “E essa é a verdade”, sendo inútil sonhar com uma “separação de corpos” nesse casamento incestuoso (e violento) da verdade com o poder:

Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder – o que seria quimérico na medida em que a própria verdade é poder – mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento. Em suma, a questão política não é o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia; é a própria verdade (FOUCAULT, 1979, p.14).

Disputas como essas se repetem num contexto judicial, em batalhas pela “verdade”, através da “interpretação” da lei e das provas. Nesse aspecto, Ricoeur aponta as sensíveis implicações entre interpretação e verdade, frisando, no entanto, que sempre há interpretações mais plausíveis, verossímeis:

Sustentar que uma interpretação é mais provável do que outra é algo diferente de mostrar que uma conclusão é verdadeira. Nesse sentido, validação não é igual a verificação. A validação é uma disciplina argumentativa comparável aos procedimentos jurídicos de interpretação legal. É uma lógica de incerteza e probabilidade qualitativa (...) Uma interpretação deve ser não apenas provável, mas também mais provável do que outra. Existem critérios de superioridade relativa que podem ser inferidos facilmente da lógica da probabilidade subjetiva. Em conclusão, embora seja verdade que sempre há mais de uma maneira de interpretar um texto, não é verdade que todas as interpretações são equivalentes (...) O texto é um campo limitado de possíveis interpretações (RICOEUR, 1986, p.186-187, tradução nossa).

Para Ricoeur, mesmo com essa gama “limitada” de interpretações e verdades possíveis, a possibilidade de extrair uma “verdade única” seria “violenta”, pois se trataria de uma narrativa que se imporá sobre todas as narrativas:

Diante do tribunal, a pluralidade comum aos textos e as ações são exibidas na forma de um conflito de interpretações, e a interpretação final aparece como um veredicto do qual é possível apelar. Assim como as sentenças judiciais, todas as interpretações no campo da crítica literária e as ciências sociais podem ser questionadas, e a questão "o que é que pode recusar uma demanda?" é comum a todas as situações em que é discutido. Mas no tribunal chega um momento em que os procedimentos de apelação se esgotam. Isso ocorre porque a decisão do juiz se impõe pela força do poder público. Nem na crítica literária nem nas ciências sociais, existe uma última palavra semelhante. Ou, se houver, damos o nome da violência (RICOEUR, 1986, p.189, tradução nossa).

Portanto, é ilusório entender “a verdade” no singular, ela é sempre plural: são verdades, percepções, sentidos. Na caverna platônica há redes subterrâneas produzindo o tecido do chamado real e uma, por motivos ligados a um poder instituinte, é tomada “pelo caminho, pela verdade e pela vida” logo, é a única “verdade”, justo a que interessa ao poder. Para Foucault, trata-se, “na verdade”, de um problema de *enunciado*, que indica e penera o que interessa ao poder e sua ciência:

(...) a verdade não existe fora do poder ou sem poder (...) A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (...) Há um combate "pela verdade" ou, ao menos, "em torno da verdade" – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer "o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar", mas o "conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder" (...) É preciso pensar os problemas políticos dos intelectuais não em termos de "ciência/ideologia", mas em termos de "verdade/poder" (FOUCAULT, 1979, p.12-13).

Tomando verdade e poder no mesmo campo de ressonâncias, numa escala da expressão do poder e de sua “justiça”, outra nota vem compor essa mesma escala. Walter Benjamin escreve um belo texto usando da ambiguidade da palavra alemã *gewalt*, que tanto significa “poder” quanto “violência”. Para Benjamin:

É que a função do poder como violência na instituição do Direito é dupla, na medida em que essa instituição se propõe ser *aquilo* que se institui como Direito, como seu fim, usando a violência como meio; mas, por outro lado, no momento da aplicação dos fins em vista como Direito, a violência não abdica, mas transforma-se, num sentido rigoroso e imediato, em poder instituinte do Direito, na medida em que estabelece como Direito, em nome do poder político, não um fim livre e independente de violência, mas um fim necessária e intimamente a ela ligado. A instituição de um Direito é instituição de um poder político e, nesse sentido, um ato de manifestação direta da violência. A justiça é o princípio de toda instituição divina de fins, o poder político, o princípio de toda instituição mítica de um Direito (BENJAMIN, 2018, p.77).

Retornando a Lapoujade (2015), lidamos com a problematização do conceito de violência, que não pode ser tomada como coisa em si mesma, sendo qualificada e percebida num campo social: ela é uma relação de força, uma relação entre corpos, poder e relações entre poderes; Para Lapoujade (2015, p.80) o direito nada mais é que o nome que damos a “uma distribuição da violência social (...) de um lado os poderes, de outro o direito que os distribui” e os discursos servem para legitimar certas formas de violência:

Pode-se dizer que eles buscam explicar, legitimar ou justificar os atos de violência. Justificar deve ser tomado aqui no sentido mais literal: é preciso tentar explicar o que um ato de violência contém de justiça. Nesse sentido, justificar deve ser compreendido como um verbo milagroso. Ele transforma em justiça aquilo que ele explica. Então se adivinha facilmente a finalidade desses discursos: eles querem fazer desaparecer a violência, requalificar a violência como justiça (...) Justamente, se os atos de violência do Estado cessam de ser vistos como violentos, é por serem atos de justiça que buscam restaurar uma ordem ameaçada. É sempre essa a pretensão do Estado e a razão de sua polícia: restabelecer a ordem da qual doravante são os únicos fiadores (LAPOUJADE, 2015, p.80 e 85).

Assim, complicando-se ainda mais o problema da violência, acabamos lidando com violências “ilegítimas” e violências “legítimas”, essa última que, ao ser justificada pelo poder, é requalificada como justiça. Na sala do juiz, “se” o que presenciei pode ser entendido como uma violência, foi uma violência “legítima”, “legal”, autorizada pela lei, buscando assegurar “a ordem” e aromatizada pela (muitas vezes sufocante) fumaça da boa justiça. E isso é um plano conceitual incontornável e que se relaciona com o conjunto dos processos. Para a lei, aquela bebê foi arrancada do colo da mãe “em seu maior interesse”. Violência exercida pelo Estado-Poder, logo legítima, logo não violência. Mas essa violência, mesmo quando “legítima”, pode ser indolor? O ato da violência foi justificado para se coibir outra violência, essa “ilegítima”, uma mãe que por não “cuidar de si” poderia oferecer risco a filha. Violência preventiva, violenta vacina. De todo modo, a violência “ilegal” sempre é praticada pelos de fora, sendo “legal” usar da violência estatal (não entendida como “violência”) para coibir essa violência insubmissa, infame, nas fronteiras materiais e imateriais do Estado. Interessante, nesse sentido, pensar que a violência “nunca está do seu lado, é sempre atribuída ao outro lado. Essa é a lógica do Estado ou dos aparelhos de poder: não somos violentos, a violência vem sempre de fora” (LAPOUJADE, 2015, p.80). A violência encontra-se sempre nessas fronteiras, como num casebre no meio do nada, ou numa mãe “insuficientemente boa” com sua filha.

A própria constituição de um “Estado de direito”, faz com que concentre o poder e torne-se detentor da violência e de sua distribuição, sempre contra um inimigo externo, na

máxima de que “a violência vem sempre de fora” e nunca se encontra em nós: “não somos violentos, violento é o outro”. Dessa maneira, a violência é sempre “negada”, não nomeada ou reconhecida como tal (ou então banalizada - “ela mereceu”, “a culpa é dela”). Lapoujade sublinha que para Nietzsche, foi necessária uma:

quantidade inimaginável de sofrimentos, de torturas, para que os homens constituíssem os laços sociais que os vinculam, para que obedecessem a regras, para que se fizesse do homem um animal capaz de prometer. Se cabe fazer a genealogia disso, é precisamente porque tais violências foram esquecidas, como que dissimuladas por seu caráter natural e sua ancestralidade. É uma violência que sua repetição naturaliza e torna invisível (LAPOUJADE, 2015, p.81).

Invisível, naturalizada e banalizada, logo a violência deixa de ser qualificada como violência e, dada a descentralização e pulverização da sociedade de controle:

Lidamos com *uma cólera que não pode se organizar em conflito*, por falta de adversários, de inimigos ou de responsáveis. Que toda violência tenha se tornado impossível, eis uma forma de violência muito contemporânea, inseparável de uma política preventiva generalizada que busca se precaver contra todo risco, todo transbordamento, antecipando todo ato *criminoso* (LAPOUJADE, 2015, p.91, grifos do autor).

O *relatório minoritário* de Phillip K. Dick não se trata mais de ficção científica, pelo contrário, já o vivemos, numa sociedade onde cada vez mais se afinam os instrumentos de controle, seus algoritmos violentos e, muitas vezes, excludentes. O Estado detém o monopólio da violência. Talvez seja a única coisa que num contexto ultraliberal não seja terceirizado (e até isso, em um mundo que só tem gerentes, talvez seja!): suas polícias, seus exércitos, a possibilidade de se fazer a guerra e de se causar a dor, de impor “sua justiça” através de “seu direito”, “sua verdade”, “sua violência”, “seu poder”.

Três graus de elevação do polo derrubam a jurisprudência. Um meridiano decide a verdade; em poucos anos de posse, as leis fundamentais mudam; o direito tem suas épocas. A entrada de Saturno no Leão marca-nos a origem de um crime. Divertida justiça que um rio limita! Verdade aquém dos Pirineus, erro além.

B. Pascal

Que tipo de amor é esse
 que vai de mal a pior?
 Lágrimas de raiva, lágrimas de dor
 Devo ser sempre ladrão?
 Venha até mim agora, você sabe
 Estamos tão sozinhos
 E a vida é breve.

B. Dylan

Uma porta fechada...

Alguns anos se passaram e agora era outra bebê que corria o risco de ser colocada para adoção. Atendia a mãe e fiz a ela uma pergunta que para mim era inocente: “o que dizem no processo contra você é verdade?”. No mesmo instante, ela se levantou, correu até o fundo da sala gritando e chorando e tentou derrubar a pesada estante de aço fixada na parede, usando todo peso de seu corpo para que caísse sobre nós dois. Podia ver os parafusos que prendiam a estante começando a ceder um a um e o reboco se partindo e se espatifando no chão. Sua mãe, L., continuava sentada no canto da sala e não fazia menção de intervir. Lembrei dela alguns anos antes na sala do juiz, jogada no canto, como nada, e pensei: “como a filha de L. está grande”. Me levantei e sozinho contive a filha, segurando firmemente seus braços, pedindo para que ela se acalmasse, dizendo: “está tudo bem, tudo vai ficar bem”. Ela parecia surpresa com isso, já que talvez não fosse aquela atitude que esperasse que eu fosse tomar, ou pensava que eu permaneceria parado, fitando-a indiferente enquanto a estante de aço caía na minha cabeça. Com esse *holding* inusitado, ela pareceu ir se acalmando, aos poucos voltando ao seu estado inicial. Me lançou então, naquele estranho momento, um olhar doce, voltando a se sentar. A mãe me encarou e disse: “tá vendo? Ela é assim, não sei mais o que fazer, não tem jeito”. Dias antes, a filha de L. foi flagrada no abrigo estrangulando a própria filha, a bebê sendo resgatada a tempo e reanimada pelos paramédicos, internada enquanto nós três estávamos ali fechados naquela sala. A filha de L. deu à luz no abrigo, onde passou a gestação depois de denunciar o padrasto, que abusava dela desde muito pequena, quatro ou cinco anos, e, segundo constava nos autos, com a conivência da mãe, que nunca teria se movido para proteger a filha. A mãe se defendia dizendo que a filha mentia.

A filha de L. tinha treze anos.

Verdade, violência, poder. Em certa medida, as narrativas que são a carne desse trabalho tangenciam e se nutrem desse problema, já que são produções de realidades

verossímeis: apesar de não dependentes ou detentores “da verdade”, funcionam como tal e produzem verdades, logo são tidas como verdades, inseridas no que é verossímil e nos códigos do Poder e em seus ritos jurídicos. A todo momento trataram dos choques, dos pactos do poder com essas vidas infames, pactos violentos, que causam dor e marcam a todos. Esses ecos, esses embates, estão por todos os lugares. É através da “justiça” e de seu direito tido como “verdadeiro” que são produzidos esses encontros. Opero nessa atmosfera, agente e agenciado por um poder-saber.

E a verdade/poder é fundamental para a coesão dessa sociedade como a conhecemos. Nietzsche fala que sofremos de um impulso para a verdade, o que mantém um laço com a vida que vivemos. A partir desse momento:

Ele necessita de um tratado de paz e busca fazer com que ao menos o mais brutal *bellum omnium contra omnes* [guerra de todos contra todos] desapareça do seu mundo. Mas essa paz traz consigo algo que se parece com o primeiro passo para a obtenção daquele enigmático impulso para a verdade. Pois nesse momento é fixada o que *a partir* de então deve ser “verdade”, ou seja, é inventada uma designação das coisas uniformemente válida e obrigatória e a legislação da linguagem também produz as primeiras leis da verdade; pois surge pela primeira vez o contraste entre verdade e mentira: o mentiroso utiliza as designações válidas, as palavras, para fazer com que o não verdadeiro pareça verdadeiro (...) Ele faz mau uso das convenções estabelecidas, trocando ou até mesmo invertendo arbitrariamente os nomes. Se faz isso em interesse próprio e, além disso, prejuízo alheio, a sociedade não mais confia nele e o exclui. Nisso, o que os seres humanos procuram evitar não é tanto serem fraudados, mas serem prejudicados mediante a fraude (NIETZSCHE, 2020, p.149-150).

Assim, a própria “mentira” pode ser tomada como violenta, pois viola a lei da verdade, do poder, da linguagem. O mentiroso desvia dos códigos implícitos, desliza, torna-se indigno de confiança, ao mesmo tempo que demonstra sintomas de fraturas nesse tecido social. A “verdade” afasta o animal do homem, dá fronteira tanto ao que entendemos como homem em sua forma atual quanto mantém enredada a trama de poder do dito tecido social. Toda a mentira aponta uma falha, um vinco, e um pouco de seu reboco desmorona: se “ainda cremos na gramática” (NIETZSCHE, 2017 p.23), ela não pode ser traída dessa maneira sem maiores consequências.

A mentira tem um lado curioso. Num tribunal, numa ação, a alguns é permitido mentir. A outros não. Todos os que se defendem, assim como um animal acuado, podem lançar mão desse meio, e tem “o direito” a mentir, pois além do direito de permanecer calado, ninguém é obrigado a “produzir prova contra si” e a mentira é uma forma “legítima” de se defender nessa perspectiva. Se uma mãe é acusada de atentar contra a vida de sua própria filha e é tida como réu, poderá dissimular, mentir, ou seja, poderá usar da linguagem para traí-la,

usando de todos os meios tidos como “legais” para se defender. Por outro lado, a outros não é dado esse privilégio. Enquanto testemunha ou perito, por exemplo, é necessário se comprometer, jurar à verdade (ao poder). A mentira nesse caso é um crime, um perjúrio, passível de punição. É necessário que ao serem ouvidos esses se comprometam com a verdade para manter o “equilíbrio”. Nesse sentido, a própria justiça é equilíbrio de forças, Nietzsche a tratando como uma equivalência de poderes entre iguais, e o direito o efeito produzido dessa equivalência, que se mantém enquanto o peso da força permanece equilibrado: “justiça é a boa vontade, entre homens de poder aproximadamente igual, de acomodar-se entre si, de ‘entender-se’ mediante um compromisso – e com relação aos de menor poder, força-los a um compromisso entre si” (NIETZSCHE, 2009, p.55). Ora, se o preço a se pagar pela cultura é “somente” obedecer a lei, é coisa longamente afinada com o homem médio: “toda lei histórica é arbitrária, mas o que não é arbitrário, o que é pré-histórico e genérico, é a lei de obedecer leis” (DELEUZE, 2018, p.172). Inegavelmente há um ganho do convívio social, ganho que é posto a perder quando se quebra essa lei, essa confiança, quando alguém do grupo se torna devedor:

O criminoso é sobretudo um infrator, alguém que quebra a palavra e o contrato com o todo, no tocante aos benefícios e comodidades da vida em comum, dos quais ele até então participava. O criminoso é um devedor que não só não paga os proveitos e adiantamentos que lhe foram concedidos, como inclusive atenta contra o seu credor: daí que ele não apenas será privado de todos esses benefícios e vantagens, como é justo – doravante lhe será lembrado *o quanto valem esses benefícios*. A ira do credor prejudicado, a comunidade, o devolve ao estado selvagem e fora da lei do qual ele foi até então protegido: afasta-o de si – toda espécie de hostilidade poderá então se abater sobre ele (NIETZSCHE, 2009, p.56, grifos do autor).

Portanto, nesse sentido, a paz social é dependente da verdade e de suas leis, que são o antídoto à cruel “lei” natural de Hobbes, ao estado de guerra permanente, guerra de todos contra todos. E mentir trata-se de uma violação da “ordem social”, usando traiçoeiramente de uma convenção social, a linguagem, para se atentar contra ela própria. O mentiroso quebra um contrato social, e deixa-se de confiar nele, que atenta contra todos ao perverter os signos e linguagem. Ao mesmo tempo, mentir é demasiado humano e é quase impossível definir quem mente e quem não. Mentimos, omitimos e/ou faltamos com a verdade durante grande parte do dia e em algumas situações específicas, como dito acima, a mentira não é somente uma “falha moral”, mas um crime. Um crime contra a verdade, um crime contra o poder. É jurar em falso contra ele.

“Na guerra, a primeira vítima é a verdade”. Ninguém sabe na verdade quem cunhou essa frase. Máxima de referência deslizante, é creditada algumas vezes a filósofos pré-socráticos, outras a políticos diversos do século XIX ou XX e exprime um grande problema. Pois na vida tratamos sempre de guerras, embates, seja em contextos jurídicos ou não. A verdade é fruto de um embate, assim como é uma de suas vítimas. Curioso. Incerto. Há um sintoma do contemporâneo e enorme risco das narrativas serem tomadas como mentiras, como “versões”. Esse problema aparece e é expresso sempre que a palavra é apresentada entre aspas. As aspas significam que aquilo não é para ser levado “a sério”, que são somente pontos de vista, opiniões, “narrativas”.

A imprensa e seu “jornalismo verdade”, justificada numa postura de “imparcialidade” entendida como “dois-ladismos”, é um dos sintomas desse problema contemporâneo do deslizamento das verdades e descrédito das narrativas. Tratam distintas perspectivas ou opiniões com o termo planificador “guerras de narrativas”, que traduz, fomenta e produz as disputas de força e de poder para impor uma verdade. No âmbito político ou jurídicos pululam exemplos, encaixando esse “sintoma” na pecha de “pós-verdade” ou “*fake news*”. Há uma disputa de forças entre verdades e suas interpretações que não é recente. Verdades violentas. Verdade como violência. Violência como verdade. De todo modo:

A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido. A história não tem “sentido”, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas (FOUCAULT, 1979, p.5).

A própria realidade é produzida a partir da interação entre forças, da disputa, de litígios:

Toda força é apropriação, dominação, exploração de uma quantidade de realidade. Mesmo a percepção, em seus aspectos diversos, é a expressão de forças que se apropriam da natureza. Isso quer dizer que a própria natureza tem uma história. A história de uma coisa é geralmente a sucessão de forças que dela se apoderam e a coexistência das forças que lutam para dela se apoderar. Um mesmo objeto, um mesmo fenômeno muda de sentido de acordo com a força que dele se apropria. A história é a variação dos sentidos, isto é, “a sucessão de processos de subjugamento que nela ocorrem, mais ou menos profundos, mais ou menos interdependentes” GM, II, 12. O sentido é então uma noção complexa: há sempre uma pluralidade de sentidos, uma *constelação*, um complexo de sucessões, mas também de coexistências, que faz da interpretação uma arte; “todo subjugar e assenhorar-se é uma nova interpretação” (...) Nietzsche não acredita nos “grandes acontecimentos” ruidosos, mas na pluralidade silenciosa dos sentidos de cada acontecimento. Não existe sequer um acontecimento, um fenômeno, uma palavra, nem um pensamento cujo sentido não seja múltiplo (DELEUZE, 2018, p.12, grifos do autor).

Na microfísica do poder que arrasta esta pesquisa, para a justiça (assim como para outras áreas) existem distintas verdades. Como chegar a uma dessas verdades com o meu trabalho? Cada escrito vai trazer uma (ou várias) verdades. São uma (ou várias) as interpretações possíveis. Para isso não há uma única porta.

O prisioneiro vê levantar uma forca no pátio da cadeia, julga erradamente que lhe é destinada, evade-se de sua cela durante a noite, chega até debaixo da forca e enforca-se.

F. Kafka

É possível mentir contra si mesmo? Agamben (2015, p.37) conta que a calúnia era um crime extremamente grave no império romano, pois se dependia em excesso da “lisura” de quem acusava por não haver ainda formada a figura do “promotor de justiça” como acusador público. Nessa perspectiva, o mentiroso e “falso acusador era punido com uma marca na sua testa com a letra K (inicial de *kalumniator*)”. Para Agamben, essa letra K. é a principal chave para o *Processo* de Kafka, assim como de toda sua obra:

Cada homem intenta um processo calunioso contra si próprio. Esse é o ponto a partir do qual Kafka se move. Por isso, o seu universo não pode ser trágico, mas apenas cômico: a culpa não existe – ou melhor, a única culpa é a autocalúnia, que consiste em acusar-se de uma culpa inexistente (ou seja, da própria inocência, e é esse o gesto cômico por excelência) (AGAMBEN, 2015, p.39).

Toda a narrativa *do Processo* trata de uma calúnia, na verdade de uma “autocalúnia”, coisa que num primeiro olhar pode parecer um contrassenso, proferir uma mentira contra si. O cômico é que “O acusado, na medida em que se autocalunia, sabe perfeitamente ser inocente, mas, quando se acusa, sabe igualmente bem ser culpado de calúnia, sabe-se merecedor de sua marca. Essa é a situação kafkiana por excelência” (AGAMBEN, 2015, p.40). A senha para o *Processo* está mesmo em seu início: “Alguém certamente havia caluniado Josef K. pois uma manhã ele foi detido sem ter feito mal algum” (KAFKA, 1997b, p.09). Ninguém mais que o próprio K. foi quem se caluniou, que caiu na comédia da autocalúnia, sabendo-se inocente da culpa, mas não do crime de se caluniar. Ele busca a justiça, pelo menos um tipo de justiça, aquela que pode encontrar em sótãos, em armários, em catedrais e “se acusa” a todo momento:

que talvez somente o seu olhar transforma em tribunais e provocar um processo que os juizes não parecem ter qualquer intenção de iniciar. Que não se trate, de resto, de um processo verdadeiro, mas que o processo apenas exista na medida em que o reconhece (...) E, no entanto, não hesita em dirigir-se ao tribunal mesmo quando não foi convocado e, precisamente nessa ocasião, admite sem necessidade ser acusado (AGAMBEN, 2015, p.38-39).

Nesse sentido, a fala de que “O tribunal não quer nada de você. Ele o acolhe quando você vem e o deixa quando você vai” (KAFKA, 1997b, p.271) quer dizer “O tribunal não o acusa, mas apenas acolhe a acusação que você faz de si mesmo” (AGAMBEN, 2015, p.39). A justiça não se preocupa com o infame K., é ele próprio quem se acusa e como uma mariposa se choca insistentemente com a luz da justiça em busca da culpa, da condenação. Esse autocaluniador reconhece sua culpa como indubitável e força sua entrada pela porta da lei:

A porta da lei é a acusação, pela qual o indivíduo vem implicado no direito. Mas a acusação primeira e suprema é pronunciada pelo próprio acusado (embora sob a forma de uma autocalúnia). Por isso a estratégia da lei consiste em fazer o acusado acreditar que a acusação (a porta) está destinada (talvez) precisamente a ele, que o tribunal exige (talvez) alguma coisa dele, que está (talvez) em curso um processo que lhe diz respeito. Na realidade, não há nenhuma acusação e nenhum processo, pelo menos até o momento em que aquele que se crê acusado não se acusa a si próprio (AGAMBEN, 2015, p.50).

Essa é mais uma das interpretações possíveis “Diante da lei”.

Encontrada na soleira...

Carta a Mãe

Escrevo para você essa carta e acho que nunca terei coragem de te entregar. Vejo você sofrendo com tudo o que vem acontecendo, desde que você saiu de casa e ficou no abrigo por mais de um ano. Tanta coisa mudou. Lembro quando você era ainda pequenininha e brincava comigo. Foi um pouco antes de seu pai morrer. Filha, eu amava seu pai mas eu era muito nova quando a gente se casou. Eu estava grávida de você e não tinha outra escolha. Apesar de gostar muito dele, o que ele fez comigo na época foi quase um estupro, eu era tão nova que não sabia o que estava acontecendo direito. Quando descobri que estava grávida, a minha mãe me entregou pra ele, disse que agora eu já era uma mulher e que tinha de casar. Sobre a minha mãe eu não quero falar muito. Você conheceu ela bem pouco, quando de vez em quando ela aparecia do nada e voltava pro nada. Sua avó e eu nunca nos demos bem. Acho que não por minha culpa: é claro que eu queria ser amada pela minha própria mãe, mas ela era muito nervosa, tão nervosa que às vezes me pegava e batia com a minha cabeça no muro da casa. Chega, não vou mais falar dela.

Depois que seu pai morreu eu fiquei sozinha contigo. Não tinha ninguém no mundo. Ainda era nova e agora não tinha que cuidar só de mim, mas de você também. Não queria que você passasse fome ou sofresse como eu sofri. Vivi de favor por muito tempo, na casa de um e na casa de outro, e não ter a sua própria casa é horrível, as pessoas te suportam por um tempo mas logo começam a mostrar como são de verdade, elas te maltratam e te expulsam. Uma vez eu fiquei com você no relento e tive de voltar para casa onde morei quando era criança, que estava abandonada. Lá tiraram você de mim, tiraram você do meu colo dentro do fórum. Eu fiquei sozinha num canto, querendo morrer. Você era bebê e não se lembra. Fiquei louca até me devolverem você, que só fizeram quando conheci seu padrasto, um homem mais velho, com emprego e casa. Eu vi que era uma oportunidade pra mim e principalmente pra você. Uma oportunidade pra você não passar mais frio, pra você não passar mais fome. Como eu ficava triste quando te via chorando e não tinha nada pra dar pra você comer. Seu padrasto me deu a mão e fomos as duas morar com ele. Logo veio seu irmãozinho e éramos agora uma família, uma família feliz. E pra mim isso era tão importante. Eu sempre fui muito pobre e quando eu era criança, a única coisa de valor que a gente tinha era um relógio bem antigo, que ficava preso na parede. Em cima dele estava escrito alguma coisa numa língua que eu não entendia e a minha mãe dizia que era “as horas machucam, a última mata” e eu ria dizendo que ela tinha inventado, que ela não sabia ler aquilo. Sempre que eu fecho meus olhos me sinto como se tivesse voltado para aquela casinha onde nós duas moramos. Vivo sonhando que eu estou lá, eu e a minha mãe.

O que eu não me conformo é que eu não tinha nada e você teve tudo. Eu não consigo entender então por que quando você virou uma moça quis sair de casa. Tudo aquilo que eu havia feito por você caiu por terra e você foi embora sem nem me dar tchau. Sei que você tinha namoradinhos e que queria viver a vida, também tive sua idade e sei como é sonhar com uma vida melhor. Acontece que você procurou a polícia dizendo que seu padrasto abusava de você. Por que você fez isso? Ele podia ser preso e eu e seu irmão iríamos pra rua, não tenho condições de pagar o aluguel da casa onde moramos. Fiquei quase louca com tudo isso, queria gritar, queria te arranhar. Lembrei até da minha mãe batendo com a minha cabeça no muro e fiquei com vontade de fazer a mesma coisa com você. Engraçado, tinha prometido não falar dela de novo e aqui estou eu. Sabe que ela apareceu em casa quando você estava no abrigo e que comentei com ela sobre tudo, perguntando se ela queria te visitar. Fui até a cozinha fazer um café e quando voltei ela tinha sumido de novo e eu me senti tão mal, abandonada. Chega, não vou mais falar da minha mãe.

Daí um dia você voltou pra casa como se nada tivesse acontecido. Seu padrasto fingiu que você era invisível e não fala mais com você e pra seu irmão parecia que você tinha saído de férias. Desde que você voltou, ninguém mais toca no assunto, todos fazem de conta que nada aconteceu e seguem suas vidas. Percebo que você voltou diferente, parece revoltada comigo, mal fica em casa, falta na escola, chega de madrugada e acorda de noite. Que vida é essa minha filha? Só acho estranho que ao mesmo tempo em que você é tão mulher e se acha dona da sua vida e do seu corpo, quando vai dormir você parece criança de novo, pede pra deitar do meu lado e me abraça com tanta força que parece que eu vou sufocar. Juro que não consigo entender você, sempre calada, sempre triste. Já fui criança e já fui moça como você, só que diferente de você sempre fui maltratada e ninguém nunca me quis.

Escrevi essa carta porque não tenho coragem de lhe dizer pessoalmente nada disso e quero que ela fique secreta, acho até que vou queimar depois de terminar. Escrevi pra desafogar meu coração, pra esquecer. Faço isso também com as assistentes sociais e com as psicólogas da prefeitura e até com as do fórum, mas quando elas começam a conversar comigo e perguntar do meu passado logo estou chorando, um choro sentido, sinto uma dor tão profunda, tão dentro de mim. Escrevi essa carta só pra mim, escrevendo a vontade de chorar é

menor do que falando e consigo ir até o fim. Quero só que você saiba que, no fim, tudo o que fiz foi porque não tinha outro jeito. Tudo o que fiz foi por você, L.

Constam nos autos, em partes, esses encontros impactantes e violentos, sentidos. Vidas que me afetaram e foram tocadas pelo poder, por suas justiças. Dor. Culpa. Tragédia. Recortes dessas vidas, desses L. Elas. Eles. Pai e filho; mãe e filha, todos L. Autocaluniadores ou não, vivendo com culpas, com a dor, com laços, vínculos, amor. Nos encontramos e reencontramos durante esses anos de trabalho, mesmo quando não eram os mesmos. Suas narrativas se nutriram em parte das marcas, e elas são traiçoeiras. Fico sem chão muitas vezes, deslizo e certa “frieza técnica” ou “imparcialidade” são saídas para manter os sapatos firmes no solo (imagens justas). Isso ocorreu nessa pesquisa, onde com as escritas emergiram esses pactos violentos, e ao mesmo tempo a defesa rebaixada para o poder de afetar e ser afetado (justamente imagens). A dor desses L. voltou a afetar. Laços que prendem, Laços que apertam. Lágrimas de raiva, Lágrimas de dor, Lados do amor.

“O resto falta”, diria Espinosa.

Todo o resto. O inesgotável e inenarrável resto. O infinito da experiência e de suas também infinitas interpretações. E é assim que finalizo esse trabalho, com a sensação de nunca terminado, *in progress*, um final que preferia desertar a moral da história. Psicólogo *em processos* nunca transitados em julgado e que se sustentam inconclusos, com sentidos e respostas muitas vezes já esperadas desde o início. Ao mesmo tempo, o assombro e o inexplicável mantiveram as narrativas vivas, entre imagens justas e justamente imagens.

L.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Nudez**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

ASSOUN, P. L. **Freud & Nietzsche - semelhanças e dessemelhanças**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

BARTHES, R. **Aula**. São Paulo: Editora Cultrix, 1980.

BENJAMIN, W. **Documentos de cultura, documentos de barbárie**: escritos escolhidos. São Paulo: Cultrix. Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

_____. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

BEZERRA JR., B. **A história da psicopatologia no Brasil**. 2013. Disponível em: <<https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2013/07/04/2687/>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 24 jun. 2020.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 jun. 2020.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 14 jun. 2020.

_____. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF: 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm>. Acesso em: 14 jun. 2020.

CASTRO, E. V. **O que se vê no Brasil hoje é uma ofensiva feroz contra os índios**. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/eduardo-viveiros-de-castro-que-se-ve-no-brasil-hoje-uma-ofensiva-feroz-contra-os-indios-17261624>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

CAPOZZOLO, A. A.; HENZ, A. O.; CASETTO, S. J.; MORENO, H.V.; RODRIGUES, A.; LIBERMAN, F.; MAXIMINO, V. S. **Pesquisar contra si e encontrar o que não aceitamos na experiência do método**. In: VII Congreso Iberoamericano de Investigación Cualitativa en Salud, 2016, Barcelona. Libro de resúmenes de lo VII Congreso Iberoamericano de Investigación Cualitativa en Salud. Barcelona, 2016. v. 01. p. 125-126.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Código de ética da magistratura**. 2008. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/codigo-de-etica-da-magistratura/>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

COSTA, J. F. A medicina como projeto social: controle dos corpos e sexos. In: NAVARRO, A; PITANGUY, J (Org). **Saúde, corpo e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

DELEUZE, G. Aula de 10 de dezembro de 1985. In: **Michel Foucault: as formações históricas**. São Paulo: n-1 Edições e Editora Politeia, 2017. Disponível em: <<http://editorapoliteia.com.br/amostras/as%20forma%C3%A7%C3%B5es%20hist%C3%Bricas%207.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

_____. **Conversações 1972-1990**. São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.

_____. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.

_____. **Gilles Deleuze e a Crítica aos Direitos Humanos**. 2019. Disponível em: <<https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2019/04/05/jurisprudenciaverossimilhanc-a-na-producao-de-dados-e-narrativas/>>. Acesso em 09 abr. 2019.

_____. **Nietzsche e a filosofia**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____; GUATARRI, F. **Kafka** Por uma literatura menor. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

_____; GUATARRI, F. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

DOLTO, F. **Quando os pais se separam**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **Tudo é linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DOSTOIÉVSKI, F. **Memórias do subsolo**. São Paulo: Editora 34, 2009.

DUNKER, C. O sonho como ficção e o despertar do pesadelo. In: BERADT, C. **Sonhos no Terceiro Reich**. São Paulo: Três Estrelas, 2017. p. 9–26.

ESPINOSA, B. **Espinosa – vida e obra**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

ESPÓSITO, R. **“Comum” e “Imune”**. Disponível em: <<https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2017/06/19/comum-como-podemos-gerar-imunidade-mais-fragil/>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

_____. **Immunitas: protección y negación de la vida**. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.

FERENCZI, S. Confusão de língua entre os adultos e a criança (a linguagem da ternura e da paixão). In: **Psicanálise IV / Obras Completas / Sándor Ferenczi**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. p. 111-121.

FERREIRA, L.; LUCAS, M. A atuação da equipe interprofissional em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. In: **Psicologia e Justiça: interfaces**. Cadernos Temáticos CRP SP, nº 31, São Paulo, p. 44-48, 2019. Disponível em: <<https://www.crpsp.org/uploads/impresso/2740/gI1IStfLiwzS63F0pVcQHmfmcq-V6bU.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

FIGUEIREDO, L. C. **A invenção do psicológico**: quatro séculos de subjetivação (1500-1900). São Paulo: Escuta, 2007.

FLETIAUX. P. **História do abismo e da luneta**. 2017. Disponível em: <<https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2017/03/13/historia-do-abismo-e-da-luneta-pierrete-fletiaux/>>. Acesso em: 02 set. 2020.

FOUCAULT, M. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

_____. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HANSEN, J. A. **Jurisprudência e verossimilhança na produção de dados e narrativas**. 2019. Disponível em: <<https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2019/04/05/jurisprudencia-verossimilhanca-na-producao-de-dados-e-narrativas/>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

KAFKA, F. **A metamorfose**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997a.

_____. **Essencial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Narrativas do espólio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **O Processo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997b.

_____. **O veredicto / na colônia penal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Sonhos**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

_____. **Um médico rural**: pequenas narrativas. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KEHL, M. R. Desejo e liberdade: a estética do ressentimento. In: BARTUCCI, G. (org.) **Psicanálise, cinema e estéticas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 2000.

_____. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

LAPOUJADE, D. Fundar a violência: uma mitologia? In: NOVAES, A. (org.) **Mutações**: fontes passionais da violência. São Paulo: Sesc, 2015. p. 79-94.

LEITE, S. U. O que a tartaruga disse a Lewis Carroll. In: **As aventuras de Alice no país das maravilhas** através do espelho e o que Alice encontrou lá. São Paulo: Summus Editorial. 1977. p. 7-31.

MACHADO, R. **Nietzsche e a verdade**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. Por uma genealogia do poder. In: Foucault, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. I-XXIII.

MANDELBAUM, B. **Psicanálise da família**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

MARTINS, A. J. S. **Com defeito de fabricação**. 1998. Disponível em: <<http://tomze.com.br/antigo/disco/com-defeito-de-fabricacao-luaka-bopwea-1998-trama-1999/>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

NAFFAH NETO, A. O elogio ao mundo trágico. In: **Nietzsche: a vida como valor maior**. São Paulo: FTD, 1996. p. 36-51.

_____. A. Violência e ressentimento: a psicanálise diante do niilismo contemporâneo. in Silveira, P., Cardoso, I. (Org.) **Utopia e mal-estar na cultura**: perspectivas psicanalíticas. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 99-116.

NANCY, J. L. **Justiça**: o que é e como se faz. São Paulo: Editora Loyola, 2012.

NIETZSCHE, F. **A Gaia ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Além do Bem e do Mal**: prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

_____. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.

_____. **Crepúsculo dos ídolos**, ou como se filosofa com o martelo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2017.

_____. **Escritos sobre psicologia**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio e Edições Loyola, 2013.

_____. **Genealogia da moral**: uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **O nascimento da tragédia**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2020.

ORLANDI, L. **Arrastões na imanência**. Campinas: Editora Phi, 2018.

_____. **Procedimentos Expressivos de um caso que já é, ele próprio, expressão de um mundo**. 2005. Disponível em: <<https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2017/04/24/procedimentos-expressivos-de-um-caso-que-ja-e-ele-proprio-expressao-de-um-mundo-do-ponto-de-vista-do-problema-que-nos-ocupa-o-dos-procedimentos-Expressivos-de-um-caso-essa-posicao-d/>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17-31.

_____. Por uma política da narratividade. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 150-171.

PELBART, P. **Espectros da catástrofe**. 2020. Disponível em: < <https://n-1edicoes.org/134>>. Acesso em: 01 set. 2020.

_____. **Niilismo e os mundos que vem**. 2016. Disponível em: <<https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2016/10/24/niilismo-e-os-mundos-que-vem-que-forcas-estao-pressionando-para-passar-sao-forcas-ativas-ou-reativas-e-um-movimento-afirmativo-ou-negativo-estamos-ante-um-processo-de-superabundancia-vital-ou-pend/>>. Acesso em: 21 mar. 2020.

_____. **O Averso do Niilismo: Cartografias do esgotamento**. São Paulo: Edições n1, 2013.

PORTELLA, O. **Vocabulário etimológico básico do acadêmico de letras**. 1984. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/download/19320/12605>. Acesso em: 14 jun. 2020.

RABINOW, P. Artificialidade e Iluminismo: da sociobiologia à biossociabilidade. In: **Antropologia da razão – ensaios de Paul Rabinow**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SHINE, S. K. **Andando no fio da navalha: riscos e armadilhas na confecção de laudos psicológicos para a justiça**. 2009. Tese (Doutorado – Programa de Pós Graduação em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **União homoafetiva como entidade familiar**. 2011. Disponível em: <<https://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesNewsletter.php?sigla=newsletterPortalInternacionalJurisprudencia&idConteudo=193683>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

VERNANT, J. P. **O Universo, os deuses, os homens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____; NAQUET, P. V. **Mito e tragédia na Grécia antiga**. São Paulo: Perspectiva, 2014.